

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Jornada Nacional de Luta

DEMISSÃO DO GOVERNO!

- A demissão do Governo, necessária e urgente para a saída da crise e a defesa da democracia, vai ser exigida no sábado em mais de duas dezenas de manifestações e muitas outras iniciativas em todo o país
- Em Lisboa a concentração é às 15 h. no Martim Moniz, seguindo-se desfile até à Alameda



Junto ao novo Centro de Trabalho de S. João da Madeira, inaugurado no domingo, realizou-se um vibrante comício (Ler na pág. 6)

INTENSIFICAR MAIS A RESISTÊNCIA E A LUTA

«Estão criadas todas as condições objectivas para a demissão do Governo e para uma solução institucional da crise» — disse Álvaro Cunhal em Coimbra no sábado

Reportagem e discurso nas págs. 4, 5 e 6



A MORTE DE K. TCHERNENKO

CONDOLÊNCIAS DO CC DO PCP AO CC DO PCUS

O Comité Central do PCP enviou na passada segunda-feira ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética a seguinte mensagem:

Queridos camaradas:

Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento do camarada Konstantin Tchernenko, secretário-geral do PCUS e Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, dirigente eminente do Partido e do Estado soviético.

Acompanhando-vos na vossa dor, transmitimo-vos, e através de vós a todos os comunistas e ao povo soviético as sentidas condolências e os sentimentos de profunda amizade e solidariedade dos comunistas portugueses.

Lisboa, 11 de Março de 1985

O Comité Central do PCP

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, representou o nosso Partido nos funerais do camarada Tchernenko.



Mikhail Gorbachev eleito secretário- -geral do CC do PCUS

O Comité Central do PCUS, em reunião plenária extraordinária realizada na passada segunda-feira, elegeu seu secretário-geral o camarada Mikhail Gorbachev

Ler na pág. 8

Suplemento /

SALÁRIOS EM ATRASO

200 mil trabalhadores não vivem de frases

A abertura da 2.ª Frente

O arquipélago da APU no concelho de Lisboa

HUNGRIA 1985

Conferência
Nacional
do PCP

avie de
**DESENVOLVIMENTO
PARA VENCER A CRISE**

Em conferência de imprensa realizada anteontem, Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, divulgou pormenores sobre a Conferência a realizar em 30 e 31 de Março e adiantou alguns elementos de análise sobre a actual situação económica e as propostas do PCP.

Pág. 3

SEMANA

Editorial

16 DE MARÇO — UMA FIRME RESPOSTA DO MOVIMENTO POPULAR

6 Quarta-feira

A Câmara Municipal do Barreiro inicia uma campanha de limpeza. ■ Cinco trabalhadores do LNET entram em baixa, algum tempo depois da detecção de uma doença desconhecida que já vitimou uma funcionária daquele organismo. ■ A Lei das Rendas é agendada para a semana, segundo decisão da conferência de líderes parlamentares. ■ Os trabalhadores da Metalúrgica Casal decidem prosseguir o controlo de saída de material das instalações e fazer uma greve de quatro horas diárias. ■ O Muro da Morte — rede electrificada ao longo da fronteira da África do Sul — entra em funcionamento nas margens do Limpopo. ■ A comissão orçamental do Senado norte-americano congela as despesas militares dos EUA para 1986. ■ O Governo da Costa Rica anuncia a sua disposição de se voltar a sentar à mesa das negociações com a Colômbia. ■ Demite-se o governo da Venezuela. ■ As tropas israelitas iniciam a segunda fase da sua retirada do sul do Líbano.

7 Quinta-feira

Apesar de o Primeiro-Ministro ter enaltecido o comportamento de Sousa Tavares, afinal este não pediu qualquer parecer à Procuradoria-Geral da República sobre o caso da fuga de divisas. ■ O vereador da APU na Câmara Municipal do Porto desmascara uma negociação entre o Governo PS/PSD e uma cadeia transnacional de hotéis. ■ A execução das dívidas de Nabeiro é ordenada. A dívida, de fuga ao fisco, é de 400 mil contos. ■ Reúne-se em Lisboa a Comissão para uma Paz Mundial Justa. ■ Pelo pagamento dos salários em atraso, os trabalhadores do estaleiro de Talaiade da J. Pimenta paralisam ao princípio da tarde. ■ Em conferência de imprensa, a APU considera «inevitável» a sua vitória em Sintra. ■ O Iraque e o Irão bombardeiam-se mutuamente. O alvo são cidades. ■ O exército regular libanês repele uma unidade do exército de ocupação israelita que tentava penetrar numa povoação a 15 quilómetros da cidade de Saída. ■ Dois grupos americanos denunciam as atrocidades dos bandos anti-sandinistas.

8 Sexta-feira

Dia Internacional da Mulher. A Confederação Nacional da Agricultura adverte que a agricultura portuguesa caminha para a ruína. ■ Os trabalhadores agrícolas da Zona de Intervenção da Reforma Agrária reafirmam a sua disposição de se mobilizarem para «lutar e resistir activamente» contra o anunciado pacote agrícola. ■ Na alfândega de Lisboa é descoberto um buraco de 34,7 milhões de contos. Em luta contra a ameaça de despedimento colectivo, os trabalhadores da Grundig, em Braga, deparam-se com um contingente da PSP armado de bastões e véspera. ■ A VI esquadra americana, fundada em Espanha, deixa o porto, de surpresa, em direcção a Beirute ou ao Golfo. ■ Uma viatura armadilha explode em Beirute: 53 mortos. ■ Continuam os bombardeamentos constantes a cidades, quer do Irão, quer do Iraque. ■ A Central Operária Boliviana declara uma greve geral por tempo indeterminado. ■ Na Nicarágua é descoberto um plano da CIA para assassinar o chefe do braço político dos contra-revolucionários.

9 Sábado

O Congresso dos Professores do Noroeste lança o alerta: o Orçamento para a Educação é mais baixo do que o de 1972 e não chega sequer para pagar os ordenados dos professores. ■ Na Praça da Figueira, em Lisboa, as mulheres reivindicam igualdade, desenvolvimento e paz. ■ Em defesa da EDP e dos postos de trabalho, os trabalhadores da EDP realizam um encontro nacional sobre a situação da empresa. ■ Timo Salonen vence o Rali de Portugal. ■ Álvaro Cunhal em Coimbra: «Uma alternativa democrática está ao alcance do povo português». ■ Os motoristas e cobradores da Carris não vão cobrar bilhetes de 18 a 24 de Março. ■ Os países da Linha da Frente apiam Moçambique e verificam o não cumprimento, por parte da África do Sul, dos acordos de Nkomati. ■ O PASOK, Partido do Socialista grego, retira o apoio ao presidente Karamanlis. ■ Em Espanha, pacifistas bloqueiam os acessos à base norte-americana de Torrejon, exigindo o seu encerramento. ■ Dirigentes shiitas e sunistas acusam Israel de ser o responsável pela explosão de um carro armadilhado que já fez 96 mortos.

10 Domingo

Os gestores da Rodoviária Nacional receberam, em 1984, 17 meses de vencimento e respectivas ajudas de custo. ■ Em Conselho Nacional do seu partido, Machete volta a atacar o PS e o «socialismo». ■ As federações distritais de Bragança e Vila Real do PS estão contra a continuação do PSD no Governo. ■ Adriano Moreira apela à «maioria silenciosa». ■ Até dia 31 de Março realiza-se em Setúbal um encontro de teatro de amadores. A iniciativa integra-se no Festival de Arte e Cultura do Distrito de Setúbal. ■ O presidente grego, Karamanlis, demite-se após o PASOK lhe ter retirado o apoio. ■ Pínochet agrava a repressão, ao decretar o «estado de perigo para a paz interna» no Chile. Isto enquanto muitos milhares de desalojados do sismo continuam em situação precária. ■ As delegações da URSS e dos EUA chegam a Genebra onde, a partir do dia 12, vão entabular conversações sobre desarmamento. ■ A «guerra das cidades», entre o Irão e o Iraque já causou duas mil vítimas.

11 Segunda-feira

A acção do Governo «configura uma conspiração económica contra o regime democrático», afirma Carlos Costa ao anunciar a realização da Conferência Económica do PCP sobre a «via do desenvolvimento para vencer a crise». ■ Para a APU, o pedido de suspensão do presidente da Câmara de Silves confirma o «total fracasso da política do PS» também à frente da cadeia autárquica. ■ A Alta Autoridade está a investigar as fraudes aduaneiras. ■ Continua o regabofe com as empresas públicas. Os gestores da Sopotina beberam em 1984 500 contos de whisky à conta da empresa. ■ Os trabalhadores da Soconel, em Évora, sem salários desde Setembro, recebem carta de despedimento. ■ Em Moscovo, morre o secretário-geral do PCUS e chefe de Estado da URSS, camarada Konstantin Tchernenko. ■ Em sessão extraordinária do Comité Central do PCUS, Mikhail Gorbachev é eleito por unanimidade secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética. ■ A aviação iraniana bombardeia a capital iraquiana, Bagdad. ■ Após 35 anos de hegemonia do CDU, a ala esquerda do SPD vence as eleições no Sarre, na República Federal Alemã.

12 Terça-feira

Prosseguem as recriminações entre dirigentes do PS e do PSD; desta feita foi Pedro Coelho, coordenador da FAUL do PS, que criticou afirmações de Rui Machete, considerando que elas dão a ideia de que o PSD pretende «retomar o duplo discurso de oposição e de Poder». ■ A Associação dos Inquilinos Lisboenses considera ser necessário declarar o «estado de emergência para a habitação, face à situação caótica vivida no sector». ■ Perto de dois mil agricultores concentram-se no Porto para exigir a abertura das feiras de gado. ■ Perez de Cuellar apela em Genebra à comunidade internacional para que desenvolva uma acção maciça de apoio às vítimas da fome em África. ■ Aviões militares iraquianos bombardeiam zonas da cidade de Teerão. ■ Termina em Genebra a primeira sessão das negociações soviético-americanas sobre desarmamento.

É uma incontroversa verdade que na situação nacional actual se acumulam no horizonte factores de agravamento das tensões sociais e políticas, as quais, em conjugação com inequívocas mostras de degradação institucional e deterioração do Poder, reclamam a activa vigilância e urgente iniciativa das forças democráticas e uma vigorosa resposta do movimento popular de massas.

No centro deste notório agravamento da crise está o Governo PS/PSD, a sua política antipopular e antipatriótica, o projecto contra-revolucionário renegociado no acordo de 11 de Dezembro de 84 entre os dois partidos do Governo e agora em activa execução.

Com a firme resposta do movimento popular de massas ao processo da contra-revolução produziram-se nos últimos meses, mais acentuadamente nas últimas semanas, decisivas alterações na relação de forças sociais e políticas, tornaram-se maduras as condições para uma necessária mudança qualitativa de política e de governo, abriram-se possibilidades novas e excepcionais para a viabilização de uma alternativa democrática.

As importantes jornadas de luta do próximo sábado, convocadas no plano nacional em 19 localidades por diversas organizações de massas, com destaque para o movimento sindical unitário, acentuarão sem dúvida os factores favoráveis a uma contenção e inversão daquele processo contra-revolucionário cujos executores se lançam no momento actual numa verdadeira corrida contra o tempo em desesperada tentativa de destruição acelerada das conquistas democráticas fundamentais da Revolução de Abril.

A sensível redução da base social e política de apoio da coligação governante e de cada um dos dois partidos coligados e dos seus aliados mais directos em resultado da nefasta política por eles praticada na condução do Estado, juntamente com as alterações de facto produzidas no quadro partidário e numa área que particularmente os afecta, têm atado como se sabe no seu seio agudas tensões internas.

A admissível hipótese de alargarem a curto prazo as alavancas do Governo e de virem a sofrer em possíveis eleições legislativas antecipadas um pesado revés eleitoral enche de pânico os maiorais do PS e do PSD.

É o risco de perderem numa previsível derrota eleitoral as «pastas», as «postas», os «tachos» e as sinecuras sem conta da sua vasta clientela política aninhada no aparelho de Estado, nas autarquias, nas empresas públicas e noutras sucursais do Governo, verdadeiros mandatários da recuperação capitalista, latifundista e imperialista, o que os faz correr numa autêntica galopada para a rápida aprovação de leis e «pacotes» inconstitucionais — as chamadas «reformas de fundo» exigidas pelo alto patronato e calendarizadas no celerado acordo contra-revolucionário de 11 de Dezembro — numa nova fase da «contra-revolução» significativamente e mais uma vez dirigida por Mário Soares.

E é também o medo das consequências políticas desta escalada antipopular que lança uns contra os outros os chefes dos dois partidos coligados, curiosamente empenhados em mútuas recriminações, em saudirem a água

do capote, em alijarem responsabilidades uns sobre os outros numa vasta manobra de chantagem política e de mistificação da opinião pública.

Na última semana recrudesceram as fricções, os combates de galos e as recriminações mútuas entre os parceiros da coligação.

É um facto saliente que a direita mais reacçãoária, tendo usado e estando ainda a usar o PS para tirar as castanhas do lume nas medidas antipopulares da ofensiva contra o 25 de Abril, se prepara agora, talvez numa resuscitada «AD», para assumir directamente e sem partilhas o comando das operações.

A proximidade de actos eleitorais de grande importância política torna mais áspers e abertas as escaramuças no seio da coligação.

Inegavelmente Mário Soares está na jogada, mesmo à custa da «melização» do seu partido, como ele costuma dizer. O objectivo central das suas ambições pessoais e liderança política é o rápido restabelecimento do poder económico e do poder político dos monopólios aliados do imperialismo.

Significativamente o próprio Machete, substituído de ocasião de Mota Pinto na chefia do PSD, ataca o «soarismo» como um «risco». Salgueiro diz que «o confronto entre o PSD e o PS não pode ser evitado se não houver resultados à vista». Rebelo de Sousa exige do Conselho Nacional «posições muito claras quanto ao relacionamento com o PS» e o seu parceiro de «sensibilidade», Júdice, escreve que «o PS fica informado de que se não cumprir aquilo que se obrigou a cumprir livremente há meses a coligação terminará e haverá eleições legislativas antecipadas», que «se não aprovar em prazo as alterações legislativas em matéria laboral, agrícola, eleitoral ou as alterações a nível das empresas públicas terá — em cada um dos casos e por si só — a ruptura da coligação e eleições legislativas antecipadas».

O PS mostra-se naturalmente «disponível» para isso.

O recomeço da actividade parlamentar, depois da nova refrega entre os «barbos» do PSD na reunião do Conselho Nacional e das novas escaramuças entre os dois partidos da clique governante, foi marcado pelas condições antidemocráticas do novo regimento da AR aprovado pela maioria PS, PSD e CDS na última sexta-feira e já em prática desde ontem.

E ontem mesmo teve início a nova arrancada no plano legislativo contra as condições de vida do povo e para a liquidação das conquistas democráticas da Revolução de Abril.

A lei das rendas, que tem suscitado a indignação e o protesto de largas camadas da população, começou a ser discutida na AR e tudo indica que a maioria de direita a quer ver rapidamente aprovada.

O ministro Barreto anunciou na passada semana a apresentação para breve na AR do pacote de leis agrárias que avulta uma monstruosa lei da contra-Reforma Agrária que se propõe, entre outras celeradas medidas, reduzir de 370 para 20 as UCP's/Cooperativas do Alentejo e do Ribatejo; roubar-lhes 350 000 dos actuais 500 000 hectares de terras e entregá-las a título «compensatório», por

25 anos e com majorações escandalosas, aos antigos possuidores latifundiários; pagar a estes chorudas indemnizações.

Barreto previne que se demitirá se as suas leis não forem votadas até Maio...

Por sua vez, o ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, anuncia para «breve e definitivamente» até Maio a aprovação do pacote laboral em que avultam a lei da liberalização dos despedimentos e da lei antigreve.

Os inimigos de Abril não querem perder tempo na fúria destruidora.

São muitas e inequívocas as manifestações do medo da direita mais reacçãoária, de se ver corrida a curto prazo da área do Poder.

Mas as condições estão maduras para uma cabal solução da crise política no quadro das instituições.

As previstas grandes manifestações populares do próximo dia 16; as importantes acções da jornada de protesto e luta da lavoura contra a política do Governo; as comemorações do Dia Internacional da Mulher, que tiveram um vincado cunho de massas e de oposição e protesto contra o Governo PS/PSD; as lutas e acções de vários tipos anunciadas para o mês de Abril pelos trabalhadores da Reforma Agrária contra a intensificação da ofensiva do Governo e dos latifundiários calendarizada pelo ministro Barreto contra a mais bela conquista da Revolução; as greves, manifestações, concentrações e acções diárias dos trabalhadores de numerosas empresas e sectores em defesa das suas reivindicações salariais, contra o desemprego, contra o não pagamento dos salários em atraso; as lutas da juventude; das mulheres, dos reformados, dos trabalhadores do ensino e da saúde, dos intelectuais e estudantes, são grandiosas afirmações do carácter determinante do movimento de massas no combate democrático pela demissão imediata do Governo e de uma decidida mudança na política nacional.

Ao mesmo tempo, é uma condição necessária desenvolver a resistência e a luta do povo contra os intentos de destruição das conquistas fundamentais de Abril.

Todo o demissionismo, toda a renúncia à luta representariam uma ajuda objectiva ao projecto contra-revolucionário.

Resistir à ofensiva dos inimigos de Abril por todos os meios que a legalidade democrática põe ao alcance do povo, resistir em cada posição em poder dos democratas, nas autarquias e nos diversos órgãos institucionais que detêm é uma condição essencial para a vitória das reivindicações populares e democráticas, para a garantia da defesa e continuidade do regime democrático, para a derrota definitiva da contra-revolução.

No dia 16, camarada, amigo, trabalhador, português, patriota, vem até à rua e à praça pública, junta-te a todos os que se manifestam contra os inimigos abertos ou disfarçados de Abril, exige a demissão imediata do Governo PS/PSD, garante com a tua participação activa a viabilização de uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual.

O movimento operário, popular e democrático é o mais forte. A coligação e as forças sociais e políticas mais retrógradas que a sustentam são uma minoria cuja derrota está no momento ao alcance do nosso povo.

Comunicado conjunto do PCP e do MDP/CDE

Na sequência da análise da situação política actual realizada por delegações do PCP e do MDP/CDE, os dois partidos acordaram em apresentar listas conjuntas, no quadro da Aliança Povo Unido, às eleições para os órgãos das autarquias locais.

Os dois partidos acordaram igualmente em vir a constituir a Aliança Povo Unido para a apresentação de listas conjuntas em todos os circuitos eleitorais, para eleições legislativas antecipadas que venham a realizar-se em 1985.

A apresentação de listas conjuntas do PCP e do MDP/CDE, no quadro da APU, representa o suporte jurídico de uma unidade mais vasta dos democratas e patriotas interessados em assegurar a defesa do regime democrático e a retomada dos caminhos de Abril e contribuirá poderosamente para a consolidação do Poder Local, uma das bases fundamentais do regime democrático participado e da resolução dos problemas da população do nosso país.

A obra notável realizada pelos eleitos da APU, a dedicação, a honestidade e competência de que tem dado provas, quando detêm a maioria ou em situação de minoria, criam condições para que nas próximas eleições autárquicas: — a APU reforce as posições maioritárias nas 55 câmaras e nas 335 freguesias de que detém actualmente a presidência das Juntas; — conquiste a maioria em mais municípios e freguesias;

— mantenha e reforce as posições alcançadas noutros órgãos autárquicos; — eleja representantes em órgãos autárquicos onde até agora essa representação não foi conseguida; — concorra a todas as câmaras e assembleias municipais e ao maior número possível de assembleias de freguesia, procurando elevar de 2597 para mais de 3000 as listas apresentadas pela Aliança Povo Unido; — alcance a maior votação

de sempre.

De acordo com o sentido amplo em que tem actuado e se apresentará as próximas eleições autárquicas, a APU exorta todos os homens e mulheres, independentes ou filiados noutros partidos interessados em resolver os problemas das populações e reforçar o regime democrático, a participar na discussão dos problemas locais, na elaboração dos programas eleitorais e na formação das suas listas.

O PCP e o MDP/CDE manifestam a certeza de que o reforço e o alargamento da APU nas eleições autárquicas e em eventuais eleições antecipadas para a Assembleia da República, contribuirá decisivamente para a concretização de uma alternativa democrática que respeite a Constituição e defenda os interesses e a independência do País.

Lisboa, 12 de Março de 1985

Centenas de iniciativas

PCP: trabalha-se a sério!

De todas as regiões do País nos chegam notícias da intensa actividade das organizações. Empenhamento, dinamismo, esforço, capacidade, imaginação, participação individual e colectiva dão o tom a um vasto trabalho político, recheado de numerosas acções e iniciativas, neste mês de Março (mês do 64.º aniversário do Partido) de 1985 (ano de grandes batalhas políticas pela democracia). O que aqui deixamos, em seguida, é apenas uma recolha rápida de algumas das inúmeras iniciativas promovidas pelas organizações do Partido em todo o País. Nas próximas edições do «Avante!» daremos o devido tratamento a alguns dos acontecimentos que hoje — por severas dificuldades de espaço desta edição — apenas referenciamos.

Assembleias

Começando pelas Assembleias — momentos destacados da intensa vida democrática do Partido e espaços de debate político e de preparação das tarefas que se colocam aos militantes —, é de realçar o empenhamento e a dedicação com que se preparam as Assembleias de várias organizações de âmbito concelhio, nomeadamente a de Setúbal (no próximo dia 23, no Luís Tody, sob o lema «Com o PCP, desenvolver Setúbal, prosseguir Abril») e a de Sesimbra (no dia 24). No próximo domingo decorrerá a 2.ª Assembleia dos comunistas da freguesia do Castelo (concelho de Sesimbra), no CT de Santana.

Das Assembleias Concelhias recentemente efectuadas, é de realçar, desde já, o êxito das que ocorreram no último domingo em Alcobaca (distrito de Leiria) e em Mangualde (distrito de Viseu). Nas duas Assembleias foram eleitas as respectivas C. Concelhias, órgãos que vão dirigir o trabalho do Partido até às próximas Assembleias, e definidas direcções de trabalho.

Ainda no passado fim-de-semana realizou-se a 3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de S. Cosme, no concelho de Gondomar.

Recentemente efectuaram-se as Assembleias da célula dos trabalhadores comunistas da Câmara e S. Municipalizados de Loures e da organização de reformados comunistas da Covilhã.

Para o mês de Abril estão marcadas, entre outras, as Assembleias das Organizações Concelhias de Fafe (dia 13) e Almada (dias 20 e 21).

Campanhas

Na Organização Regional do Porto temos a campanha de difusão da imprensa do Partido, iniciativa de vivo significado.

Na Organização Regional de Lisboa prossegue a campanha «O Vitória para o Partido». De acordo com o último apuramento (7 de Março), o saldo registava já 53 878 200\$60. Durante este mês, a campanha do Vitória engloba outra campanha

de sempre.

Uma palavra final para a análise da situação na Banca, realizada na reunião do OD dos Bancários comunistas de Lisboa, efectuada no passado sábado.

Reuniões e plenários

Temas centrais como a actualidade política, as realidades locais, as lutas de massas, a unidade, a preparação das eleições autárquicas e o debate em torno das outras batalhas eleitorais têm motivado em todo o País e aos mais variados níveis da organização numerosas reuniões, encontros e plenários.

Assim aconteceu, por exemplo, com a 2.ª reunião plenária da Direcção Regional do Minho do PCP, efectuada a 2 de Março e que sublinhou a necessidade de reforçar o trabalho em torno da preparação das listas APU para todas as CM's, AM's e ainda para 550 freguesias nos dois distritos minhotos (Braga e Viana).

Em Colmbra decorreu recentemente o 1.º encontro de militantes comunistas nos sectores de serviços. Em Almada houve um plenário de quadros da organização concelhia. Na cidade da Horta, no Faial (Açores), reuniu antecorrem o Executivo da DORAA (em foco esteve a preparação do período legislativo de Março da Assembleia Regional). Em Sintra, um encontro de membros do Partido realizado no Palácio Valenças analisou e definiu objectivos e tarefas para as autárquicas.

Em Braga realizou-se, entretanto, a primeira reunião plenária da comissão Concelhia de Braga, eleita na recente Assembleia da Organização. Tanto em Braga como em Vila Nova de Famalicão, as reuniões das novas CC's elegeram os respecti-

vos organismos executivos.

Centros de Trabalho

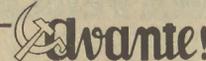
No domingo foi inaugurado o CT provisório do Partido na vila de Alcácer do Sal. No próximo dia 23 decorrerá a jornada de inauguração do novo Centro do PCP na vila alentejana de Cuba.

Aniversário do Partido

O 64.º aniversário do Partido tem motivado inúmeras iniciativas em todo o País. Do Norte, das Beiras, da Zona Oeste, do Ribatejo, das regiões de Lisboa e Setúbal, do Alentejo, do Algarve e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira vêm notícias de jornadas de convívio, sessões, festas e outras iniciativas. Como mero exemplo, entre centenas de outros possíveis, refira-se a iniciativa prevista para o próximo domingo, dia 17, no CT de Vialonga, (V. Franca de Xira) — um almoço-convívio às 13 horas, com caldeirada.

Debates

O debate é esclarecimento. E espaço de diálogo. Das múltiplas acções previstas, vamos para já destacar a sessão-debate a realizar no próximo dia 19 (terça-feira), às 24 e 30, na Cooperativa «Árvore», no Porto, subordinada ao tema «A agricultura e a indústria do distrito e a via de desenvolvimento para vencer a crise». Hoje, às 21 horas, no CT Vitoria, em Lisboa, «O pensamento de Marx» será tema para um debate com a participação de José Barata Moura. A sessão contará com alguns meios audiovisuais, incluindo um diaporama.



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725 769722

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont 57 2.º - 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 23351

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto, R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 639398 699615

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Evra, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 766402

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda S.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77635 776750. Porto - Rua do Almada, 16-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067

Composto e impresso na Héska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 40227

PCP

Economia do País em estado de coma mas existe terapêutica para a salvar

«Sobre a nudez fria dos números, o manto negro do futuro que nos espera... se alguma coisa não for mudada» — poderia escrever Eça, referindo-se à Conferência Nacional do PCP sobre a Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise, que nos próximos dias 30 e 31 de Março vai analisar a gravidade da situação económica nacional e as suas causas.

Foi na tarde de segunda-feira passada que o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, num encontro com os jornalistas, deu alguns números aterradores do que se está a passar e poderá vir a prolongar-se, caso não seja mudada a actual política económica e substituído este Governo de destruição nacional. Estiveram presentes, igualmente, os camaradas Gorjão Duarte e Carlos Carvalhas, do Comité Central, Octávio Teixeira, deputado do PCP e Vítor Dias, da SIP.

«É necessário chamar a atenção para a extrema gravidade da situação económica e os perigos que representa» — disse Carlos Costa, que referiu alguns aspectos técnicos da Conferência, com a participação de mil delegados («razões de ordem técnica impedem a participação de mais»), 1500 convidados, duas sessões plenárias (na abertura e no encerramento) e ainda o funcionamento de 19 secções em 14 salas do Pavilhão dos Trabalhadores da Siderurgia Nacional, em Paio Pires.

Depois, Carlos Costa falou da estagnação do Produto Interno Bruto (PIB), que decresceu nos dois últimos anos. Em 1984 teve uma baixa de dois por cento. Comentando esta queda no abismo diria: «Este decréscimo significa menos 60 milhões de contos, ou seja, menos seis contos por habitan-

te, tendo em conta que a população portuguesa é de 10 milhões. Mas é preciso considerar que todos os anos a população aumenta em 100000 pessoas. Portanto seria imprescindível um crescimento de dois por cento, tendo em conta o aumento da população e as necessidades de investimento, para manter a estagnação».

• Conferência do PCP (30 e 31 de Março) vai analisar a situação e apontar vias para o desenvolvimento e a superação da crise

ros, muitos dos quais são fornecidos pelos próprios organismos governamentais.

Vejamos o que se passa na agricultura que, apesar do ano excepcionalmente bom de 84, registou nos últimos cinco anos um decréscimo médio de 1,5 por cento. E, nas pescas, onde entre 81/83 o decréscimo médio anual foi de sete por cento. Só em 83 esta percentagem galopou até aos 11. E na construção e obras públicas dos três por cento, em 83, passou-se para 11 por cento, no ano seguinte.

Abordando a seguir os défices generalizados nas empresas públicas e privadas devido à política de sabotagem económica levada a cabo pelo Governo, Carlos Costa focou o

«A empresa — prosseguiu — só precisaria de 20 por cento do que pediu emprestado, mas foi obrigada pelo Governo a suportar o restante. Só a título de exemplo — frisou Carlos Costa — a EDP no ano de 83 pagava de salários 20 milhões de contos e de juros 58 milhões».

Não restam dúvidas de que quem paga isto é o público consumidor, como o comprovam os aumentos das tarifas da EDP que são sempre superiores à taxa de inflação.

Um dos países mais endividados

Outra questão abordada na Conferência de Imprensa foi a

de 84 o montante deve ascender a 2300 milhões de contos.

Situação calamitosa é, também, o que se passa com a dívida externa do Estado que, no final de 84, ascendia a 2500 milhões de contos.

«Portugal é hoje um dos países mais endividados do Mundo — esclareceu Carlos Costa — e desde o princípio do ano, até agora, a dívida externa aumentou cerca de 200 milhões de contos devido à desvalorização do escudo».

Carlos Costa esclareceu, ainda, que, em 1976, quando começou a política de recuperação capitalista, a dívida externa era de 100 milhões de contos e acrescentou:

«Nessa altura, muito embora não seja a solução que propomos, bastaria vender uma parte das reservas de ouro para pagar a dívida. Hoje, nem vendendo todo o ouro do Banco de Portugal chegaria para a pagar. Além disso, convém frisar que os sucessivos Governos, desde 76 até 84, já venderam 240 toneladas de ouro e não podem fugir a esta gravíssima responsabilidade que põe em risco o País».

O desemprego foi outro tema abordado pelo camarada Carlos Costa que referiu existir, actualmente, 600 mil desempregados, cerca de 12 por cento da população activa. Como termo de comparação referiu a situação existente em 75, existindo na altura apenas 200 mil, isto numa época em que se verificou o regresso de milhares de pessoas das ex-colónias.

A nível de salários, a situação também não é melhor. Entre 76 e 84 o salário real diminuiu 42 por cento e o salário mínimo 44 por cento. E os trabalhadores sem no entanto sabem estes números conhecem bem a situação.

O Governo actual, como aliás os seus antecessores, desculpa-se com a crise mundial, mas o que é certo — fez questão de sublinhar Carlos Costa — «é que não vemos os outros países da Europa numa situação como esta».

«O que se passa é que há uma verdadeira conspiração



Carlos Carvalhas, Carlos Costa, Octávio Teixeira e Gorjão Duarte durante a conferência de Imprensa

económica contra o regime democrático — acrescentou — e pretendem demonstrar que isto está pior do que antigamente».

A título de exemplo da des-governança existente focou o empréstimo que a banca nacionalizada foi obrigada a conceder a uma empresa suíça — a Hotelgal — no valor de 2700 milhões de contos com uma bonificação de dez pontos, o que significa que aqueles capitalistas vão embolsar 380000 contos por ano.

Apresentar soluções

Não se pense, contudo, que a Conferência vai criticar apenas a actuação do Governo. Isso significa que a tarefa fica pelo meio. Medidas alternativas vão ser encontradas, que visam o aumento da produção nacional, o saneamento financeiro do País e o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores.

Isto, numa perspectiva geral, pois no concreto traduzir-se-á pela dinamização da construção civil — sector que não necessita de componentes importadas e serve de pólo dinamizador de outros sectores produtivos — a realização de grandes projectos (Alqueva, Baixo Mondego, etc.) e o desenvolvimento da metalomecânica, substituição das importações, com o aproveitamento dos recursos nacionais, renegociação da dívida externa, pautada pela defesa dos interesses nacionais, entre outras medidas.

Carlos Costa deixou explícito que todos os que quiserem, sejam ou não comunistas, podem participar, mesmo que seja para contestar os dados

expostos durante os trabalhos das secções e as próprias teses da Conferência.

Manifestou, por último, a convicção de que nenhum outro partido seria capaz de organizar uma Conferência desta envergadura, mais uma vez prova de que o PCP não limita a sua actuação a uma crítica sistemática, antes procura apresentar alternativas para «esta política de ruína».

«Queremos fazer o ponto exacto da situação — disse a terminar Carlos Costa. Agora é mais fácil demonstrar a política de destruição pois já passaram nove anos desde que começou a recuperação capitalista. A in-

flação começou em 76 e, agora, está instalada, dizendo o Governo que ela se vai manter nos 22 por cento. Mas neste domínio e a processar-se a actual política, a única previsão que se pode fazer é de que não é possível nenhuma previsão sobre a inflação. A dívida externa gera-se a si própria e desde Dezembro último aumentou mais de 200 milhões de contos».

«Sobre a nudez fria dos números, o manto negro do futuro que nos espera... se alguma coisa não for mudada» — E o PCP tem alternativas para vencer a crise que outros pretendem institucionalizar.

Consumir é preciso

O aumento do mercado interno e, consequentemente, dos investimentos é uma das medidas para se ultrapassar a crise.

«Ao contrário do que têm defendido (e praticado) todos os Governos existentes desde 76, até ao presente, não é pela retraction do consumo que as coisas se resolvem».

Diminuindo o poder de compra dos trabalhadores e da população em geral diminui a produção interna e encerram empresas e casas de comércio que produzem e vendiam para o mercado interno.

Paralelamente, ao contrário do que certos arautos apregoam, a resolução não reside, unicamente, nas exportações. Prova disso, o ano de 84, em que apesar das exportações terem aumentado o Produto Interno Bruto diminuiu cerca de dois por cento. As pessoas não tinham dinheiro para comprar, retraíram-se e, em face disso,

as fábricas produziam menos pois o consumo externo nunca pôde absorver a produção interna de um país.

Assegurando o nível de vida das populações está-se a garantir o aumento da produção e a fomentar os investimentos necessários para fazer face ao aumento da produção.

Consumir é preciso — não o supérfluo, até porque esse é quase sempre importado (os casacos de vison, os perfumes parisienses, etc.) — consumir os bens essenciais e que resultam da produção nacional. Se não há poder de compra como se pode desenvolver a construção civil, a indústria de móveis, para não citarmos um rol extensíssimo?

Hoje, qualquer comerciante, independentemente da sua opção política, diz sem rubico que o ano em que vendeu mais foi 75. Quem quiser que tire as conclusões.

Uma conferência para todos os interesses

Dezanove temas serão debatidos nas secções da Conferência Nacional do PCP sobre a Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise que, no dia 30 de Março, começa em Paio Pires, no Seixal.

São as seguintes as secções previstas: Agricultura; Pescas; Grandes Projectos Nacionais; Indústria de Base; Indústrias Extractivas; Indústrias Transformadoras Ligeiras; Transportes; Comunicações; Energia; Tecnologia; Construção Ci-

vil e Obras Públicas; Banca; Seguros; Comércio e Preços; Turismo; Papel das diferentes formações económicas; Relações económicas externas; Questões sociais; Desenvolvimento Regional.

Nas diferentes secções inúmeros vão ser os assuntos debatidos. Citamos apenas alguns: substituição de importações por produção nacional; degradação das condições de vida; rentabilidade e liquidez da banca; crédito mal parado; habita-

ção; potencialidades económicas locais e seu aproveitamento; os grandes projectos nacionais e a sua incidência regional; economias de energia; Alqueva; aproveitamento integrado das pirites e metalurgia do cobre; a problemática das PME's e do sector privado; diversificação das relações económicas externas.

Mas muitos outros assuntos serão abordados, numa autêntica cartografia à situação económica nacional. Todos os trabalhos da Con-

ferência estão abertos aos órgãos de Comunicação Social e a realização da mesma insere-se no desenvolvimento da grande atenção que, de há muito, o PCP tem prestado à análise dos grandes problemas económicos nacionais e à elaboração das correspondentes propostas de solução.

É difícil, senão impossível, naquele mundo de debates não encontrar um tema que não nos diga directamente respeito.

Nacional JORNADA NACIONAL

Por uma forte acção no sábado

A CGTP-IN, que anunciou na segunda-feira passada a realização de 23 acções, em todo o País, pela demissão do Governo, confirmou os objectivos da Jornada Nacional de Luta no próximo sábado e divulgou as horas e locais das concentrações e manifestações. Grandes encontros e plenários de trabalhadores e activistas sindicais terão lugar nos distritos de Viseu, Funchal, Ponta Delgada e Portalegre.

A Jornada, decidida em Plenário Nacional de Sindicatos no dia 11 do mês passado, tem por objectivos expressos e confirmados pela Inter, no passado dia 11, os seguintes: «defender os interesses imediatos dos trabalhadores (ver Suplemento); pôr termo à ofensiva contra as conquistas de Abril; defender as nacionalizações, a Reforma Agrária e a economia nacional; defender as liberdades, o regime democrático e a independência nacional; pela demissão do Governo PS/PSD».

Segundo o programa distribuído no dia 11, as manifestações e concentrações do próximo sábado realizam-se em Aveiro (15 e 30, Largo da Estação); Beja (15 horas, Largo dos Duques de Beja); Aljustrel (15 horas, junto ao Sindicato dos Mineiros); Odemira (15 horas, Largo da Câmara); Braga (16 horas, junto à Arcada); Castelo Branco (16 horas, Campo das Festas da Covilhã — junto aos Bombeiros); Coimbra (15 horas, Praça 8 de Maio); Évora (15 horas, Praça do Giraldo); Faro (15 e 30, Largo da Liberdade, à Pontinha); Guarda (15 e 30, frente ao Governo Civil); Lelria (15 e 30, Cine-Teatro); Lisboa (15 horas, Martim Moniz); Portalegre (a marcar); Ponte de Sôr (15 horas, Largo da Câmara); Campo Maior (17 horas, Cantos de Baixo); Porto (15 horas, Largo do Carvalho, Praça das Flores, Praceta 25 de Abril em Vila Nova de Gaia); Santarém (15 e 30, Feira Nacional da Agricultura); Viana do Castelo (15 horas, Praça da República); Vila Real (13 e 30, Avenida Carvalho Araújo).

«De cócoras perante o dólar»

A CGTP, que considera incongruente «o facto de este (des)Governo ainda não ter sido demitido», difundiu entretanto um «manifesto à população» onde enumera as consequências da política actual. Distribuído por todo o País, o documento da Central unitária refere os «salários em atraso; desemprego, e desempregados sem subsídio; quebra inédita do poder de compra; degradação do ensino, da educação e da assistência médica; aumentos escandalosos para governantes e deputados; corrupção, imoralidade e abuso de dinheiro público; repressão e restrições às liberdades; entrega do País ao poder do grande capital e dos monopólios estrangeiros («de cócoras perante o dólar»); como assinala expressamente o manifesto da CGTP-IN.

Na preparação da Jornada, além das lutas em curso, principalmente em defesa dos salários e postos de trabalho, requerem destaque a movimentação dos trabalhadores agrícolas, os quarenta plenários de trabalhadores de diversos sectores e empresas da região de Aveiro, bem como as reuniões plenárias das organizações represen-

tativas (ORT's) de empresas fortemente ameaçadas como a MDF (Tramagal), CNP, Petroquímica, Petrogal (Encontro Nacional) e ainda na Secil, na RTP, Covina, Centraler e CTT.

No quadro também de preparação para a Jornada, e no que se refere à defesa do sector empresarial do Estado, destaca-se precisamente hoje, dia 14, um plenário das ORT's do sector no Porto, incluindo uma conferência de Imprensa e uma exposição na «baixa» da cidade.

Também hoje, em todos os concelhos do distrito de Setúbal decorrem acções de luta em defesa do sector empresarial do Estado, incluindo acções de esclarecimento dentro da Petrogal e da CNP. Hoje, ainda, no Rossio, os bancários estarão presentes com bancas na Praça, e os trabalhadores aduaneiros realizam uma assembleia geral.

Entre outras acções, que convergem para a Jornada de sábado, realce ainda para as delegações sindi-

ciais dos trabalhadores do material eléctrico (plenários em Ovar, Porto e Lisboa, marcados para o dia 12) e o encontro em Portalegre (dia 15) dos trabalhadores de todos os sectores em dificuldades no distrito.

Para ontem, nos seguros e na banca, mantinham-se anunciados dois jantares de trabalhadores para comemorar o aniversário das nacionalizações.

Entre outras reuniões, sublinhem-se ainda nos últimos dias os plenários na Ferrominas, Minas do Pe-

• Locais e horas de 23 manifestações

ção e da Urgelriça, integrados na defesa do sector empresarial do Estado.

Adesão da Função Pública

Contra um Governo que «degrada os serviços públicos para níveis que levam as populações a descer completamente da função social do Estado», o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores decidiu aderir à Jornada de Luta promovida

pelo movimento sindical unitário, no próximo sábado.

Ao lado de outras adesões, entretanto manifestadas por organizações da FP, o Sindicato do Sul e Açores faz incidir os principais objectivos da luta em reivindicações específicas, designadamente pela negociação (com os sindicatos representativos) da versão final do diploma de carreiras profissionais; garantia da estabilidade de emprego; dignificação dos serviços e contra a sua degra-

dação.

Segundo uma nota de sexta-feira passada, a direcção e a mesa da Assembleia de Delegados acusam este Governo de ter feito «chantagem» com a negociação do diploma de revisão de carreiras «para que a Frente Comum (de sindicatos) assinasse o acordo final» sem que o mesmo Governo desse «garantias de estabilidade de emprego», propondo-se, ao contrário, «criar excedentes e desemprego na Função Pública».

LUTAS ETAREFAS

● 10.º aniversário das nacionalizações — Várias iniciativas assinalaram, a partir de 11 de Março, o 10.º aniversário da nacionalização da banca, dos seguros e dos sectores básicos da economia. As nacionalizações, que a Constituição considera irrevogáveis desde 1976, foram tema de colloquios, debates, exposições e iniciativas de esclarecimento da população. Baseadas na defesa do sector empresarial do Estado, as comemorações foram organizadas por várias organizações representativas do movimento sindical unitário, designadamente em Lisboa e no Porto.

● UTIC e RN — Movimentações recentes nestas duas empresas do sector empresarial do Estado (de capital misto a primeira, e a segunda nacionalizada) levaram os trabalhadores a tomar posição no sentido de salvar da ruína essas fortes unidades do SEE. Na passada sexta-feira, os trabalhadores da UTIC participaram numa marcha entre Cabo Ruivo e o Campo Pequeno, em Lisboa, onde uma delegação foi recebida por um responsável do Instituto de Participações do Estado. Na RN a CT protesta contra o teor do «contrato-programa», que considera «um contrato de destruição» e de «ataque ao sector nacionalizado». Na UTIC (2400 trabalhadores) os salários em atraso atingem os 25 mil contos no fim da semana passada. Na RN o «contrato-programa» anuncia, entre outras medidas, a redução de 1395 postos de trabalho até 1987 — o total é de 12.795, actualmente.

● Carreiras docentes — O movimento sindical unitário dos professores, que luta pelo prosseguimento das negociações de carreiras, propõe-se dinamizar o debate nas escolas, pois considera, segundo o SPGL (Grande Lisboa), que «o projecto do Ministério da Educação, a concretizar-se sem significativas alterações, seria profundamente prejudicial para a situação profissional dos docentes».

● Trabalhadores estudantes — Reunida em 5 do corrente no Porto a direcção da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores Estudantes decidiu realizar, entre outras acções de carácter nacional e local, um Encontro Distrital em Lisboa, no próximo dia 20.

● Função Pública — O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, que comemorou no passado dia 6, o 9.º aniversário da sua fundação, ao desenvolver várias acções no âmbito do caso LNETI (morte recente de um trabalhador por graves deficiências nas condições de trabalho) responsabilizou o ministro da Indústria e Energia e o presidente daquele laboratório pelos factos ocorridos, e exigiu, entre outras medidas, «uma vitória a todos os laboratórios do LNETI», que conduza a conclusões claras «sobre as condições de trabalho existentes e a medidas de alteração imprescindíveis». No mesmo sentido se pronunciou a Federação sindical dos TFF.

● Congresso dos Professores do Norte — Entre as resoluções aprovadas pelo 1.º Congresso do Sindicato dos Professores do Norte (7, 8 e 9 de Março no Porto) defende-se uma lei de bases do sistema educativo assente «numa política educativa democrática, que respeite os princípios constitucionais e corresponda às aspirações de alunos, professores e população em geral».

● MDF: «destruição criminosa da empresa» — Publicada no «Diário da República» de quinta-feira passada a «situação económica difícil» para a MDF (Tramagal), as ORTs e a Federação do Sector (metalurgia e metalomecânica) decidiram desenvolver todas as acções com vista à impugnação dessa resolução do Conselho de Ministros, que consideram ilegal. A medida do Governo mantém os despedimentos (entre 400 e 600), autoriza o desmembramento da empresa e aponta para a sua destruição.

● Situações muito graves nos distritos de Portalegre, Santarém e Viseu — Organizações representativas, em particular as Uniões de Sindicatos e as distritais do PCP referem que no distrito de Portalegre «há mais de 10 mil desempregados, dos quais apenas 40 por cento recebem subsídio de desemprego» e também 1500 trabalhadores com salários em atraso; em Santarém verifica-se um desemprego crescente, salários em atraso e crise na agricultura; em Viseu encerraram recentemente as seguintes empresas: Tervil, Sá Fer-

reira, Almague, Manuel da Costa, Geraldo e Sá, Martinho e Almeida, Cerof, Cerâmica de Molelos, Aviténica, Nalofar e Neometá — a maior parte com muitos meses de salários em atraso, registando-se esta última situação em mais 30 empresas do distrito, segundo nota emitida no dia 6 pelo secretariado da União dos Sindicatos de Viseu.

● Oliva/ITT: Mais 300? — A administração da Oliva/ITT, de São João da Madeira, que no final do ano passado despediu perto de 300 trabalhadores, prepara-se, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, para lançar outros trezentos no desemprego. As ORTs da Oliva decidiram convocar para hoje um plenário na empresa. Segundo o Sindicato, exigem-se do Governo e dos outros órgãos de soberania «medidas concretas que salvaguardem os interesses dos trabalhadores da Oliva e do País».

● Vitórias da unidade — Listas de formação unitária venceram recentemente as eleições para o Sindicato dos Telefonistas do Norte e para a comissão de trabalhadores (CT) da AGPL — Administração Geral do Porto de Lisboa. Hoje, realizam-se as eleições para a CT da Fundação de Oeiras à qual concorre uma lista sob o lema da unidade.

● Outras acções — O movimento sindical e os trabalhadores, que nas últimas semanas, em todas as acções e lutas, inclusivamente nas que acabámos de referir, têm apelado à participação em massa na Jornada Nacional do próximo sábado em todo o País, foram ainda obrigados a recorrer a várias formas de luta na Grundig (Bragança), Reis e Silva (Santo Tirso), CTM e CNN (Lisboa), Desco (Vila Nova de Gaia), Sitenor, trabalhadores agrícolas do Norte e Centro (semana de luta de 11 a 16 do corrente), médicos poliflétricos, J. Pimenta (Talaia, Oeiras), Sardan (Sardoal, Santarém), EDP (Encontro Nacional), Livraria Bertrand (Lisboa), Jotovar (Vila Nova de Gaia), Hotel Ofir (Espôsende), Soconel (Évora), Parques Municipais de Lisboa, STCP (transportes Colectivos do Porto), Metalúrgica Casal (Aveiro), Hotel Estoril-Sol, Sorefame, Siderurgia, e Arsenal do Alfeite.

PCP

ÁLVARO CUNHAL EM COIMBRA

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, deslocou-se no último sábado, dia 9, à cidade de Coimbra para participar em três iniciativas promovidas pelo Partido, com características bem diferenciadas. De manhã esteve na velha universidade coimbrã, num encontro com intelectuais e quadros técnicos. À tarde, num encontro distrital de quadros subordinado ao lema «Com o PCP, novo Governo, nova política». E, finalmente, à noite, num comício com boa participação popular, onde faria uma intervenção mais desenvolvida sobre a actual situação política, que aqui publicamos nestas centrais do «Avante!».

Os intelectuais e a situação política

«Um intelectual não se diminui pertencendo ao partido do proletariado» afirmou o secretário-geral do PCP nas breves palavras que introduziram o debate realizado no sábado de manhã, no teatro da Faculdade de Letras, no encontro que aí manteve durante duas horas com um largo conjunto de intelectuais e quadros técnicos, destacando-se entre os participantes vários professores universitários.

Segundo a proposta do organismo de direcção do Sector Intelectual de Coimbra do PCP, que promoveu o encontro, o debate iniciou-se com uma breve intervenção de Álvaro Cunhal, ao que se seguiu um período de debate, com opiniões e perguntas de participantes, e, naturalmente, com os comentários e as respostas do secretário-geral do PCP.

No apontamento introdutório, Álvaro Cunhal referiu-se aos aspectos mais salientes da actualidade política e dos problemas sociais no País, a intervenção dos intelectuais e dos

quadros técnicos nesse panorama. «O que acontecer neste ano de 1985 será decisivo para os próximos anos» — afirmaria a dado passo.

Recordando o que significa a destruição das grandes transformações de Abril e alertando para consequências da restauração do poder económico e político dos monopólios, o dirigente comunista salientou que, actualmente, o «problema central», que determinará o futuro, é saber se o processo contra-revolucionário termina ou se prossegue e destrói as conquistas democráticas, as transformações económicas e sociais, os direitos e liberdades. Uma imediata conclusão se retirou das palavras de Álvaro Cunhal, a demissão do Governo PS/PSD, tarefa urgente e patriótica, é o primeiro passo para cortar a ofensiva destruidora que compromete seriamente o futuro do País e dos cidadãos.

Depois de apontar a degradação geral do ensino, da saúde, do apoio à investigação, às artes e às letras, como consequência da actual política, em flagrante contraste com as possibilidades de realização que uma política democrática é capaz de proporcionar aos intelectuais e quadros técnicos, o secretário-geral do PCP falou da intervenção desse sector na actual situação política, destacando a luta em defesa das conquistas democráticas nas áreas em que os intelectuais actuem e a sua participação na luta geral e nas acções de protesto das massas trabalhadoras e do povo português. «Ninguém pode estar indiferente aos problemas que afectam o povo» — afirmaria a dado altura.

As próximas batalhas eleitorais foram contempladas na rápida análise exposta pelo dirigente comunista, que recordaria a existência de «novos factores no quadro partidário nacional», e a perspectiva real de mudança no sentido da alternativa democrática com a realização de possíveis eleições legislativas antecipadas.

No último ponto da sua intervenção de abertura, Álvaro Cunhal destacou o «papel importante dos intelectuais» na sociedade socialista pela qual os comunistas lutam, afirmando que é no Partido, e no combate democrático, juntamente com os trabalhadores e o povo, que os intelectuais, os artistas e os quadros técnicos encontrarão as condições para a sua plena realização e criatividade.

A «entrada na CEE» e a demagogia soviética, o «pluralismo político», a liberdade individual e a acção colectiva — a orientação do Partido nas diferentes situações; a modernização do País, a produção e a

garantia do futuro para a juventude; a influência das *mass media* e o marxismo hoje; a demissão do Governo e o «bloqueio» das instituições; e ainda problemas das mulheres — foram questões levantadas por alguns dos presentes no debate com Álvaro Cunhal, que terminaria com um apelo legítimo: **Intervenham para pôr fim à política de desastre do Governo!**

Estiveram também na Mesa que presidiu ao encontro os camaradas Jaime Serra, membro da C. Política do Partido; Vítor Costa, do CC, responsável do Sector Intelectual; Jorge Leite, do organismo de direcção daquele sector; João Cardoso, do OD do Sector da Saúde; e Cabral Pinto, da JCP.

Os problemas do distrito num encontro com 500 quadros

À tarde, no pavilhão da Palmeira, o secretário-geral do PCP juntou-se aos cerca de 500 participantes no encontro distrital de quadros comunistas, que debateram a situação política e social, deram um balanço da actividade do Partido e definiram as principais tarefas políticas para os próximos tempos, dando neste aspecto particular relevo à batalha eleitoral das autárquicas.

O debate realizado no sábado proporcionou um levantamento significativo da situação nos 17 concelhos do distrito, tanto ao nível dos problemas sociais e económicos, como ao nível das lutas de massas, da

Um comício combativo, uma reunião com 500 quadros e um encontro tiveram no sábado a participação



No encontro com intelectuais e quadros técnicos, na Universidade de Coimbra

acção do Partido e das tarefas que se colocam aos comunistas e aos democratas.

Par das intervenções dos camaradas que falavam em representação dos concelhos (só o de Góis «falhou»), registaram-se algumas comunicações sobre temas centrais, nomeadamente sobre a preparação das eleições autárquicas e aspectos fundamentais relativos a esse importante acto eleitoral (recorda-se, a propósito, que já em Janeiro deste ano essa questão havia sido debatida

numa primeira fase, no encontro distrital então realizado), sobre a organização do Partido, o trabalho de fundos, a luta política e as suas direcções fundamentais, etc.

As conclusões fundamentais do encontro foram sintetizadas num documento (lido pelo camarada José Moreno, do Secretariado da C. Distrital) a que nos referimos à parte, nestas páginas. Constituíram a Mesa que presidiu aos trabalhos do encontro os seguintes camaradas: J. Moreno; Sofia Ferreira,

do CC, Luís Ribeiro, Vasco Paiva, do CC, Francisco Guerreiro, Alfredo Campos, Jorge G. Monteiro, Hermínio Martins, Jaime Serra, da C. Política do Partido, e Álvaro Cunhal.

Depois da aprovação por unanimidade do documento conclusivo — instrumento fundamental para o trabalho político dos comunistas nos tempos mais próximos, no distrito —, o encontro ouviu duas intervenções finais: a de Vasco Paiva, que fez o balanço do encontro; e de Álvaro Cunhal, que em primeiro lugar felicitou a organização distrital de Coimbra pela realização, com êxito, do encontro. O «balanço positivo» da iniciativa, a análise objectiva que aí decorreu dos diversos problemas da região, o «espírito criativo e auto-critico» revelado nas intervenções produzidas foram aspectos enaltecidos pelo dirigente comunista.

Álvaro Cunhal salientou a importância do encontro como espaço de discussão dinâmica das questões fundamentais da realidade que se vive no distrito de Coimbra, recordando que aí se fez o ponto da situação dos problemas nas empresas, nos transportes e serviços, nos campos e em todos os outros sectores de actividade.

A luta de massas contra o Governo, a convergência da

luta dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores (o distrito tem maioria de concelhos essencialmente rurais), a atenção que é preciso dar às frentes de luta dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, jovens, mulheres e deficientes — foram temas desenvolvidos na breve intervenção de Álvaro Cunhal.

A dada altura, comentou o facto de apenas um número reduzido de mulheres ter intervenido no encontro, salientando ainda que é desejável que em todas as iniciativas do Partido também as mulheres tenham representação das organizações, e não caiba apenas aos homens essa tarefa. Uma longa e forte ovação sublinhou estas palavras do secretário-geral do PCP.

As próximas batalhas eleitorais mereceram destaque final na sua intervenção.

Um comício combativo

No mesmo pavilhão, casa de uma prestigiada e conhecida colectividade desportiva de Coimbra — o «Comitricentense» — que foi obrigado a abandonar a competição maior do basquetebol nacional por moti-



«Estamos hoje e sempre abertos à unidade e à acção comum»

Camaradas:

Há dias, num acto simbólico de adesão ao PS de 33 quadros superiores à procura de empregos superiores — e com tanta eficiência que um entrou logo para o Governo —, o secretário-geral do PS declarou solenemente que o PS «tem um projecto claro e uma base ideológica também clara».

Que projecto? Que base ideológica?

Era de esperar que dissesse que o seu projecto e a sua acção é a restauração dos monopólios e dos latifúndios, é a exploração desenfreada e a liquidação dos direitos dos trabalhadores, é a política ao serviço do capital. Que a sua base ideológica já nem sequer é o reformismo, mas as concepções do capitalismo monopolista de Estado, concepções que, no caso português, se identificam com a política da contra-revolução.

«Mas não! Segundo declarou então o secretário-geral do PS, o «projecto claro» e a «base ideológica» é «o socialismo democrático».

Creio, camaradas, que estareis de acordo que, se nos cubessem atribuir um prémio Nobel por fraude política e ideológica, o dr. Mário Soares tinha inteiro direito a recebê-lo.

Sentindo o seu fim próximo o Governo apressa a contra-revolução

Depois de sucessivas crises e espectáculos de desintegração e degradação interna, o Governo PS/PSD procura fazer esquecer as misérias e vergonhas que todo o País viu, procura aparentar que tudo foi resolvido, que a coligação está unida e firme, e que o Governo, mais forte que nunca, não só está em condições de tomar no imediato medidas radicais, como mantém o propósito de governar até 1987.

O que está, porém, por detrás dessa imagem de unidade, de força e confiança que procuram dar neste preciso momento? Que procurou dar o Primeiro-Ministro na RTP? Que procuraram dar nas reportagens dessa turística reunião do Conselho de Ministros num hotel de Sintra?

O que está por detrás da imagem de força e confiança que o Governo procura dar é a crescente degradação interna, é o crescente isolamento, é o medo crescente do fim que inexoravelmente se aproxima.

O Governo quer meter medo, mas é ele que o tem.

Esse medo é sintoma da real debilidade do Governo, maduro para cair ao primeiro abanão institucional. Mas é um medo perigoso. E é perigoso porque, sentindo que já não terá muito tempo para realizar o seu plano de restauração monopolista e latifundista, o Governo acelera a ofensiva contra as conquistas de Abril e contra o regime democrático de forma a criar o máximo de factos consumados, e, se possível, irreversíveis.

Os objectivos contra-revolucionários do Governo PS/PSD foram desde o início desmascarados pelo nosso Partido. O Governo de Soares (tal como o Governo da «AD») nunca considerou como sua missão a recuperação económica do País. Desmentindo as próprias palavras, a missão que a si próprios atribuíram Soares e o Governo PS/PSD foi a liquidação das conquistas democráticas consagradas na Constituição e a restauração dos monopólios fascistas associados ao imperialismo, a restauração dos latifúndios, a restauração do poder económico e político dos magnatas que nos exploraram, dominaram e oprimiram durante 48 anos, utilizando para isso a liquidação das liberdades mais elementares, a repressão e o terror da ditadura fascista.

Na medida em que passaram os meses, mais claros e arrogantes se tornaram os objectivos contra-revolucionários.

Quando em Novembro do ano passado, como solução de mais uma crise na coligação governamental, M. Soares propôs à chamada «Cimeira PS/PSD» as «24 medidas», logo advertimos que os objectivos dessas «24 medidas» consistiam em acelerar o processo de restauração monopolista, acelerar ainda mais todas as ofensivas inconstitucionais, ilegais e subversivas contra as estruturas económicas consagradas na Constituição, contra o bem-estar do povo, contra as liberdades e a democracia. Tratou-se (como sublinhámos) de «uma plataforma contra-revolucionária tendo como objectivo a liquidação das conquistas de Abril a curto prazo».

As «58 medidas» que afinal foram assinadas muito justamente chamámos «o plano para um golpe».

Mais recentemente, quando do conhecimento das «Medidas Concretas» complementares do chamado «Livro Branco» de Veiga Simão, advertimos de que se tratava da definição da «contra-revolução económica», abrindo caminho à venda em massa das participações do Estado, de unidades industriais e de grande parte do capital das empresas públicas, à abertura das mais importantes empresas públicas à participação substancial do capital privado, ao desmantelamento e privatização (totalmente inconstitucional e ilegal) de sectores e empresas nacionalizadas.

Em Fevereiro, no Conselho de Ministros, o plano tornou-se ainda mais preciso. Segundo proposta de lei então aprovada, não só o capital social das Empresas Públicas seria completamente aberto ao capital privado como seria dada prioridade aos ex-titulares do capital dessas mesmas empresas!

O que significa esta «prioridade» conferida aos «ex-titulares»?

Esta prioridade põe inteiramente a nu o fim último, o objectivo estratégico, o fio condutor e dominante da política do Governo: a entrega dos sectores e empresas nacionalizadas aos antigos monopólios fascistas — aos Melos, ao Espírito Santo, aos Bulhosa, aos Champalimaud e outros que tais.

Agora, como resultado da reunião do Conselho de Ministros de Sintra, os propósitos largamente referidos por responsáveis do Governo e pela imprensa que o apoia não deixam lugar a dúvidas. Violando a Constituição e a legalidade democrática, o Governo prepara novas leis e novas medidas para (aproveitando o escasso tempo que lhe resta de vida) lançar uma ofensiva geral e global contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, contra os direitos dos trabalhadores, contra as liberdades, contra a própria democracia política.

Que fazer perante esta situação e perante esta ameaça?

A resposta só pode ser uma. Intensificar mais e mais a resis-

tência e a luta. Utilizando todas as liberdades e direitos que a Constituição reconhece, resistir em massa, unidos, firmes, dispostos à luta, não deixando que avance o plano contra-revolucionário.

É o Governo que está contra a legalidade. É o povo que a respeita.

Confiantes em que o Governo se aproxima do seu fim e que uma alternativa democrática será encontrada — não reconhecer as decisões ilegais e arbitrarias, não deixar que o Governo prossiga a sua obra de destruição.

Lutamos e lutaremos para que, na hora em que o Governo PS/PSD vá a terra, as conquistas de Abril continuem de pé.

Será derrotada e Abril vencerá.

A-catastrófica situação social e as mentiras do Primeiro-Ministro

De que esta política agrava todos os problemas nacionais são feitas numerosas provas dos nove. O verdadeiro desastre que esta política tem representado para o País e para o povo está à vista de todos.

Para o País, o «milagre económico português» — expressão utilizada, certamente no gozo, por um capitalista norte-americano e repetida ridiculamente a sério por M. Soares — não trouxe na recessão económica, na desorganização do processo produtivo, na degradação de sectores básicos, no alargamento especulativo dos circuitos comerciais, na ruptura do sistema financeiro, na crescente dependência em relação ao imperialismo e no aumento louco e irresponsável da dívida externa, que suga parasitariamente tão grande parte da produção nacional e estranha e compromete de tal forma o nosso desenvolvimento, que se coloca a necessidade de considerar a sua renegociação na base da defesa dos interesses nacionais.

O distrito de Coimbra conhece directamente as consequências da política do Governo na economia regional. Empresas encerradas e falidas, evasão de máquinas e divisas para o estrangeiro, estagnação nas obras de regularização do Mondego, do porto da Figueira, do melhoramento da estrada da Beira, da estação de tratamento de águas residuais de Coimbra, etc.

Na agricultura, conhecem bem os pequenos e médios agricultores do distrito o que para eles tem significado o encerramento das feiras de gado, a baixa do preço e a dificuldade do escoamento da batata, o preço do leite à porta da fábrica, as elevadas rendas, nomeadamente nos campos de arroz, e o atraso no pagamento das indemnizações.

Para o povo português —, são os despedimentos, o desemprego, os salários em atraso, os aumentos dos preços, a fome que alastra, a ruína dos pequenos e médios agricultores, a falência de milhares de pequenas e médias empresas, as dificuldades económicas e profissionais que tocam os intelectuais e quadros técnicos, novas discriminações para as mulheres, jovens sem emprego e sem escola, e os reformados, os pensionistas, os deficientes, reduzidos à miséria e à fome.

Os trabalhadores e as populações do distrito de Coimbra conhecem por experiência própria as consequências da política do Governo.

Conhecem as trágicas consequências na vida dos trabalhadores do encerramento de empresas, como é o caso dos 600 corajosos trabalhadores da Videira da Fontela, como é o caso dos 178 trabalhadores despedidos na Abriedex de Verride, como é o caso dos 30 trabalhadores da Gelmar, como é o caso dos 300 trabalhadores no desemprego da Campidar, Campimóvil e Motorizadas Fome de Cantanhede, como é o caso de muitas outras empresas do distrito.

Conhecem o que significam os salários em atraso, como é o caso dos 300 trabalhadores da metalúrgica Termec, da Bertrand, da Atlântida, da Aliança Comercial de Miudezas de Coimbra, como é o caso dos 40 trabalhadores da Carreira Naval Figueirense, como é o caso dos 35 trabalhadores da Setilce de Pereira do Campo, como é o caso da Calceal e de 50 trabalhadores das pedreiras Manuel Pedrosa de Cantanhede, como é o caso de tantas e tantas outras empresas.

Conhecem o que significam os despedimentos como foi o caso da Agia alemã, da Uniflet e da Bayer.

Conhecem o que significa a redução compulsiva dos dias de trabalho (Fábrica de Papel de Serpins, Francisco Martins de Coimbra, etc.) e a repressão patronal que se desencadeia nas fábricas têxteis, nos Estaleiros Navais do Mondego, na Cimpor/Cabo Mondego, na Celbi e na Soporrel da Figueira da Foz.

Não pode deixar de provocar justa indignação o facto de que o Primeiro-Ministro, continua utilizando largamente os meios de comunicação social do Estado para dizer e redizer que em Portugal tudo corre em maré de rosas.

Ainda há dias, que foi o Primeiro-Ministro dizer à RTP? «Que ninguém mais do que ele «sofre na pele os custos» das dificuldades do povo, que «temos hoje uma situação melhor», que se está a fazer a contratação colectiva, que não se vê «uma única greve, nem um único problema grave», que a política do Governo é «a política desejada pela grande maioria do povo português», e ainda (como exemplo do seu rigor) que só há 53 000 trabalhadores com salários em atraso e não os 150 ou 160 000 de que falam as organizações sindicais. Estes últimos números não prestam (como disse candidamente o Primeiro-Ministro) pois há «alguns milhares de trabalhadores com salários diferentes e melhores»... E assim por diante, afirmações deste nível e deste jaez.

Como comentar tais afirmações?

A maneira antiga temos dito que, se, por cada mentira que diz, lhe caísse um dente, já há muito estaria desdentado.

Agora, usando imagens mais modernas, podemos dizer que, se por cada mentira, lhe crescesse o nariz à maneira de Pinóquio, já o nariz teria dado, não voltas a Portugal, mas várias voltas ao Mundo.

O Primeiro-Ministro fez uma vez mais muitas promessas. Agora sim tudo vai melhor. Mas quantas vezes não o disse já? Quantas promessas não fez sem que no mínimo as cumprisse?

O Primeiro-Ministro iniciou também já várias manobras demagógicas eleitoralistas. Diz ter tantos milhões de contos para isto, mais outros milhões para aquilo. Mas quantas vezes a cada concessão

eleitoralista não sucedeu depois a sua anulação? Quantas vezes um aumento de 20% nos salários não tem sido comido pelo aumento de 30% nos preços?

Não, o Primeiro-Ministro tem, cada vez mais dificuldades em enganar o povo. Literalmente ninguém acredita nele.

E se ninguém acredita não é por maior ou menor crença. É porque os factos o desmentem.

A continuar este Governo, o que espera os trabalhadores? O melhoramento da situação como diz o Primeiro-Ministro? Não. A continuar este Governo, os salários reais continuarão a descer, os preços a subir, os despedimentos a multiplicar-se, a miséria a alastrar.

Que propõe para já o Governo à Assembleia da República? Qualquer proposta de lei para minorar a grave situação económica das camadas laboriosas? Não. A proposta de lei que leva para já à Assembleia da República é a famigerada «Lei das rendas». Já está inscrita a sua discussão.

A ir por diante este projecto, além dos aumentos incoportáveis das rendas, significaria, só em Lisboa, segundo estimativas já conhecidas, cerca de 50 000 despejos.

É necessário reforçar o protesto contra esta proposta da forma a impedir que vá por diante. É necessário alargar e intensificar a luta da classe operária, dos agricultores, das mulheres, dos intelectuais, da juventude, de todas as classes laboriosas, das camadas mais desfavorecidas, por objectivos concretos imediatos.

A hora é de luta. Só através da luta se conseguirá o melhoramento das condições de vida do povo português.

Em perigo a democracia e a independência nacional

Temos insistido e é nosso dever continuar a fazê-lo que a urgência da demissão do Governo impõe-se não apenas pelos monstruosos malefícios da sua acção na situação económica, nas condições de vida do povo, na vida cultural, mas também pela política de capitulação nacional, que cria cada vez mais graves laços de dependência de Portugal em relação ao imperialismo e limita e compromete a nossa soberania e independência nacionais e também pelos golpes que está dando e se prepara para dar na democracia política.

As cedências e concessões económicas, financeiras, diplomáticas, políticas e militares ao imperialismo, assinalam cada dia com novos perigosos passos a política de capitulação, subserviência e submissão nacional.

A tragicomédia soviética da adesão ao Mercado Comum continua a ilustrar-se pelo charlatanismo de declarações governamentais, pelas inadmissíveis pedinheiras e pelas negras ameaças pairando sobre a economia portuguesa.

As relações com o FMI continuam a ser marcadas por pressões, ingerências e concessões antinacionais.

A política africana, apesar de todos os hipócritas desmentidos e hipócritas promessas, continua a acusar (pela livre acção dos agentes da Renamo e Unita em Portugal) o comprometimento do Governo PS/PSD com a estratégia norte-americana, visando a destruição dos regimes angolano e moçambicano.

No plano militar, três acontecimentos recentes provocam legítima indignação e inquietação. O primeiro é a assinatura pelo Governo PS/PSD do acordo laboral relativo à base das Lajes, acordo pelo qual trabalhadores portugueses deixam de ter as garantias da Lei portuguesa e de serem protegidos pelos tribunais portugueses e ficam entregues ao despotismo militar norte-americano.

O segundo é a confirmação de que a instalação militar acordada com os Estados Unidos em Almodôvar é uma estação de rastreio espacial, de apoio a satélites militares, integrada no sistema estratégico «Space-track» — o que corresponde à instalação de um alvo prioritário em caso de conflito.

O terceiro é a publicação do «Conceito estratégico de defesa nacional». Expressamente se admite «a utilização (por países da NATO) de facilidades em território nacional» que provoquem «riscos acrescidos».

De que «riscos acrescidos» se trata? Tudo leva a admitir que se trata da «utilização de facilidades em território nacional» para instalação, ou armazenagem ou trânsito de armas nucleares.

O povo português tem o direito de exigir ao Governo uma informação precisa. Sim ou não há armas nucleares na base das Lajes? Sim ou não há outras armas nucleares noutro qualquer ponto do território nacional? Sim ou não foram tomadas medidas para cessar a utilização do porto de Lisboa pelos submarinos atómicos?

Esta perigosa concessão de natureza militar, juntando-se às de natureza económica, financeira, política, diplomática e cultural reforçam a necessidade de uma alternativa democrática de que seja parte integrante uma política externa verdadeiramente nacional e independente.

Também se tornam cada vez mais nitidas as distorções e perversões do regime democrático impostas pelo Governo.

O desrespeito frontal da Constituição e da legalidade, a progressiva governamentalização e instrumentalização partidária dos órgãos de soberania, das instituições e do aparelho de Estado; o arbítrio e o abuso do Poder; as limitações administrativas das liberdades e direitos dos cidadãos; a recusa a cumprir sentenças dos tribunais quando lhe são desfavoráveis, como sucedeu com quase 300 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores da Reforma Agrária e como uma vez mais sucedeu com os 22 despejos da RTP — mostram com evidência como o Governo e o seu Primeiro-Ministro entendem o que chamam o «Estado de direito» e a democracia.

Tudo isto é mais que grave, é gravíssimo. Mas, a continuar este Governo, as ameaças que pesam sobre a democracia são ainda mais alarmantes.

Por um lado, o propósito, que se mantém, da criação, de que os serviços de segurança e a lei de segurança interna são importantes passos, de um Estado policial de tipo totalitário.

Por outro lado, os preparativos, já em marcha, de revisão das leis eleitorais de forma a perverter a natureza e o carácter democrático das eleições.

Porque essa impaciência e essa pressa em fazer aprovar novas leis eleitorais? A razão é que os partidos do povo têm consciência de que lhes fuge o chão debaixo dos pés e têm medo, pânico de novas eleições.

A finalidade de novas leis eleitorais elaboradas por este Governo e a sua maioria de deputados na Assembleia da República, será sem dúvida garantir por métodos antidemocráticos aos



partidos do Governo elegerem um candidato à Presidência da República, e manterem, ou mesmo reforçarem, a maioria dos seus deputados e as suas posições nas autarquias, mesmo que perdendo a maioria dos votos.

A defesa da democracia exige que desde já se dê combate a esses planos e tudo se faça para que seja garantido o carácter democrático das futuras eleições.

Garantam-se normas e condições verdadeiramente democráticas nas eleições e os partidos do Governo pagarão um pesado preço por tudo o mal que têm feito ao povo e ao País.

Momentos decisivos: urge derrotar a contra-revolução

Vivemos momentos decisivos para o futuro do povo português e de Portugal.

Em confronto, na sociedade portuguesa, há interesses antagónicos: os interesses dos grandes capitalistas e dos grandes latifundiários do serviço dos quais está o Governo de Soares, e os interesses da imensa maioria da população portuguesa profundamente atingida pela política do Governo.

Em confronto, na sociedade portuguesa, há objectivos antagónicos a que correspondem políticas antagónicas: a política anti-popular, antidemocrática e antinacional do Governo PS/PSD; política contra-revolucionária, visando a restauração monopolista, latifundista e imperialista; e a política democrática que, no respeito pela Constituição e a legalidade, assegure a saída da crise e a solução dos gravíssimos problemas criados por 9 anos de processo contra-revolucionário.

Um comício combativo, uma reunião distrital com 500 quadros e um encontro com intelectuais tiveram no sábado a participação do secretário-geral



No encontro com intelectuais e quadros técnicos, na Universidade de Coimbra

ação do Partido e das tarefas que se colocam aos comunistas e aos democratas.

Par das intervenções das camaradas que falavam em representação dos concelhos (só o de Góis «falhou»), registaram-se algumas comunicações sobre temas centrais, nomeadamente sobre a preparação das eleições autárquicas e aspectos fundamentais relativos a esse importante acto eleitoral (recorda-se, a propósito, que já em Janeiro deste ano essa questão havia sido debatida

do CC, Luís Ribeiro, Vasco Paiva, do CC, Francisco Guerreiro, Alfredo Campos, Jorge G. Monteiro, Hermínio Martins, Jaime Serra, da C. Política do Partido, e Alvaro Cunhal.

Depois da aprovação por unanimidade do documento conclusivo — instrumento fundamental para o trabalho político dos comunistas nos tempos mais próximos, no distrito —, o encontro ouviu duas intervenções finais: a de Vasco Paiva, que fez o balanço do encontro; e de Alvaro Cunhal, que em primeiro lugar felicitou a organização distrital de Coimbra pela realização, com êxito, do encontro. O «balanço positivo» da iniciativa, a análise objectiva que ali decorreu dos diversos problemas da região, o «espírito criativo e auto-crítico» revelado nas intervenções produzidas foram aspectos entusiasmados pelo dirigente comunista.

Alvaro Cunhal salientou a importância do encontro como espaço de discussão dinâmica das questões fundamentais da realidade que se vive no distrito de Coimbra, recordando que ali se fez o ponto da situação dos problemas nas empresas, nos transportes e serviços, nos campos e em todos os outros sectores de actividade.

A luta de massas contra o Governo, a convergência da

Um comício combativo

No mesmo pavilhão, casa de uma prestigiada e conhecida colectividade desportiva da Coimbra — o «Conimbricense», que foi obrigado a abandonar a competição maior do basquetebol nacional por mol-



Cerca de 500 camaradas participaram no encontro distrital de quadros realizado no último sábado, em Coimbra

tos financeiros, decorreu à noite um combativo comício do PCP, iniciativa agendada com viva expectativa pela organização, uma vez que há muito tempo não se realizava na cidade uma sessão desta envergadura, e com a presença do secretário-geral do Partido.

A hora marcada para o seu início, o vasto recinto apresentava já uma expressiva moldu-

ra humana. Muitas bandeiras a flutuar sobre as cabeças. Jovens, mulheres, trabalhadores, muita gente da capital do Mondego trocou o serão televisivo pela presença numa acção en-

tusiástica de esclarecimento e combatividade.

Alberto Vilaça, advogado, membro da C. Concelhia de Coimbra do PCP, democrata bem conhecido na cidade coimbrã, presidiu ao comício, que teve também na Mesa os seguintes camaradas: João Dinis, professor primário, membro do organismo da Zona da Serra do PCP; José Caçô Gil, membro do organismo do Bairro Mondego; José Revelles, operário dos Estaleiros Navais do Mondego, membro da C. Concelhia da Figueira da Foz; José Ferreira, agricultor de Poaires; José Neto Parra, da organização dos bancários de Coimbra; José Figueiredo, operário cerâmico da Cesol, dirigente sindical; Fernando Oliveira e Fernando Adão, membros da C. Concelhia de Coimbra; Dulce Martins, da JCP; Ivone Teles, do organismo de Mulheres, licenciada em Farmácia; Vítor Costa, António Santo e Vasco Paiva, membros do Secretariado da Direcção Regional da Beira Litoral e do Comité Central do Partido; e ainda o camarada Jaime Serra, membro da C. Política do PCP.

Pela Comissão Distrital de Coimbra, falou no comício o camarada Vasco Paiva, que salientou algumas questões abordadas no encontro de quadros realizado à tarde.

Albertos à unidade e à acção comum com todos os democratas e patriotas

eleitoralista não sucedeu depois a sua anulação? Quantas vezes um aumento de 20% nos salários não tem sido comido pelo aumento de 30% nos preços?

Não, o Primeiro-Ministro tem, cada vez mais dificuldades em enganar o povo. Literalmente ninguém acredita nele.

E se ninguém acredita não é por maior ou menor crença. É porque os factos o desmentem.

A continuar este Governo, o que espera os trabalhadores? O melhoramento da situação como diz o Primeiro-Ministro? Não. A continuar este Governo, os salários reais continuarão a descer, os preços a subir, os despedimentos a multiplicar-se, a miséria a alastrar.

Que propõe para já o Governo à Assembleia da República? Qualquer proposta de lei para minorar a grave situação económica das camadas laboriosas? Não. A proposta de lei que leva para já à Assembleia da República é a famigerada «Lei das rendas». Já está inscrita a sua discussão.

A ir por diante este projecto, além dos aumentos incontroláveis das rendas, significaria, só em Lisboa, segundo estimativas já conhecidas, cerca de 50 000 despejos.

É necessário reforçar o protesto contra esta proposta de forma a impedir que vá por diante. É necessário alargar e intensificar a luta da classe operária, dos agricultores, das mulheres, dos intelectuais, da juventude, de todas as classes laboriosas, das camadas mais desfavorecidas, por objectivos concretos imediatos.

A hora é de luta. Só através da luta se conseguirá o melhoramento das condições de vida do povo português.

Em perigo a democracia e a independência nacional

Temos insistido e é nosso dever continuar a fazê-lo que a urgência da demissão do Governo impõe-se não apenas pelos monstruosos malefícios da sua acção na situação económica, nas condições de vida do povo, na vida cultural, mas também pela política de capitulação nacional, que cria cada vez mais graves laços de dependência de Portugal em relação ao imperialismo e limita e compromete a nossa soberania e independência nacionais e também pelos golpes que está dando e se prepara para dar na democracia política.



As cedências e concessões económicas, financeiras, diplomáticas, políticas e militares ao imperialismo, assinalam cada dia com novos perigosos passos a política de capitulação, subserviência e submissão nacional.

A tragicomédia soarista da adesão ao Mercado Comum continua a ilustrar-se pelo charlatanismo de declarações governamentais, pelas inadmissíveis pedinçhas e pelas negras ameaças pairando sobre a economia portuguesa.

As relações com o FMI continuam a ser marcadas por pressões, ingerências e concessões antinacionais.

A política africana, apesar de todos os hipócritas desmentidos e hipócritas promessas, continua a acusar (pela livre actuação dos agentes da Renamo e Unita em Portugal) o comprometimento do Governo PS/PSD com a estratégia norte-americana, visando a destruição dos regimes angolano e moçambicano.

No plano militar, três acontecimentos recentes provocam legítima indignação e inquietação.

O primeiro é a assinatura pelo Governo PS/PSD do acordo laboral relativo à base das Lajes, acordo pelo qual trabalhadores portugueses deixam de ter as garantias da Lei portuguesa e de serem protegidos pelos tribunais portugueses e ficam entregues ao despotismo militar norte-americano.

O segundo é a confirmação de que a instalação militar acordada com os Estados Unidos em Almodôvar é uma estação de rastreio espacial, de apoio a satélites militares, integrada no sistema estratégico «Spacetrack» — o que corresponde à instalação de um alvo prioritário em caso de conflito.

O terceiro é a publicação do «Conceito estratégico de defesa nacional». Expressamente se admite «a utilização (por países da NATO) de facilidades em território nacional» que provoquem «riscos acrescidos».

De que «riscos acrescidos» se trata? Tudo leva a admitir que se trata da «utilização de facilidades em território nacional» para instalação, ou armazenagem ou trânsito de armas nucleares.

O povo português tem o direito de exigir ao Governo uma informação precisa. Sim ou não há armas nucleares na base das Lajes? Sim ou não há outras armas nucleares noutra qualquer ponto do território nacional? Sim ou não foram tomadas medidas para cessar a utilização do porto de Lisboa pelos submarinos atómicos?

Esta perigosas concessões de natureza militar, juntando-se às de natureza económica, financeira, política, diplomática e cultural reforçam a necessidade de uma alternativa democrática de que seja parte integrante uma política externa verdadeiramente nacional e independente.

Também se tomam cada vez mais nítidas as distorções e perversões do regime democrático impostas pelo Governo.

O desrespeito frontal da Constituição e da legalidade, a progressiva governamentalização e instrumentalização partidária dos órgãos de soberania, das instituições e do aparelho de Estado; o arbítrio e o abuso do Poder; as limitações administrativas das liberdades e direitos dos cidadãos; a recusa a cumprir sentenças dos tribunais quando lhe são desfavoráveis, como sucede com quase 300 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores da Reforma Agrária e como uma vez mais sucedeu com os 22 despedidos da RTP — mostram com evidência como o Governo e o seu Primeiro-Ministro entendem o que chamam o «Estado de direito» e a democracia.

Tudo isto é mais que grave, é gravíssimo.

Mas, a continuar este Governo, as ameaças que pesam sobre a democracia são ainda mais alarmantes.

Por um lado, o propósito, que se mantém, da criação, de que os serviços de segurança e a lei de segurança interna são importantes passos, de um Estado policial de tipo totalitário.

Por outro lado, os preparativos, já em marcha, de revisão das leis eleitorais de forma a perverter a natureza e o carácter democrático das eleições.

Porque essa impaciência e essa pressa em fazer aprovar novas leis eleitorais? A razão é que os partidos do Governo têm consciência de que lhes foge o chão debaixo dos pés e têm medo, pânico de novas eleições.

A finalidade de novas leis eleitorais elaboradas por este Governo e a sua maioria de deputados na Assembleia da República, será sem dúvida garantir por métodos antidemocráticos aos

partidos do Governo elegerem um candidato à Presidência da República, e manterem, ou mesmo reforçarem, a maioria dos seus deputados e as suas posições nas autarquias, mesmo que perdendo a maioria dos votos.

A defesa da democracia exige que desde já se dê combate a esses planos e tudo se faça para que seja garantido o carácter democrático das futuras eleições.

Garantam-se normas e condições verdadeiramente democráticas nas eleições e os partidos do Governo pagarão com pesada derrota todo o mal que têm feito ao povo e ao País.

Momentos decisivos: urge derrotar a contra-revolução

Vivemos momentos decisivos para o futuro do povo português e de Portugal.

Em confronto, na sociedade portuguesa, há interesses antagónicos: os interesses dos grandes capitalistas e dos grandes latifundiários ao serviço dos quais está o Governo de Soares, e os interesses da imensa maioria da população portuguesa profundamente atingida pela política do Governo.

Em confronto, na sociedade portuguesa, há objectivos antagónicos a que correspondem políticas antagónicas: a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo PS/PSD; política contra-revolucionária, visando a restauração monopolista, latifundista e imperialista; e a política democrática que, no respeito pela Constituição e a legalidade, assegure a saída da crise e a solução dos gravíssimos problemas criados por 9 anos de processo contra-revolucionário.

Este confronto de interesses, de objectivos e de políticas está atingindo o ponto da ruptura. Aproximamo-nos de uma mudança qualitativa na situação nacional — ou pelo êxito da contra-revolução ou pela sua derrota. A situação tal como está não pode demorar muito mais tempo. Ou a democracia atira abaixo este Governo ou este Governo acabará por atirar abaixo a democracia.

Numa tal situação, muita gente se interroga: como vai terminar esta decisiva batalha?

Para nós uma coisa é absolutamente certa: a força da democracia é superior à força da reacção. Por isso a luta continua com a confiança em que a contra-revolução será derrotada, o Governo Soares será demitido, uma alternativa democrática está ao alcance do povo português e será alcançada.

Estão criadas as condições objectivas

Não há qualquer exagero em dizer que estão criadas todas as condições objectivas para a demissão do Governo e para uma solução institucional da crise.

A primeira: o Governo perdeu a legitimidade como Governo de coligação.

É inquestionável que tanto o PS como o PSD estão desagregados por dentro e que a coligação PS/PSD é actualmente mais um pacto de sobrevivência e um plano subversivo para uma actuação contra-revolucionária do que uma coligação de partidos que se propõem com uma ou outra política resolver os problemas do País.

Não tem qualquer legitimidade para governar um governo cuja política e cuja prática se desenvolve contra a Constituição e a margem da lei, subvertendo a Constituição e a legalidade.

A segunda: o Governo perdeu a legitimidade como Governo assente numa maioria.

É inquestionável que a maioria de deputados do PS e do PSD já não corresponde o eleitorado que os elegeu.

Uma grande parte daqueles que votaram no PS e no PSD (e mesmo numerosos membros do PS e do PSD) voltam-se abertamente contra o Governo e reclamam a sua demissão.

Isto é atestado pela participação massiva na luta nas mais variadas frentes (na luta operária, na luta camponesa, na luta das mulheres, na acção dos intelectuais) de militantes do PS e do PSD.

Isto é atestado em todas as iniciativas em que participam. E é mais que possível, camaradas, que hoje aqui conosco estejam também portugueses e portuguesas que, nas anteriores eleições, votaram nesses partidos. Se assim é, daqui os saúdo apelando à acção comum para uma alternativa democrática.

A terceira: o Governo está social e politicamente cada vez mais isolado.

É inquestionável que a base de apoio social e política do Governo está substancialmente reduzida.

Muitos sectores que apoiavam o Governo manifestam-se abertamente contra ele. Pode dizer-se que raros são aqueles que defendem hoje a política do Governo e o seu primeiro-ministro. O Governo praticamente desistiu de tomar qualquer iniciativa de massas em apoio da sua política.

A quarta: a resistência e a oposição ao Governo, ao Primeiro-Ministro e à sua política abarca actualmente todas as classes e camadas sociais antimonopolistas e a urgente demissão do Governo tornou-se uma reclamação democrática e um imperativo nacional.

É inquestionável que as críticas, as discordâncias, os ataques à política e à actuação do Governo partem de todo o lado, que as lutas se multiplicam em todos os sectores e que, em cada luta parcial com objectivos concretos e imediatos, aparece sempre, como ponto central, a reclamação da demissão do Governo.

O que falta pois para que este Governo subversivo seja demitido?

Para a demissão do Governo só falta que as instituições funcionem conforme prescreve a Constituição.

São de sobra as razões para a demissão

Se o Governo ainda não foi demitido não é por falta de sólidos motivos constitucionais e institucionais para que o seja.

O Primeiro-Ministro deu-lhe agora para repetir a cada passo que «as instituições estão a funcionar regularmente». Não é por acaso que o repete. Ele sabe que, segundo a Constituição «para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas» (art.º 198, n.º 2), o Presidente da República tem competência para demitir o Governo.

Pelo texto constitucional e por conhecido entendimento do Conselho de Estado sabe-se que é ao Presidente da República que cabe ajuizar, para efeito da demissão do Governo, se as instituições democráticas estão ou não a funcionar regularmente.

Repetindo sem cessar que as instituições estão a funcionar regularmente, o Primeiro-Ministro procura inculcar na opinião pública a ideia de que, se o Presidente da República demitir o Governo, não o faz em conformidade com o texto constitucional.

Não reconhecemos que o juízo é da competência do Presidente da República.

Mas uma vez que o Primeiro-Ministro insiste em que as instituições estão a funcionar, regularmente, também nós (como opinião legítima) podemos insistir em que as instituições democráticas, há muito deixaram de funcionar regularmente.

Como o Comité Central sublinhou na sua Declaração Política de 26 de Novembro, «O Governo e a sua maioria de deputados na Assembleia da República, não só limitam e afrontam as instituições democráticas, como impedem de facto o seu regular funcionamento».

O Governo corrói, perverte e destrói as instituições. Abusa das suas competências. Não respeita os poderes dos outros órgãos de soberania. Contesta ao Presidente da República o exercício das suas competências. Procura governamentalizar e partidizar a As-

sembleia da República, os Tribunais, o Poder Local, o aparelho do Estado, as Forças Armadas, a comunicação social. Instala o regime da protecção e do favoritismo, da promoção das clientelas políticas, do nepotismo, das negociações e da corrupção.

Não se passa um único dia sem que o Governo não tome decisões e não pratique actos cada um dos quais só por si justificaria inteiramente, nos termos constitucionais, a sua imediata demissão.

Em numerosas ocasiões o que tem espantado a opinião pública é que o Governo não tenha sido logo demitido.

Para referir apenas algumas das ocasiões mais recentes, quando em Dezembro, Soares e M. Pinto, com o Governo em crise, deram ao País o espectáculo da negociação política sem vergonha; e quando em Janeiro o Governo comentou em termos insurrectos a intervenção do Presidente da República na RTP; e quando em Fevereiro o PSD deu ao País o espectáculo da sua completa desagregação, degradação e podridão interna; e quando o Governo anuncia planos e medidas frontalmente contrários à Constituição e por isso declaradamente subversivos — haveria por ventura uma única pessoa que se admira-se se o Governo fosse imediatamente demitido? Não. O que ninguém decerto compreende é que em tais circunstâncias o não tenha sido.

É só por si grave sintoma do funcionamento anormal das instituições democráticas que um Governo possa proclamar planos anticonstitucionais e subversivos, possa cometer toda a espécie de ilegalidades, possa arruinar a economia, possa condenar o povo à miséria, possa comprometer a independência nacional, possa afrontar todo o sistema de Poder político e, apesar de tudo isso, continue no Poder, impunemente.

Qualquer ocasião é ocasião para demitir o Governo. Mas têm passado dezenas de situações em que é difícil de aceitar que o Governo não tenha sido logo demitido.

Ao longo de 1984, muitas vezes ouvimos dizer a alguns democratas que o bom momento para a demissão do Governo seria a inevitável desagregação e degradação da coligação PS/PSD.

Mas será possível uma maior desagregação e degradação do que aquela a que assistimos nos últimos meses?

Esperar que o Governo caia por si próprio, por motivo da sua própria desagregação, é esperar o dia de S. Nunca-à-Tarde.

O Governo está roído por contradições. O PS está desfeito e em conflito do seu secretário-geral com os mais destacados militantes. O PSD é um campo de batalha de ambições, de interesses, de grupos — prosaicamente chamados «sensibilidades». Calu o Mota Pinto — o chefe, o homem da campanha eleitoral de 1983, o vice-primeiro, o ministro da Defesa. Entraram os seus inimigos e agora as distritais mobilizam-se para que volte M. Pinto. Criticam-se, condenam-se, insultam-se, desautorizam-se. Está podre o Governo. É podre a sua política. É podre o seu comportamento. É podre a sua moral. São podres os seus homens.

E entretanto, uma coisa é certa: mesmo com o Governo a cair de poder e suspenso no ar, M. Soares e os dirigentes do PS e do PSD, tudo farão para se manter no Poder. Pelo menos até 14 de Julho prazo limite dentro do qual o Presidente da República pode dissolver a Assembleia da República.

Por isso temos insistido e insistimos: Não há que esperar. Cada dia a mais deste Governo são novos golpes nos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, nas conquistas democráticas, na economia portuguesa, na independência nacional. São novas ilegalidades. São novos sofrimentos do povo. São novos perigos e ameaças que se avolumam.

É tempo e mais que tempo para que o Governo seja demitido.

A política contra-revolucionária do «bota-abixo» e a reclamação de «botar abaixo» o Governo

Porque insistimos incansavelmente na demissão do Governo PS/PSD como insistimos na demissão do Governo PSD/CDS (o Governo «AD») até que foi finalmente demitido, o Primeiro-Ministro diz agora que a política do PCP é de «bota-abixo».

Já que ele fala de «bota-abaixo», podemos dizer duas palavras sobre o assunto.

Política de «bota-abaixo» é a política contra-revolucionária do Governo conduzida ao abrigo da usurpação do Poder. É a política do «bota-abaixo» o regime democrático, «bota-abaixo» os nacionalizações, «bota-abaixo» a Reforma Agrária, «bota-abaixo» os postos de trabalho, os salários, as regalias sociais, os direitos dos trabalhadores, «bota-abaixo» a economia, «bota-abaixo» os sectores básicos da indústria e dos transportes, «bota-abaixo» a agricultura, «bota-abaixo» as liberdades, a democracia, a independência nacional.

O nosso Partido (apesar de M. Soares insistir vezes sem conto na mentira de que o PCP não propõe qualquer outra política) propõe de há muito ao Povo português uma política alternativa e, ao mesmo tempo, que combate a política do Governo, intervém construtivamente na vida nacional, dando preciosa contribuição para a solução de numerosos problemas do povo e do País.

Mas há de facto um aspecto em que defendemos o «bota-abaixo», ou melhor o «botar abaixo».

«Botar abaixo» este Governo de destruição, de fome e de miséria. «Botar abaixo» as clientelas que espoliam os bens e recursos do povo. «Botar abaixo» as ilegalidades, as violências, as negociações, as ladrocinhas, a corrupção que prolifera nas altas instâncias do Poder.

«Botar abaixo» membros do Governo que confessadamente traficam com divisas e que recebem depois o logio do Primeiro-Ministro pela sua «grande ombridade pessoal», e deputados que foram expulsos da Função Pública por corrupção e continuam sendo deputados.

«Botar abaixo» os gestores da banca nacionalizada que decidem empréstimos de centenas de milhares de contos a capitalistas para que estes constituam bancos privados, os gestores das empresas nacionalizadas que criminosamente as conduzem à falência, os grandes contrabandistas dirigentes de partidos do Governo e das suas autarquias.

Encontro distrital com intelectuais do secretário-geral



Cerca de 500 camaradas participaram no encontro distrital de quadros realizado no último sábado, em Coimbra

vos financeiros, decorreu à noite um combativo comício do PCP, iniciativa agendada com viva expectativa pela organização, uma vez que há muito tempo não se realizava na cidade

dade uma sessão desta envergadura, e com a presença do secretário-geral do Partido. A hora marcada para o seu início, o vasto recinto apresentava já uma expressiva moldura humana. Muitas bandeiras a flutuar sobre as cabeças. Jovens, mulheres, trabalhadores, militantes da capital do Mondego trocou o sério televisivo pela presença numa acção an-

ra humana. Muitas bandeiras a flutuar sobre as cabeças. Jovens, mulheres, trabalhadores, militantes da capital do Mondego trocou o sério televisivo pela presença numa acção an-

tusiástica de esclarecimento e combatividade.

Alberto Vilaça, advogado, membro da C. Concelhia de Coimbra do PCP, democrata bem conhecido na cidade coimbrã, presidiu ao comício, que teve também na Mesa os seguintes camaradas: João Dinis, professor primário, membro do organismo da Zona da Serra do PCP; José Cação Gil, membro do organismo do Bairro Mondego; José Reveles, operário dos Estaleiros Navais do Mondego, membro da C. Concelhia da Figueira da Foz; José Ferreira, agricultor de Figueiras; José Neto Parra, da organização dos bancários de Coimbra; José Figueiredo, operário cerâmico da Cesol, dirigente sindical; Fernando Oliveira e Fernando Adão, membros da C. Concelhia de Coimbra; Dulce Martins, da JCP; Ivone Teles, do organismo de Mulheres, licenciada em Farmácia; Vítor Costa, António Santo e Vasco Paiva, membros do Secretariado da Direcção Regional da Beira Litoral e do Comité Central do Partido; e ainda o camarada Jaime Serra, membro da C. Política do PCP.

Pela Comissão Distrital de Coimbra, falou no comício o camarada Vasco Paiva, que abordou algumas questões económicas e sociais, os problemas realizados a tarde.



Pavilhão da Palmeira: um comício combativo na cidade de Coimbra

«A vida, o trabalho, a luta, a grave situação deste distrito não aparecem com a devida importância na comunicação social e muito menos nas preocupações do Governo e das Câmaras Municipais» — diria Vasco Paiva, logo no início da sua intervenção. A situação económica e social, os problemas nas empresas e nos cam-

pos, a política de direita e os seus reflexos no atraso da região, as obras de fachada e as negociações na CM de Coimbra, as promessas e o eleitoralismo que certamente vão aparecer de novo (85 é ano de eleições) foram alguns dos aspectos abordados por Vasco Paiva, numa intervenção muito viva, recheada de exemplos concre-

tos e de factos. Diria a terminar: «Podemos hoje informar-vos que perante as próximas eleições para as autarquias locais, nós iremos concorrer nas listas da APU a todos os órgãos municipais e a todas as freguesias do distrito, e em muitas delas para ganhar. Ahamos que o exemplo da gestão da APU no Ameal e na

Arzila tem toda a possibilidade de frutificar e de se multiplicar no distrito».

Finalmente, a intervenção de Álvaro Cunhal. Em foco a situação política, num discurso atentamente seguido no pavilhão da Palmeira, que aqui deixamos também à apreciação do amigo leitor.

com todos os democratas e patriotas»

Este confronto de interesses, de objectivos e de políticas está atingindo o ponto da ruptura. Aproximamo-nos de uma mudança qualitativa na situação nacional — ou pelo êxito da contra-revolução ou pela sua derrota. A situação tal como está não pode demorar muito mais tempo. Ou a democracia atrai abaixo este Governo ou este Governo acabará por atrair abaixo a democracia.

Numa tal situação, muita gente se interroga: como vai terminar esta decisiva batalha? Para nós uma coisa é absolutamente certa: a força da democracia é superior à força da reacção. Por isso a luta continua com confiança em que a contra-revolução será derrotada, o Governo Soares será demitido, uma alternativa democrática está ao alcance do povo português e será alcançada.

Estão criadas as condições objectivas

Não há qualquer exagero em dizer que estão criadas todas as condições objectivas para a demissão do Governo e para uma solução institucional da crise.

A primeira: o Governo perdeu a legitimidade como Governo de coligação. E inquestionável que tanto o PS como o PSD estão desagregados por dentro e que a coligação PS/PSD é actualmente mais um pacto de sobrevivência e um plano subversivo para uma acção contra-revolucionária do que uma coligação de partidos que se propõem com uma ou outra política resolver os problemas do País.

Não tem qualquer legitimidade para governar um governo cuja política e cuja prática se desenvolvem contra a Constituição e à margem da lei, subvertendo a Constituição e a legalidade.

A segunda: o Governo perdeu a legitimidade como Governo assente numa maioria. E inquestionável que a maioria de deputados do PS e do PSD já não corresponde ao eleitorado que os elegeu.

Uma grande parte daqueles que votaram no PS e no PSD (e mesmo numerosos membros do PS e do PSD) voltam-se abertamente contra o Governo e reclamam a sua demissão. Isto é atestado pela participação massiva na luta nas mais variadas frentes (na luta operária, na luta camponesa, na luta das mulheres, na acção dos intelectuais) de militantes do PS e do PSD.

Isto é atestado em todas as iniciativas em que participam. E é mais que possível, camaradas, que hoje aqui conosco estejam também portugueses e portuguesas que, nas anteriores eleições, votaram nesses partidos. Se assim é, daqui os saudou apelando à acção comum para uma alternativa democrática.

A terceira: o Governo está social e politicamente cada vez mais isolado. E inquestionável que a base de apoio social e política do Governo está substancialmente reduzida.

Muitos sectores que apoiavam o Governo manifestam-se abertamente contra ele. Pode dizer-se que raros são aqueles que defendem hoje a política do Governo e o seu primeiro-ministro. O Governo praticamente desistiu de tomar qualquer iniciativa de massas em apoio da sua política.

A quarta: a resistência e a oposição ao Governo, ao Primeiro-Ministro e à sua política abarca actualmente todas as classes e camadas sociais antimonopolistas e a urgente demissão do Governo tornou-se uma reclamação democrática e um imperativo nacional.

E inquestionável que as críticas, as discordâncias, os ataques à política e à acção do Governo partem de todo o lado, que as lutas se multiplicam em todos os sectores e que, em cada luta parcial com objectivos concretos e imediatos, aparece sempre, como ponto central, a reclamação da demissão do Governo.

O que falta pois para que este Governo subversivo seja demitido? Para a demissão do Governo só falta que as instituições funcionem conforme prescreve a Constituição.

São de sobra as razões para a demissão

Se o Governo ainda não foi demitido não é por falta de sólidos motivos constitucionais e institucionais para que o seja. O Primeiro-Ministro deu-lhe agora para repetir a cada passo que as instituições estão a funcionar regularmente. Não é por acaso que o repete. Ela sabe que, segundo a Constituição «para assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas» (art.º 198, n.º 2), o Presidente da República tem competência para demitir o Governo.

Pelo texto constitucional e por conhecido entendimento do Conselho de Estado sabe-se que é ao Presidente da República que cabe ajuizar, para efeito da demissão do Governo, se as instituições democráticas estão ou não a funcionar regularmente. Repetindo sem cessar que as instituições estão a funcionar regularmente, o Primeiro-Ministro procura inculcar na opinião pública a ideia de que, se o Presidente da República demitir o Governo, não o faz em conformidade com o texto constitucional.

Nós reconhecemos que o juízo é da competência do Presidente da República. Mas uma vez que o Primeiro-Ministro insiste em que as instituições estão a funcionar, regularmente, também nós (como opinião legítima) podemos insistir em que as instituições democráticas, há muito deixaram de funcionar regularmente.

Como o Comité Central sublinhou na sua Declaração Política de 26 de Novembro, «O Governo e a sua maioria de deputados na Assembleia da República, não só limitam e afrontam as instituições democráticas, como impedem de facto o seu regular funcionamento».

O Governo corrip, perverte e destrói as instituições. Abusa das suas competências. Não respeita os poderes dos outros órgãos de soberania. Contesta ao Presidente da República o exercício das suas competências. Procura governamentalizar e partidarizar a As-

sembleia da República, os Tribunais, o Poder Local, o aparelho do Estado, as Forças Armadas, a comunicação social. Instala o regime da protecção e do favoritismo, da promoção das clientelas políticas, do nepotismo, das negociações e da corrupção.

Não se passa um único dia sem que o Governo não tome decisões e não pratique actos cada um dos quais só por si justificaria inteiramente, nos termos constitucionais, a sua imediata demissão.

Em numerosas ocasiões o que tem espantado a opinião pública é que o Governo não tenha sido logo demitido. Para referir apenas algumas das ocasiões mais recentes, quando em Dezembro, Soares e M. Pinto, com o Governo em crise, deram ao País o espectáculo da negociação política sem vergonha; e quando em Janeiro o Governo comentou em termos insurrectos a intervenção do Presidente da República na RTP; e quando em Fevereiro o PSD deu ao País o espectáculo da sua completa desagregação, degradação e podridão interna; e quando o Governo anuncia planos e medidas frontalmente contrários à Constituição e por isso declaradamente subversivos — haveria porventura uma única pessoa que se admirasse se o Governo fosse imediatamente demitido? Não. O que ninguém decerto compreende é que em tais circunstâncias o não tenha sido.

É só por si grave sintoma do funcionamento anormal das instituições democráticas que um Governo possa proclamar planos anticonstitucionais e subversivos, possa cometer toda a espécie de ilegalidades, possa arruinar a economia, possa condenar o povo à miséria, possa comprometer a Independência nacional, possa afrontar todo o sistema de Poder político e, apesar de tudo isso, continue no Poder, impunemente.

Qualquer ocasião é ocasião para demitir o Governo. Mas têm passado dezenas de situações em que é difícil de aceitar que o Governo não tenha sido logo demitido.

Ao longo de 1984, muitas vezes ouvimos dizer a alguns democratas que o bom momento para a demissão do Governo seria a inevitável desagregação e degradação da coligação PS/PSD. Mas será possível uma maior desagregação e degradação do que aquela a que assistimos nos últimos meses?

Esperar que o Governo caia por si próprio, por motivo da sua própria desagregação, é esperar o dia de S. Nunca-à-Tarde. O Governo está rodeado por contradições. O PS está desfeito e em conflito do seu secretário-geral com os mais destacados militantes. O PSD é um campo de batalha de ambições, de interesses, de grupos — precisamente chamados «sensibilidades». Caiu o Mota Pinto — o chefe, o homem da campanha eleitoral de 1983, o vice-primeiro, o ministro da Defesa. Entraram os seus inimigos e agora as distritais mobilizam-se para que volte M. Pinto. Criticam-se, condenam-se, insultam-se, desautorizam-se. Está podre o Governo. É podre a sua política. É podre o seu comportamento. É podre a sua moral. São podres os seus homens.

E, entretanto, uma coisa é certa: mesmo com o Governo a cair de podre e suspenso no ar, M. Soares e os dirigentes do PS e do PSD, tudo farão para se manter no Poder. Pelo menos até 14 de Julho prazo limite dentro do qual o Presidente da República pode dissolver a Assembleia da República.

Por isso temos insistido e insistimos: Não há que esperar. Cada dia a mais deste Governo são novos golpes nos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, nas conquistas democráticas, na economia portuguesa, na Independência nacional, São novas ilegalidades. São novos sofrimentos do povo. São novas perigos e ameaças que se avolumam.

É tempo e mais que tempo para que o Governo seja demitido.

A política contra-revolucionária do «bota-abaixo» e a reclamação de «botar abaixo» o Governo

Porque insistimos incansavelmente na demissão do Governo PS/PSD como insistimos na demissão do Governo PSD/CDS (o Governo «AD») até que foi finalmente demitido, o Primeiro-Ministro diz agora que a política do PCP é de «bota-abaixo».

Já que ele fala de «bota-abaixo», podemos dizer duas palavras sobre o assunto. Política de «bota-abaixo» é a política contra-revolucionária do Governo conduzida ao abrigo da usurpação do Poder. É a política do «bota-abaixo» o regime democrático, «bota-abaixo» as nacionalizações, «bota-abaixo» a Reforma Agrária, «bota-abaixo» os postos de trabalho, os salários, as regalias sociais, os direitos dos trabalhadores, «bota-abaixo» a economia, «bota-abaixo» os sectores básicos da indústria e dos transportes, «bota-abaixo» a agricultura, «bota-abaixo» as liberdades, a democracia, a independência nacional.

O nosso Partido (apesar de M. Soares insistir vezes sem conta na mentira de que o PCP não propõe qualquer outra política) propõe de há muito ao Povo português uma política alternativa e, ao mesmo tempo, que combate a política do Governo, intervém construtivamente na vida nacional, dando preciosa contribuição para a solução de numerosos problemas do povo e do País.

Mas há de facto um aspecto em que defendemos o «bota-abaixo», ou melhor o «botar abaixo». «Botar abaixo» este Governo de destruição, de fome e de miséria. «Botar abaixo» as clientelas que espoliam os bens e recursos do povo. «Botar abaixo» as ilegalidades, as violências, as negociações, as ladrocinhas, a corrupção que prolifera nas altas instâncias do Poder.

«Botar abaixo» membros do Governo que confessionalmente traficam com divisas e que recebem depois o elogio do Primeiro-Ministro pela sua «grande ombridade pessoal», e deputados que foram expulsos da Função Pública por corrupção e continuam sendo deputados.

«Botar abaixo» os gestores da banca nacionalizada que decidem empréstimos de centenas de milhares de contos a capitalistas para que estes constituam bancos privados, os gestores das empresas nacionalizadas que criminosamente as conduzem à falência, os grandes contrabandistas dirigentes de partidos do Governo e das suas autarquias.

Em resumo: «botar abaixo» o Soares e o seu Governo que por cada dia que continuam no Poder, cometem novos verdadeiros crimes contra o povo e contra o País.

Do Ministro da Qualidade de Vida temos dito que a sua demissão seria boa medida de luta contra a poluição. O mesmo se pode dizer do Governo globalmente considerado. O Governo está poluindo a sociedade portuguesa. Para defesa da saúde económica, política, cultural e moral do País é tempo de o pôr na rua.

Para que 1985 seja o ano da alternativa

A opinião pública nacional, as lutas que se desenvolvem no País, a determinação que se respira por toda a parte, indicam que o Povo português está decidido a não permitir que Soares e o seu Governo recauchutado levem por diante o plano de destruição de Portugal de Abril.

Desmentindo a propaganda governamental que afirma não existir alternativa à política e ao Governo actual, reagindo contra desencanto, pessimismos e desânimos, é necessário insistir em que Portugal está em condições de prosseguir pelo caminho da liberdade, Independência e progresso social aberto pela Revolução de Abril.

É uma evidência para quem quer que observe a vida portuguesa que a demissão urgente do Governo é um objectivo que corresponde aos interesses, ao sentir, à indignação, à vontade, da maioria esmagadora da população portuguesa.

A demissão do Governo PS/PSD tornou-se uma reclamação popular e um imperativo nacional. A análise de todos os factores que intervêm na situação nacional leva-nos à conclusão de que a luta popular está em condições de assegurar que o ano de 1985 seja o ano da derrota de Soares e da sua política, o ano de uma alternativa democrática e nacional.

As lutas de massas que se desenvolvem: — as lutas da classe operária que se mantêm indiscutivelmente na vanguarda da grande frente social e política que avança em defesa do Portugal de Abril.

— as lutas dos agricultores que ganham extraordinário vigor, designadamente nas Beiras e no Norte; — as lutas das mulheres que daqui saudamos pela sua jornada de ontem, 8 de Março, comemorada com numerosas e magníficas acções;

— as lutas dos intelectuais cujo papel na política adquire particular relevo; — as lutas da juventude cada vez mais dinâmica e entusiástica; — as lutas dos pequenos e médios comerciantes e industriais; — as lutas das camadas mais desfavorecidas;

— as lutas de massas que se desenvolvem constituem um factor determinante da evolução da situação política. Há que multiplicá-las, desenvolvê-las, reforçá-las com objectivos concretos diferenciados e tendo como objectivo comum a demissão do Governo e uma alternativa democrática.

As lutas de massas têm papel determinante na evolução geral da situação. Mas, para a solução institucional da crise, o papel determinante caberá às eleições.

É nossa tarefa continuar a dinamizar a luta de massas em todas as frentes. Mas é também nossa tarefa definir os objectivos a alcançar com as eleições e actuar em conformidade.

As eleições — papel institucionalmente determinante

Obrigatoriedade de realizar-se no ano corrente eleições autárquicas e eleições presidenciais. Provavelmente, como previam sectores cada vez mais diversos da opinião pública, terão também lugar eleições antecipadas para a Assembleia da República.

É bom lembrar uma vez mais a posição do nosso Partido. Quanto às eleições presidenciais, nenhum verdadeiro democrata pode perder de vista o objectivo essencial a alcançar: derrotar o ou candidatos da direita, incluindo M. Soares, se apresentar a sua candidatura.

A este respeito estão-se gerando em alguns sectores democráticos incompreensões que é necessário atalhar. É fácil encontrar e avançar um candidato democrático para conduzir uma boa campanha e alcançar um elevado número de votos. Mas isso não basta. Se o objectivo é ganhar as eleições, é necessário assegurar mais de 3 milhões de votos, ou seja, sensivelmente, aqueles que elegeram o actual Presidente da República. Entre esses 3 milhões conta-se mais de 1 milhão de votos do PCP e da APU, sem os quais não é possível assegurar a vitória de um candidato democrático.

Além do mais, estando em curso a luta pela demissão do Governo e admitindo-se a realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República, qualquer desses acontecimentos, a dar-se, alterará profundamente o quadro em que as eleições presidenciais terão lugar.

É por isso de contrariar a apresentação precipitada de candidaturas e de desmistificar falsas ideias de que uma candidatura se impõe por si mesma e por si mesma pode alcançar a vitória. Quanto às eleições autárquicas, a tarefa fundamental, não apenas para o nosso Partido, para o MDP e para os outros nossos aliados, mas para a democracia portuguesa e para a defesa dos interesses das populações, é o reforço da votação e das posições da APU, nas Câmaras e Assembleias Municipais, nas Juntas e Assembleias de Freguesia.

Transformar maiorias relativas em maiorias absolutas, alcançar novas maiorias nas Assembleias, ganhar mais Câmaras e Juntas, reforçar as votações e os lugares. Quando se compara a grandiosa obra realizada pelas autarquias de maioria APU e pelos eleitos da APU em geral com o que se passa nas autarquias com maioria de outros partidos, fácil é de compreender que o reforço da APU é um objectivo de capital interesse para as populações.

Que se verifica no Distrito de Coimbra, com a gestão autárquica do PS e do PSD?

O panorama geral é dado pelo atraso em obras prioritárias, por obras de fachada em que se enterram milhares de contos, pela admissão de pessoal sem concurso público, por fraudes cometidas com loteamentos, emparceladas e alugueres de máquinas, pelo desrespeito pelas normas democráticas, pelo compadrio e a corrupção.

É necessário que o reforço da APU não seja apenas na luta a travar pelo Partido e pela APU, mas se torne um movimento das populações.

O trabalho preparatório começou já e em força. É necessário continuar a dinamizá-lo. Preparar-nos para concorrer a todas as Câmaras e Assembleias Municipais do País e trabalharmos para concorrer ao maior número possível de Assembleias de Freguesia.

Vencendo certas manifestações de sectarismo é necessário um grande esforço para atrair à APU novos elementos, vindos dos mais variados sectores sociais e políticos. A APU tem condições para alcançar grandes vitórias nas próximas eleições autárquicas. O progresso da APU será uma contribuição de incomparável valor não apenas para defesa do Poder Local democrático e dos interesses das populações, mas para a defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático, de Portugal de Abril.

Finalmente, quanto às eleições legislativas. Não sendo certo que se realizem, numerosos factores que convergem podem torná-las inevitáveis.

Não somos só nós que o dizemos. Nos próprios partidos do Governo há já pessoas altamente responsáveis que o afirmam. Democratas de outros partidos pronunciam-se no mesmo sentido. E alguns dirigentes do novo partido agora formado, o PRD, já se têm pronunciado favoravelmente à realização de eleições legislativas antecipadas.

A realizarem-se eleições antecipadas para a Assembleia da República, as perspectivas são de derrota para os partidos do Governo.

A realizarem-se, tudo indica que se realizarão com um quadro partidário e com uma força e influência relativa dos partidos muito diferentes da situação existente nas eleições anteriores.

Sem dúvida que, numa tal conjuntura, o novo partido tem possibilidades de ganhar boa parte do eleitorado do PS e do PSD. Pode desempenhar um positivo papel para uma alternativa democrática.

Mas uma coisa é absolutamente certa: Nem o novo partido, nem nenhum outro partido, podem substituir o papel de primeiro plano do PCP na defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático.

Admitindo a eventualidade de eleições antecipadas, uma ideia deve desde já gravar-se no nosso espírito e devemos procurar ganhar para ela os trabalhadores e os mais vastos sectores sociais e políticos: com os trabalhadores, com o povo, o PCP é a força essencial para fazer o País sair da crise e para resolver os problemas nacionais.

A realizarem-se eleições antecipadas para a Assembleia da República, o reforço do número de deputados do PCP na Assembleia da República é de importância vital e decisiva para que seja possível e viável um governo democrático com uma política democrática.

Com esta perspectiva devemos trabalhar.

Com o PCP para a vitória de Abril

É uma verdade que ninguém com seriedade pode contestar, que o PCP é uma força política essencial na democracia portuguesa. É o mais forte, o mais sólido, o mais unido, o mais organizado, o mais influente de todos os partidos democráticos. É o partido da classe operária e de todos os trabalhadores, no qual cabem, com iguais direitos e deveres, homens, mulheres e jovens de todas as origens sociais que se dispõem a lutar pelos ideais libertadores e emancipadores do Partido.

O PCP é o partido fiel ao seu Programa e à sua palavra. O partido que considera o respeito pela verdade como um princípio de política e um princípio moral. O partido que não serve ambições, nem interesses pessoais, nem clientelas. O partido inteiramente consequente na defesa das liberdades democráticas, das grandes conquistas de Abril, do regime democrático, da independência nacional. O partido que se formou há 64 anos, que lutou em todas as circunstâncias e que continua hoje a lutar sempre ao serviço do povo, sempre ao serviço da Pátria.

Recentemente vieram ao Partido mais 10 000 novos membros. Somos mais de 200 000 e continuamos a crescer. Estamos «unidos como os dedos das mãos» no nosso grande e democrático colectivo partidário. Temos um Programa, temos uma política, temos sólidas propostas para a solução dos problemas nacionais. Estamos ligados à classe operária e às massas populares. Somos hoje a maior força política estabilizadora do regime democrático. Somos a grande força dinamizadora e unificadora da luta em defesa do Portugal de Abril.

Estamos hoje e sempre abertos à unidade e à acção comum com todos os democratas e patriotas. Não pretendemos sozinhos ser a alternativa. Mas pretendemos justamente que sem o PCP e sem os trabalhadores não é possível uma verdadeira alternativa democrática em Portugal.

Por isso estamos certos: o dia virá em que, por decisão do Povo português, o PCP voltará ao Governo de forma a poder dar a sua indispensável contribuição para a solução dos problemas nacionais. A hora é de unidade e de luta. Que todos participem nas lutas que se travam nos mais variados campos sociais e políticos. Que ninguém falte à grande jornada do próximo dia 16. O Governo caminha para a derrota inevitável. A democracia vencerá a contra-revolução. Viva Portugal de Abril! Viva a Unidade dos trabalhadores e de todos os democratas e patriotas! Viva o Partido Comunista Português!

PCP

Coimbra: «radiografia» à vida de 17 concelhos

• O que se passa e o que é preciso fazer

«A política de direita do Governo PS/PSD lançou sobre o distrito a mais grave situação social de sempre. A degradação das condições de vida é apenas comparável aos tempos de miséria a que nos submeteu o fascismo» — esta a primeira ideia destacada no conjunto das conclusões fundamentais a que chegou o encontro de quadros do PCP do distrito de Coimbra, realizado no último sábado, na capital do Mondego.

Tendo como base a efectiva ligação das organizações do Partido às realidades nos 17 concelhos que compõem aquele distrito da região centro — num estudo e num conhecimento vivo dos problemas e das aspirações populares, enriquecidos na actividade preparatória do encontro de sábado —, os comunistas reunidos no pavilhão da Palmeira acabaram por dar uma «radiografia» da situação social e política que se vive no distrito de Coimbra, como afirmaria, já na ponta final dos trabalhos, o camarada Vasco Paiva, membro do Comité Central do Partido.

A extrema gravidade da situação seria interpretada e caracterizada nas intervenções dos quadros comunistas, tanto os que falaram em representação dos concelhos, como os que apresentaram intervenções temáticas.

Um documento de quatro páginas, aprovado por unanimidade, que registou as opiniões e os contributos dos participantes, condensou as conclusões fundamentais do encontro e dá uma informação muito objectiva do que realmente se passa nesta zona do País, apontando de seguida «as principais tarefas políticas para os próximos tempos».

Falando em primeiro lugar da situação no campo do trabalho, as conclusões do encontro de quadros comunistas recorda os mais de 40 mil desempregados (são números oficiais) do distrito, «dos quais apenas 3 mil recebem subsídio», e a multiplicação dos despedimentos com o encerramento de empresas (Abridex, Brintól, Forvel, etc.), a procura do mútuo acordo, a chantagem e o alijamento. A procura do 1.º emprego por milhares de jovens e «o flagelo dos salários em atraso» (calcula-se que atinja 4 mil trabalhadores em vários concelhos do distrito e em empresas dos principais sectores da actividade: Vidreira da Fontela, Termex, Montanha, Bertrand, etc.) são, naturalmente, aspectos de extrema gravidade que o encontro não omitiu.

E acrescentam os comunistas de Coimbra: «A vida dos trabalhadores é ainda violentamente atingida com a generalização dos contratos a prazo em todos os sectores, com a redução compulsiva do horário de trabalho (Fáb. de Papel de Serpins, têxtil Francisco Martins), com o não cumprimento dos CCT's (Cesol), com a repressão patronal (Estaleiros Navais do Mondego)».

Feiras de gado encerradas há 2 anos

Sobre a situação na lavoura, o encontro chama a atenção para as seguintes questões: «Os pequenos e médios

agricultores são afectados brutalmente pelo Govern. PS/PSD. As feiras de gado estão encerradas há quase 2 anos. Os baldios continuam ameaçados com as tentativas de liquidação da Lei e com os boicotes dos serviços oficiais. Os rendeiros enfrentam as tentativas de revisão da Lei do Arrendamento e a imposição pelos senhorios de rendas 3 e 4 vezes acima da tabela. Inúmeros rendeiros continuam sem ter contrato escrito e as Comissões Concelhias de Arrendamento Rural não funcionam e o próprio Governo prepara a sua extinção. Mantém-se o atraso no pagamento de subsídios e indemnizações a que os agricultores têm direito (incêndios, geadas, peripneumonia). O Estado deve milhares de contos ao movimento cooperativo leiteiro. A nova modalidade de preços para o leite, à porta da fábrica, contraria os interesses das cooperativas e dos agricultores. Continua o aumento dos factores de produção, a dificuldade no escoamento de produtos e os preços de ruína».

Das conclusões aprovadas pelo encontro salientam-se também breves apontamentos sobre o sector das pescas, a habitação e a nova lei das rendas de casa, o ensino e a saúde.

«Também no sector das pescas», afirma-se no documento aprovado, «a situação é de desastre a médio prazo e a não ser resolvida lançará centenas de pescadores no desemprego. Aos problemas da falta de segurança e inexistência de meios de salvamento eficazes (particularmente aéreos), há a junção a onda de repressão que se tem abatido sobre os pescadores da pesca artesanal. A falta de peixe envelhece por falta de uma política nacional de apoio e investimento. Vai ficando fora de serviço ou vai para o fundo».

«É significativo — prossegue o documento — que 30% das habitações do distrito não tenham casa de banho nem água canalizada. Por outro lado, o projecto da nova Lei das Rendas de casa irá impor condições inaceitáveis para quem procura habitação, e agravará a situação dos pequenos e médios comerciantes e industriais, já a braços

com grandes dificuldades, particularmente resultantes da diminuição do poder de compra da população em geral, agora agravada pela introdução do IVA.»

Mais adiante pode ler-se: «No que respeita ao ensino é igualmente significativo que 40% da população do distrito, com mais de 18 anos, não sabia ler nem escrever. Entretanto, jovens e professores vêm-se confrontados com escolas superlotadas e degradadas e com a diminuição das salas de aula.

«Quanto à saúde, é ainda significativo que, apesar da relação médico e enfermeiro por habitante no nosso distrito ser das mais altas do País, tal facto esteja longe de resolver os problemas da saúde, pois continuam a não ser implementados serviços de saúde nas comunidades, conforme prevê a Lei do Serviço Nacional de Saúde.

«O encontro de quadros afirma que só com a demissão do Govern. PS/PSD é possível pôr fim à constante e progressiva deterioração das condições de vida da população do distrito.»

Os interesses estrangeiros

Através de exemplos expressivos, o encontro de quadros do PCP concluiu que o desenvolvimento económico e social do distrito tem sido adiado e comprometido pela política de restauração monopolista e de submissão aos interesses do capital estrangeiro.

«São evidentes os ataques às empresas nacionalizadas, particularmente os cimentos, cervejas e banca, como etapa na reconstrução dos monopólios.

«As multinacionais, instaladas com apoios de milhões de contos e à custa da absorção de empresas já existentes, mostram agora a sua verdadeira face. As grandes promessas de desenvolvimento e riqueza para o distrito, afinal não passam de mais falências e de desemprego, de evasão de máquinas e divisas para o estrangeiro. São exemplos concludentes o que se passou com os grupos Unifei e Agfa.

«As obras do Mondego estão a ser desviadas dos seus objectivos iniciais para a agricultura, em benefício do abastecimento de água às indústrias de celulose. Os campos do vale do Ega estão hoje encharcados, pela não consolidação da obra e pela não realização dos canais de enchugo.

«Outros empreendimentos, integrados nas Obras do Mondego, e de relevante interesse económico e social, como a Obra do Porto da Figueira da Foz e a Estação de Tratamento de Águas Residuais de Coimbra, estão parados ou nem sequer foram iniciados.

«Sem avançar, continua também o projecto de alargamento e reedificação da Estrada das Belras, como grande

via de acesso à região e de ligação à Espanha, bem como o projecto da via rápida Trouxemil-Raiva.»

Uma política como a do Governo actual não interessa ao povo de Coimbra. A sua demissão e a formação de um governo democrático — como acentuou o encontro de quadros do PCP — são tarefas fundamentais para assegurar «uma política alternativa capaz de promover uma via patriótica de desenvolvimento nacional e regional, com benefícios económicos e sociais evidentes para o nosso distrito».

O documento destaca em seguida a resistência e a luta dos trabalhadores e do povo do distrito em defesa dos seus interesses e direitos legítimos, que assim participam «no vasto movimento nacional contra a política ruinosa do Governo». O encontro recordou a importância da jornada nacional de luta promovida pelo movimento sindical unitário para 16 deste mês, apelando à participação popular nas manifestações marcadas para Coimbra e Figueira da Foz.

Candidaturas APU nas 195 freguesias

Das conclusões do encontro de sábado salientamos, por agora, no quadro das batalhas eleitorais que se aproximam:

«A preparação das eleições para as autarquias, já iniciada e a participação dos comunistas do distrito nos trabalhos preparatórios da Conferência Nacional do Partido devem continuar a constituir no momento presente uma das tarefas prioritárias.

«O pacote anti-autárquico do Govern. PS/PSD, ao reduzir em 850 o número de eleitos no distrito, cria uma situação nova e novas exigências no trabalho preparatório do Partido.

«Impõe-se desde já uma forte campanha de esclarecimento e de contactos para as listas da APU, segundo critérios alargados e abertos. Impõe-se a batalha para a constituição de listas com residentes nas freguesias onde anteriormente se concorreu com a ajuda de candidatos de fora. Impõe-se melhorar o acompanhamento a todos os eleitos da APU; reforçar o trabalho para resolver os problemas locais; uma rigorosa planificação e controlo de execução das tarefas eleitorais preparatórias.

«Registam-se já experiências positivas na definição dos objectivos eleitorais. Progressos importantes estão a ser dados no sentido da formação das listas. O esclarecimento das populações ganha dinâmica, particularmente com as visitas de eleitos e a saída de boletins APU.

«O encontro concluiu que existem perspectivas reais de vitórias no distrito, de subida de votação na APU em todos os concelhos, e confirmou a orientação da apresentação de listas APU nas 195 freguesias do distrito.»

Aos familiares, amigos e companheiros dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta as mais sentidas condolências.



Álvaro Cunhal em S. João da Madeira

Em dia de festa um novo Centro do PCP

Sem o PCP, sem a classe operária, sem as massas trabalhadoras não se resolvem os problemas nacionais — acentuou Álvaro Cunhal no comício realizado no último domingo, na cidade de S. João da Madeira, concelho do norte do distrito de Aveiro. Uma tarde de sol deu ainda mais calor ao encontro de muitos sanjoanenses com o secretário-geral do PCP, no Largo de S. João, um simpático espaço arborizado, «ali» a escassos metros do novo Centro de Trabalho do Partido, inaugurado naquele dia de festa.

Muitas bandeiras vermelhas em agitação constante. Nos rostos a expressão do interesse pelas palavras de esclarecimento e também da alegria pelo motivo principal que levava tanta gente àquele ponto de encontro. Um pouco por toda a cidade, panos e disticos assinalam a presença do dirigente comunista. Daí o movimento de pessoas e veículos a caminho do largo e da Rua Alto de Mouras, onde no n.º 526 está hoje uma nova casa do Partido. Um novo e importante instrumento para «o trabalho político do PCP», que, no entanto, como salientaria Álvaro Cunhal, «não está apenas ao serviço do PCP». É um CT aberto aos trabalhadores e à população. Aberto a todos os que ali procurem uma opinião, um esclarecimento, uma ajuda solidária.

A ofensiva acelerada do Governo contra as conquistas, as transformações e as realidades socioeconómicas de Abril e contra a própria democracia política e as liberdades, a necessidade de intensificar a luta democrática de massas contra esta ofensiva, a importância da unidade e da convergência da luta dos mais variados sectores e as batalhas eleitorais que se aproximam mereceram destaque na intervenção proferida

de improviso pelo secretário-geral do Partido.

Presentes na Mesa que dirigiu o comício, além do secretário-geral do Partido, os camaradas da Comissão Concelhia de S. João da Madeira, António Moreira, operário metalúrgico, membro da Comissão de Trabalhadores da Oliva; Jorge Cortez, engenheiro técnico, vereador da APU na CM (eleito nas eleições intercalares de 84, onde pela primeira vez a Aliança Povo Unido elegeu um representante para a vereação municipal); Artur Moreira, operário metalúrgico, dirigente sindical; Isaías, operário metalúrgico, membro da CT da Oliva; Franquelim Vieira, operário sapateiro; Fátima Guimarães, professora; Carindo Silva, operário da construção civil; António Mendes, empregado de escritório.

Também presentes os camaradas António Santos, reformado, membro da comissão pró-Centro; Ramiro Silva, da C. Distrital de Aveiro; Zita Seabra, deputada comunista pelo círculo de Aveiro, e Vidal Pinto, ambos membros suplentes da Comissão Política do Partido; e finalmente o camarada Jaime Serra, membro da C. Política do PCP.

Antes de Álvaro Cunhal, ouviu-se a intervenção da Comis-

são Concelhia do PCP, lida pelo camarada António Moreira, que afirmaria já no fim: «Nos próximos dias temos pela frente uma jornada de grande importância — a manifestação do dia 16 de Março em Aveiro, que vem ao encontro da grande aspiração do povo português que é a demissão imediata do Governo. Que ninguém falte no dia 16 em Aveiro!».

Confraternização

A jornada festiva que assinalou a inauguração do novo CT em S. João da Madeira começou logo de manhã com uma modalidade bem conhecida dos jogos tradicionais portugueses: a malha. Mais do que competição aconteceu o convívio salutar. Mas para os vencedores não faltou um brinde também tradicional: um belo galo.

Mais tarde um almoço de confraternização, realizado no próprio Centro de Trabalho, com cerca de 200 pessoas, incluindo os camaradas Álvaro Cunhal, Jaime Serra, Zita Seabra e Vidal Pinto, daria continuidade à programação festiva organizada pelos comunistas de S. João da Madeira, um colectivo que viveu no domingo momentos muito especiais de alegria (também compartilhada pela reportagem do «Avante!»).

Após o comício — iniciado cerca das 15 horas — actuou o grupo «Vozes de Coimbra», que teve fortes aplausos da assistência.

Durante todo o dia o novo CT do Partido recebeu nume-

rosas visitas. De comunistas da cidade (sede de um dos mais importantes concelhos da região de Aveiro, onde a APU ganha crescente prestígio entre as populações) e de outros pontos do laborioso concelho. De democratas, amigos e simpatizantes do PCP. De muita gente anónima, incluindo pessoas com conhecidas opiniões e tendências políticas dos mais variados quadrantes. Enfim, visitas de centenas de pessoas que percorriam, com curiosidade, todas as divisões do novo Centro, «uma bela casa», como concluíam à saída. E geralmente num tom de carinho e de alegria.

Ao longo dos seus três pilares, o CT do Partido tem 10 divisões mais um conjunto de anexos, para além de um belo espaço ao ar livre. Após as obras de beneficiação (com destaque para as pinturas) e de adaptação, as instalações ficaram operacionais para responder às múltiplas exigências de uma organização em crescimento.

Em conversa animada com a reportagem do «Avante!», os camaradas de S. João da Madeira recordaram que o Partido veio para aqui em Novembro de 1984. A compra do edifício a um particular envolvia uma verba de 3950 contos, tendo-se registado a ajuda da caixa central. Entretanto, avança a campanha de fundos promovida pela organização. Foram recolhidos mais de 700 contos. A campanha vai continuar!

I.ªS ASSEMBLEIAS DAS ORGANIZAÇÕES DISTRITAIS

Castelo Branco: ligação à realidade

Com a presença de 180 delegados provenientes de oito dos onze concelhos do distrito e de várias dezenas de convidados, realizou-se no último sábado, no Cine-Teatro da Covilhã, a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Castelo Branco do PCP. Prolongando-se ao longo de todo o dia, a Assembleia constituiu um assinalável êxito — opinião generalizada reconhecida pelos participantes — quer pela forma como decorreram os trabalhos (organização impecável), quer pela riqueza e elevação do número de intervenções (43 no total), a revelar um profundo conhecimento das organizações do Partido sobre os problemas do distrito.

Mas na abordagem das questões em debate, os oradores que subiram à tribuna da Assembleia não se limitaram a levantar os problemas de natureza económica e social que preocupam os trabalhadores e as populações daquela vasta região. Indo mais longe, os delegados que usaram da palavra ao longo das sessões, através de bem preparadas intervenções, apontaram também

propostas muito concretas que, a serem concretizadas, permitirão contribuir para a solução dos problemas existentes.

Recorda-se que para o bom andamento dos trabalhos também muito contribuiu o intenso trabalho preparatório levado a cabo nos últimos meses durante o qual se realizaram 73 reuniões em que participaram 521 camaradas, reunidos essas reuniões, por seu turno, uma preciosa ajuda (contributo colectivo) para a elaboração de muitas das intervenções relativas a grandes áreas da actividade, como sejam as empresas, reformados, trabalho camponês, colectividadades, desporto, mulheres, emigrantes e autarquias.

Muito aplaudida por todos os presentes — não é abusivo interpretar como um sinal de solene compromisso — a decisão de trabalhar e trabalhar bem para eleger o primeiro deputado pelo círculo eleitoral de Castelo Branco em futuras eleições legislativas.

Ainda em matéria eleitoral foi decidido, por outro lado, apresentar listas, pela primeira vez, a todos os órgãos autár-

quicos do distrito, isto é, às suas 157 freguesias, 11 câmaras municipais e respectivas assembleias municipais.

A nova Comissão Distrital, eleita por unanimidade, é composta por 25 camaradas dos quais três são mulheres, sendo o número de operários 14; 24 dos membros têm menos de 50 anos e a média etária é de 35 anos.

Aos trabalhos, para além de José Soeiro, membro da Comissão Política do CC que proferiu uma saudação em nome da DORBI, assistiu também o camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Na intervenção final com que encerrou os trabalhos, o camarada Vilarigues para além de uma detalhada análise sobre a situação política nacional teve-se também sobre alguns dos problemas que mais afectam os trabalhadores e o povo de Castelo Branco. A este respeito, sublinharia a dado passo que «inventariando-os, analiticamente, de maneira responsável e apontando caminhos que, uma vez percorridos, conduzam passo a pas-

so à sua solução, a organização distrital de Castelo Branco do PCP mostra ter atingido uma maturidade política digna de ser realçada».

«No projecto/resolução — prosseguiu o dirigente comunista — posto à discussão da organização distrital para que um maior número possível de membros do Partido, e mesmo de simpatizantes, pudessem dar a sua contribuição, estão apontados de maneira sistemática os problemas dos salários em atraso, do emprego e do desemprego, das condições de trabalho, da saúde e da habitação, do ensino e da cultura, dos transportes, da produção industrial e agrícola, dos problemas relacionados com a Reforma Agrária, o arrendamento rural, os baldios; com os projectos da Cova da Beira e da Idanha sempre inacabados (36 anos leva o da Idanha sem uma rede de drenagem digna desse nome), sempre projectos, enquanto milhares de hectares de terra esperam a água na altura própria para dar maiores produções, mais elevada produtividade, proporcionar mais empregos».

De comunistas da cidade (sede de um dos mais importantes concelhos da região de Aveiro, onde a APU ganha crescente prestígio entre as populações) e de outros pontos do laborioso concelho. De democratas, amigos e simpatizantes do PCP. De muita gente anónima, incluindo pessoas com conhecidas opiniões e tendências políticas dos mais variados quadrantes. Enfim, visitas de centenas de pessoas que percorriam, com curiosidade, todas as divisões do novo Centro, «uma bela casa», como concluíam à saída. E geralmente num tom de carinho e de alegria.

Ao longo dos seus três pilares, o CT do Partido tem 10 divisões mais um conjunto de anexos, para além de um belo espaço ao ar livre. Após as obras de beneficiação (com destaque para as pinturas) e de adaptação, as instalações ficaram operacionais para responder às múltiplas exigências de uma organização em crescimento.

Em conversa animada com a reportagem do «Avante!», os camaradas de S. João da Madeira recordaram que o Partido veio para aqui em Novembro de 1984. A compra do edifício a um particular envolvia uma verba de 3950 contos, tendo-se registado a ajuda da caixa central. Entretanto, avança a campanha de fundos promovida pela organização. Foram recolhidos mais de 700 contos. A campanha vai continuar!

Camaradas falecidos

Hortense Soares Fernandes

Após prolongada doença, faleceu a camarada Hortense Soares Fernandes, de 75 anos. A camarada era natural e residia em Vila Praia de Âncora.

de 45 anos. Membro do Partido desde 1974, militava na organização da freguesia de São Pedro da Cova. Manuel Costa Ferreira difundiu o «Avante!» no lugar de Tardariz.

Arcelino Batista

Faleceu no passado dia 8 o camarada Arcelino Batista, de 76 anos. Natural de Sancheira, conce-

lhado de Óbidos, esteve preso nos anos 50 em Peniche, por quatro anos. Arcelino Batista era um camarada bastante prestigiado na S. Pequena e em Caldas da Rainha, quer pelo seu passado antifascista, quer pela sua conduta e qualidades humanas. Camponês, desenvolveu o trabalho do Partido nas regiões de Óbidos e das Caldas da Rainha.

Foi a enterrar no dia 9, com a bandeira do Partido, sua última vontade. A Direcção de Or-

ganização Regional de Leiria do PCP fez-se representar oficialmente. O funeral foi acompanhado por várias centenas de pessoas.

Aos familiares, amigos e companheiros dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta as mais sentidas condolências.

edições **Avante!**

Dê uma boa prenda a um amigo



Edição ilustrada por Rogério Ribeiro
18 gravuras a cores

Pedidos a CDL Central Distribuidora Livreira Serviço de Venda Dirigida Av. Santos Dumont, 57-2.º 1000 Lisboa

Terra

Reforma Agrária organiza resistência

Planos do Governo condenados ao fracasso

«A destruição do aparelho produtivo das UCP's/Cooperativas com o retorno por completo a uma agricultura extensiva, absentista e parasitária, com a quebra da produção e o desemprego em massa», tais seriam, desde logo, algumas das consequências que adviriam para o sector agrícola no Sul e para o País, caso as medidas que o Governo PS/PSD preconiza viessem algum dia a ser aplicadas.

Classificando de «propagandísticas e provocatórias as notícias recentemente vindas a público que falam dos planos do Governo, o comunicado não deixa, no entanto, de concluir

verno PS/PSD pretende é a reconstituição integral dos antigos latifúndios e do poder dos latifundiários», um dos supostos do regime fascista e a quem se deve a responsabili-

me democrático e que tresandam a fascismo».

Daí que, segundo eles, tais leis não deverão ser promulgadas, esperando os trabalhadores e o País «que as instituições democráticas funcionem, intervenham desde já e impeçam a concretização dos propósitos anunciados pelo Governo. Se o não fizerem — sublinha o comunicado — não poderão deixar de ser responsabilizados pelo significado e consequências das atitudes passivas que eventualmente assumirem».

Depois de afirmarem que independentemente do que se vier a passar, as medidas do Governo, a concretizarem-se, «encontrarão pela frente a resistência activa dos trabalhadores», as organizações da Reforma Agrária apelam à solidariedade activa de «todos os trabalhadores, do movimento sindical e operário, do Poder Local democrático e das organizações, forças e personalidades democráticas», manifestando-se desde já disponíveis para participar — para além de outras acções que venham a promover — nas manifestações convocadas para o próximo dia 16 numa jornada de luta em Lisboa, quando os anunciados diplomas forem discutidos na Assembleia da República.

• Grande mobilização para jornada de dia 16 no Alentejo e Ribatejo

• Jornada de luta em Lisboa, caso os diplomas dêem entrada na AR

que se está «perante um dos mais graves assaltos» às transformações criadas com o 25 de Abril e ao regime democrático, «contra os interesses dos trabalhadores, dos pequenos agricultores e do povo português».

dade pelo atraso secular da nossa agricultura. Elementos afectos ao Executivo, aliás, não têm escondido a sua opinião a este respeito, chegando a afirmar, conforme salienta o comunicado, que seria o «regresso ao 24 de Abril em matéria de estrutura fundiária».

Medidas inconstitucionais

Na opinião dos trabalhadores está-se, pois, em presença, caso venham a ser postas cá fora, de «medidas completamente inconstitucionais, que põem em perigo o próprio regi-

Notícias provocatórias

Dando conta das conclusões a que chegaram, as organizações da Reforma Agrária manifestam, entretanto, a disposição de mobilizar desde já os trabalhadores agrícolas dos campos do Alentejo e Ribatejo para «lutar e resistir activamente» contra quaisquer eventuais acções que o Governo liderado por Mário Soares venha a intentar.

Agricultores exigem nova política agrícola

A actual conduz à ruína

A prosseguir esta política de estrangulamento da produção agrícola, caracterizada essencialmente pela ausência de quaisquer apoios ou incentivos e pelo constante agravamento dos preços dos factores de produção e das máquinas agrícolas, é de admitir que a curto prazo a lavoura — já hoje com a corda na garganta — venha a afundar-se na completa ruína.

a que seguramente não são alheios, por exemplo, os preços dos factores de produção (40 por cento mais caros em Portugal do que nos países da CEE) — levam os homens do campo a interrogarem-se sobre os efeitos de uma nossa eventual entrada quando, afinal, temos a agricultura mais atrasada da Europa.

tos agricultores e suas organizações, as quais mobilizaram mais de vinte mil homens e mulheres um pouco por todo o País, os dirigentes da CNA salientam tratar-se de uma demonstração inequívoca da vontade dos agricultores de invertirem a «actual orientação» da política agrícola, face ao agravamento dos problemas e dificuldades.

tores prossigam à escala nacional, em defesa da produção, pela redução dos encargos, pela negociação de preços justos e pela garantia de escoamento dos seus produtos, por créditos fáceis e desburocratizados, por um eficaz apoio técnico, económico e financeiro, condição indispensável ao desenvolvimento da agricultura e à defesa da nossa economia e dos interesses nacionais.

Porto

Entretanto, no Porto, na passada terça-feira, junto às instalações da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, efectuou-se uma concentração — unanimemente considerada como a maior de sempre naquela cidade — que reuniu perto de dois mil agricultores provenientes de vários concelhos do distrito.

Revelando uma forte disposição de luta, os agricultores presentes reclamaram, entre outros aspectos, a abertura das feiras, o fim das guias de trânsito de gado e o pagamento pontual do leite a preços justos.

Com efeito, o Mercado Comum é excedentário em produtos vinícolas, produtos lácteos e frutícolas. Ora, nestas condições, dada a realidade da nossa agricultura, como se pode pensar em competir com os preços da CEE?

Atentos a esta realidade, não é de estranhar, pois, as crescentes preocupações que dominam os homens da lavoura sobre as negociações (cujo conteúdo desconhecem em absoluto) que de há muito decorrem e cujo desfecho se apresenta cada vez mais imprevisível.

Luta prossegue

Reportando-se às acções recentemente levadas a cabo pe-

A situação é conhecida (a ela nos temos referido com regularidade nas nossas páginas) e a insistência em voltarmos ao assunto resulta apenas do facto dos problemas se virem a agravar perigosamente, tornando insustentável a vida de muitos agricultores e suas famílias.

Ainda na passada semana dirigentes da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) em encontro com os jornalistas, fizeram um alerta sério para a situação presente, tendo salientado que a agricultura produz cada vez menos e que o parque de máquinas está envelhecido.

Estes aspectos negativos —

Assembleia da República

Deputados reincidem no «crime»

Depois de uma semana morta, talvez à espera dos resultados da reunião do Conselho Nacional do PSD, a actividade da Assembleia da República concheu, na terça-feira passada, uma actividade febril. Quando o leitor ler estas linhas talvez a lei que estabelece o aumento brutal das rendas de casas esteja já numa fase adiantada da discussão, violando frontalmente o novo Regimento da Assembleia da República que entrou em vigor no passado dia 12.

Com efeito, na sessão de terça-feira, a primeira novidade da ordem do dia foi a entrada em vigor do novo Regimento que vai limitar substancialmente a intervenção dos partidos da oposição.

Esta entrada em vigor começou logo por ser um atropelo ao que o estatuto determina, ou seja, deveria entrar em vigor cinco dias após a sua publicação. E depois de uma conferência de «leaders» dos Grupos Parlamentares o Regimento foi imposto, começando a prevalecer de imediato.

Mas foi com algum espanto que se verificou, logo a seguir, que os partidos que mais tinham pugnado pela sua imediata entrada em vigor (o PS e o PSD, acolitados pelo CDS), eram precisamente aqueles que menos o conheciam no seu articulado.

Por várias vezes António Capucho, do PSD, ou Luís Beirão, do CDS, contestavam situações que afinal estavam abrangidas pela lei que a partir de agora rege o funcionamento da Assembleia da República.

A todo o vapor

Finda a reunião dos «leaders» dos Grupos Parlamentares foi uma autêntica maratona para se chegar à discussão do «Estatuto Remuneratório dos Titulares dos Cargos Políticos», denominada pomposa e que, para os menos precavidos, nós explicamos que se trata do aumento dos deputados. E que aumento! Principalmente se deixam a sua função parlamentar.

Deste modo e num entendimento tácito, algumas propostas de lei que estavam agendadas baixaram à Comissão respectiva, tudo isto no intuito de ganhar tempo e permitir que fosse agendado para a sessão de quarta-feira a discussão da lei do aumento das rendas de casa. Antes fora apresentado um projecto de lei do PCP sobre a recolha de leite a que fazemos referência noutra local.

Uma única Proposta de Lei, a n.º 86/III, teve direito a ser discutida e aprovada. Esta proposta de lei isenta de direitos, taxas aduaneiras, impostos de transacção e quaisquer outras taxas ou encargos as importações de equipamentos e materiais doados ao Instituto de Emprego e Formação Profissional por organismos estrangeiros ou adquiridos por aquela entidade.

Por parte do Governo apareceu no hemiciclo o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Rui Amaral, conhecidíssima figura deste Governo precisamente por sobre ele recaírem suspeitas de atribuir subsídios de dezenas de milhares de contos, no total, cujo destino é um bocadinho obscuro e que por isso mesmo aquele membro do Governo é objecto presentemente de uma acção de inquérito parlamentar.

Face a esta resposta duas questões se nos colocam: não sabemos se Seabra indo à superfície da questão responderia em termos baixos ou se a utilização dos «termos elevados» não reflecte um certo complexo de inferioridade... Enfim, questões do foro da psicanálise.

Mas ao que Seabra não respondeu foi quanto custou a medalha comemorativa de um diploma legislativo mandada cunhar pelo seu Ministério, pergunta embaraçosa que foi colocada pelo deputado do PCP Jorge Lemos, mais do que uma vez.

Reincidentes

Mas voltemos, ainda, à questão da isenção de direitos que a proposta do Governo pretende. Ilda Figueiredo colocou algumas questões pertinentes, uma das quais, por exemplo, se Augusto Seabra (pois a discussão generalizou-se perante o silêncio sepulcral do secretário de Estado, Rui Amaral) diferenciava, por exemplo, entre dez teares para a produção nas fábricas têxteis e dez teares para a formação profissional. Seabra aos teares e às outras coisas disse nada. A proposta de lei foi aprovada na generalidade e na especialidade com a abstenção do PCP, que não tem nada contra a formação profissional e todos os incentivos que a promovam, antes pelo contrário mas porque do articulado daquela lei transparência é o que não se vê.

E então foi a vez de a Assembleia da República se debruçar sobre o referido «Estatuto Remuneratório dos Titulares dos Cargos Políticos», cujo voto do Presidente da República suscitou uma nova apreciação do diploma, anteriormente aprovado pela AR.

ção do diploma, anteriormente aprovado pela AR.

Fernando Capucho tinha já pedido o prolongamento dos trabalhos até às 21 horas de terça-feira, certamente esperando que aquele assunto ficasse arrumado até ao final da sessão. Mas afinal tal não sucederia e a discussão teve de ser continuada na quarta-feira.

Na sessão de terça-feira só intervieram sobre o assunto Lopes Cardoso, da UEDS e Vilhena de Carvalho, da ASDI. Não há qualquer dúvida que os deputados, reincidindo no «crime», o vão praticar. Bastará a maioria de votos para que os aumentos dos deputados sejam aprovados e pagos posteriormente. O PS e o PSD, que são favoráveis a esta iniciativa, têm conjuntamente a maioria de votos. Podem pois começar a deitar contas à vida e a fazer planos para a utilização do dinheiro.

Por último, na terça-feira, a coligação ia com tanta embaço para agendar a lei do aumento das rendas de casa para o dia seguinte que até se esqueceu de que o novo Regimento estava já em vigor. Ora este estabelece prioridades para o agendamento e o aumento das rendas não é neste momento, segundo o Regimento imposto pela maioria PS-PSD-CDS, prioritário.

Mas o Regimento começou logo de início a ser violado, precisamente pelos que o impuseram, pelo que a lei das rendas ficou agendada para quarta-feira, decisão de que o PCP interpôs recurso para a Mesa da AR. Pode suceder pois que hoje já vá avançada a discussão da referida lei, que segundo tudo indica a maioria governamental pretende pôr em execução dentro do mais curto espaço de tempo. A ver vamos. Até parece que lhes falta o tempo.

A pensar nos pequenos produtores PCP apresenta projecto de recolha de leite

O PCP apresentou, na passada terça-feira, na Assembleia da República, o Projecto de Lei n.º 443/III, sobre Produção, Recolha, Concentração e Abastecimento de Leite. Procedeu à apresentação do Projecto o deputado Rogério de Brito.

tar do PCP apresenta o Projecto de Lei em apreço.»

Visa esta lei consagrar, consolidar e fortalecer dois objectivos: — apoiar e incrementar o desenvolvimento de uma rede única de recolha e concentração, assente na organização cooperativa leiteira, por forma a garantir a efectiva intervenção dos produtores em todo o circuito económico do leite; — e propiciar a melhoria do abastecimento de leite para consumo e para a indústria, através de mecanismos que incentivem a produção e aproveitem melhor o leite produzido.

As cedências feitas pelo Governo PS-PSD nas negociações de adesão de Portugal à CEE, concretamente no sector da produção leiteira, põem em perigo a subsistência de alguns milhares de pequenos produtores. A iniciativa do PCP visa precisamente salvaguardar estas pequenas explorações privadas, três quartos das quais localizadas no Noroeste do País e que não ultrapassam em média as três vacas produtoras de leite. São largos milhares mas o Governo não se importou com eles, tão-pouco se importa que vão para a ruína.

Nacional

8 de Março comemorado em todo o País

O Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, foi comemorado em todo o País. O destaque vai — pelo número de pessoas que estiveram presentes — para a concentração-festa que se realizou na Praça da Figueira, em Lisboa. No entanto, do Minho ao Algarve, o Dia da Mulher foi pretexto para jornadas de luta um pouco por todo o lado.

Em Lisboa, como dissemos, foi a concentração-festa, na qual estiveram presentes milhares de homens e mulheres e onde participaram dezenas de artistas.

No Porto, o cumprimento das leis de dignificação das

mulheres foi reclamado durante a sessão que se realizou no Auditório Nacional Carlos Alberto. Ainda nesta cidade, as camélias foram o pretexto para que a voz de José Gomes Ferreira chegasse ao maior número possível de mulheres.

Em Santarém, as comemorações duraram uma semana, que foi de informação e divulgação, nomeadamente da Carta da Mulher. Em Braga, de 7 a 10, houve sessões públicas.

Em Setúbal, por ocasião da inauguração de uma exposição, foi lançado um livro sobre «mulheres que deram nome a ruas» da cidade. Em Almada, «A vida e obra de Maria La-

mas» foi tema de exposição. Finalmente, em Faro, Lisboa, Porto, Braga e Évora, houve plenários em diversas empresas.

Só mais uma nota, à laia de post-scriptum: na concentração-festa de Lisboa foi aprovado um apelo à participação na Jornada Nacional de dia 16 (sábado)... Como dizia a canção, a igualdade só será verdadeira quando «tiver no poder o que vive a trabalhar...».

Não é tudo. Muitas mais iniciativas houve por esse País fora. Estas aqui ficam registadas — foram as que nos chegaram —, assim, à laia de amostragem.

Juventude

Minho — Mais 500 militantes até 1986

No passado dia 9 reuniu-se o plenário de quadros da Organização Regional do Minho da Juventude Comunista Portuguesa. Os participantes na reunião apelaram para a participação de todos os jovens nas manifestações de dia 16, «con-

tra a política anti-juvenil e antinacional do Governo PS/PSD».

Os jovens comunistas denunciaram o «carácter demagógico e eleitoralista que o Governo PS/PSD está a dar às comemorações do Ano Internacional da Juventude», salien-

tando que o Minho não foge à regra.

O plenário decidiu lançar uma campanha de recrutamento na região, cuja meta é de mais 500 novos militantes até ao final de 1985. Na reunião foi também decidida a realização

de duas iniciativas regionais integradas no âmbito das comemorações de A.J.

Os jovens comunistas apelaram também para a participação da juventude nas comemorações do Dia do Estudante, do 11.º aniversário do 25 de

Abril, do 40.º Aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo e ainda no 1.º de Maio e nas iniciativas de preparação do XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realiza em Moscovo sob o lema «pela solidariedade anti-imperialista, pela Paz e a amizade».

Delegação do Komsomol Leninista em Portugal

De 26 de Fevereiro a 6 de Março deslocou-se a Portugal a convite da Juventude Comunista Portuguesa, uma delegação da União das Juventudes Leninistas da União Soviética.

A delegação soviética, composta pelo vice-chefe do departamento de organização do Comité Central do Komsomol, e por um membro do Comité das Organizações Juvenis, esteve em Lisboa e deslocou-se ao Algarve.

cional da JCP, Juventude Operária Católica, com a Juventude Socialista e ainda com o Comité Nacional Preparatório do XII Festival.

No Algarve, a delegação soviética teve oportunidade de se reunir com a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP e com a DORAL da JCP. A delegação, que conviveu com jovens da Cooperativa Popular de Faro, visitou uma

fábrica de coriças e uma outra de conservas de peixe, tendo ainda visitado Fóia — onde o Governo PS/PSD e a NATO pretendem construir uma base de rastreio de mísseis — e avistado-se com uma delegação do movimento «Deixem o Algarve em Paz» e com a vereação da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

Durante a sua visita, os jovens soviéticos — que tinham

sido convidados para as comemorações do 7 de Novembro, mas a quem o Governo português só deu os vistos no próprio dia da partida — debateram com jovens portugueses questões relacionadas com a preparação do XII Festival e com a realidade soviética.

A delegação do Komsomol Leninista encontrou-se com uma delegação do Comité Central do PCP composta pelo

camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central, e pela camarada Manuela Bernardino, da secção Internacional do PCP.

Para a JCP, esta visita foi muito importante, uma vez que veio «confirmar os excelentes laços e a cooperação existentes entre a juventude soviética e a juventude portuguesa, e entre a JCP e o Komsomol Leninista».

Quadros da JCP reuniram-se em Évora

Em Évora realizou-se recentemente uma reunião regional de quadros da Juventude Comunista Portuguesa. Neste encontro, os jovens debateram a participação juvenil na actividade da APU. Em foco estiveram também as tarefas que se preparam para a comemoração do Ano Internacional da Juventude, com a realização do XII

Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes e com as comemorações do 24 de Março.

Nesta reunião, os jovens comunistas constataram que no Alentejo se continuam a degradar as condições de vida e que continua a aumentar o número de jovens desempregados. A conclusão é de que esta situação é consequência

da ofensiva contra a Reforma Agrária e do não aproveitamento dos recursos naturais da região.

Neste encontro foi realçado, por um lado, o papel desempenhado pelas autarquias APU no apoio à juventude e, por outro, o imobilismo dos organismos oficiais.

Revista Internacional

Os católicos chilenos e a luta antifascista

à venda

Internacional

Konstantin Tchernenko

Um combatente pelos ideais do comunismo e da paz

O nome de Konstantin Ustinovitch Tchernenko, um dirigente eminente do Partido Comunista e do Estado Soviético e um combatente dedicado pelos seus ideais do comunismo e pela paz, ficará para sempre nos corações do povo soviético e de toda a humanidade progressista.

Foi com estas palavras que o Comité Central do PCUS, o Presidium do Soviete Supremo e o Conselho de Ministros da URSS anunciaram ao Partido e ao povo soviético a morte de Konstantin Tchernenko, secretário-geral do PCUS, chefe de Estado da União Soviética e herói do trabalho socialista, no passado domingo, dia 10 de Março.

Na mensagem conjunta, divulgada segunda-feira pela Tass, afirmava-se que a morte de Tchernenko, aos 73 anos de idade, constituiu uma grave perda para a URSS, pois o dirigente agora desaparecido «consagrou toda a sua vida e a sua actividade ao serviço abnegado da causa do Partido e do povo, à luta pelo fortalecimento do poder económico e defensivo da pátria, pela elevação do bem-estar dos soviéticos, pelo aperfeiçoamento global da nossa sociedade socialista, pela salvaguarda e pela consolidação da paz na terra».

Se foi curto o período de tempo em que Tchernenko dirigiu o Comité Central do PCUS, o mesmo não se pode dizer da sua contribuição nos mais diversos sectores da actividade do Partido, ao qual pertenceu durante mais de 50 anos.

Como referem os numerosos elogios fúnebres que lhe são feitos, «o talento de organizador e de dirigente de tipo leninista manifestou-se, com toda a nitidez, nos altos cargos que Konstantin Tchernenko ocupou no Partido e no Estado», sendo salientado que o PCUS, enquanto orientado pelo malogrado dirigente, «realizou um grande e fecundo trabalho de mobilização dos trabalhadores para o cumprimento das resoluções do XXVI Congresso do PCUS».

Durante esse período, referem as intervenções dos dirigentes soviéticos, «continuou a implementar-se uma linha coerente para o aperfeiçoamento do socialismo desenvolvido, o cumprimento das grandes tarefas do desenvolvimento económico e social, a elevação do bem-estar do povo soviético, a subida progressiva da actividade criadora das massas e a melhoria do trabalho ideológico. O Partido manteve permanentemente no centro da sua atenção o reforço da disciplina, legalidade e ordem, a política de quadros, a dinamização da actividade dos soviéticos, do komsomol e do controlo popu-

lar, a reforma do ensino e a elevação do papel social da literatura e da arte».

Na mensagem conjunta dos órgãos dirigentes da URSS sublinha-se ainda que, sob a direcção de Tchernenko, o PCUS concentrou os seus esforços, no âmbito da política externa, «no incremento da cooperação com a comunidade socialista e na aplicação de uma política de coexistência pacífica, pelo fim da corrida aos armamentos, pela eliminação do perigo de guerra nuclear e por uma firme garantia da segurança dos povos».

Cerrar fileiras pela paz

Nesta hora de luto, os dirigentes da URSS apelam a todos os soviéticos para que «cerrem ainda mais as suas fileiras em torno do Partido Comunista», pois muitas e importantes são as tarefas que importa continuar.

Como se refere no documento a que nos vimos reportando, o PCUS propõe-se prosseguir «o caminho para o aperfeiçoamento global do socialismo desenvolvido, para fortalecer e consolidar a comunidade socialista, evitar a catástrofe nuclear e garantir uma paz duradoura».

«O nosso objectivo final — diz a mensagem — é a liquidação total das armas nucleares em todo o planeta, bem como a eliminação definitiva do perigo de guerra nuclear. A União Soviética tem sido sempre partidária do diálogo construtivo e de medidas práticas conducentes ao alívio da tensão internacional e à implantação de um clima de confiança, cooperação e compreensão mútua entre todos os povos e Estados».

Fazendo notar que «a União Soviética não ameaça ninguém, nem tão pouco ambiciona a superioridade militar», a mensagem ao povo soviético alerta no entanto que «jamais permitirá que qualquer outro país ou aliança de países obtenham essa superioridade. Por

isso, continuaremos a elevar infatigavelmente a vigilância e a fortalecer a capacidade defensiva da nossa pátria socialista».

A concluir, a mensagem dos dirigentes soviéticos afirma: «simpatizamos e apoiamos os povos em luta pela liberdade e independência nacional. O PCUS, lutando pela paz e progresso social, segue fiel e imutavelmente a linha orientada para a máxima coesão possível das forças do movimento comunista e operário internacional. Os objectivos do Partido são explícitos e nobres, tendo graneado ao PCUS a confiança limitada dos trabalhadores. A força do Partido reside na unidade com o povo. A força do povo reside na unidade com o Partido e na direcção exercida pelo Partido».

Uma vida dedicada ao Partido

Exemplo de dedicação ao Partido foi sem dúvida Konstantin Tchernenko, cujo funeral se realizou ontem, na Praça Vermelha.

Nascido em 1911, de uma família de camponeses, Tchernenko desenvolveu toda a sua actividade política nos órgãos do komsomol e do Partido.

Em 1929 e 1930, foi chefe da propaganda do Comité do «Komsomol» do distrito de Novoselovsk, do território de Krasnoyarsk.

Entre 1930 e 1933, desempenha as funções de guarda-fronteira no exército soviético, altura em que entra para o Partido, em 1931. Desempenha, nessa ocasião, o cargo de secretário do Partido num posto fronteiriço.

Terminado o serviço militar, Tchernenko trabalhou, até 1943, no território de Krasnoyarsk, primeiro como chefe da secção de propaganda dos comités do Partido dos distritos de Novoselovsk e Ujarsk e, depois, como director da casa de instrução política do território de Krasnoyarsk.

Em 1943 entrou na escola superior dos organizadores do Partido em Moscovo, no fim da qual foi eleito secretário do comité do Partido em Penza. Em 1948 é nomeado chefe da secção de propaganda do CC do Partido Comunista da Moldávia.

Em 1956, é colocado à frente de um sector da secção de propaganda do Comité Central do PCUS e, ao mesmo tempo, membro do conselho de redacção da revista «Aguilator».

A partir de 1960, trabalhou no Presidium do Soviete Supremo da URSS, como chefe do secretariado do presidente.

Em 1965, foi nomeado chefe de secção e, em 1976, eleito para o secretariado do CC do PCUS. Membro suplente do «Bureau» Político desde 1977 e efectivo desde 1978, foi deputado ao Soviete Supremo da URSS da 7.ª à 10.ª legislatura. Deputado do Soviete Supremo da República Socialista Federativa Soviética da Rússia da 10.ª legislatura. Fez parte da delegação soviética à Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (1975, em Helsínquia) e participou nas conversações de Viena sobre o desarmamento (1979).

Konstantin Tchernenko foi autor de vários tratados científicos sobre questões actuais do aumento da função dirigente do Partido na via da sociedade soviética, aperfeiçoamento do estilo e dos métodos do trabalho partidário e estatal e desenvolvimento da democracia socialista. No plenário do CC do PCUS (Junho de 1983), Konstantin Tchernenko apresentou um relatório em que delineou as vias mestras para melhorar a acção ideológica do PCUS nas condições actuais.

Pelos seus grandes méritos perante a pátria, Konstantin Ustinovitch Tchernenko foi duas vezes distinguido com o título de «Herói do Trabalho Socialista» e condecorado com três «Ordens de Lenine», três «Ordens da Bandeira Vermelha do Trabalho» e muitas medalhas da União Soviética. Foi galardoado com o «Prémio Lenine».

Em 13 de Fevereiro de 1984, Konstantin Tchernenko foi eleito, em plenário extraordinário do CC do PCUS, secretário geral do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética.

Reeleito deputado pelo círculo Kubichev, de Moscovo, a 4 de Março, Konstantin Tchernenko viria a ser eleito por unanimidade Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, cargo correspondente a Chefe de Estado, na sessão do Parlamento Soviético de 11 de Abril, na sequência de uma proposta de Mikhail Gorbatchev.

A 24 de Fevereiro último, já doente, Tchernenko participou nas eleições para os soviets locais, recebendo a 28 de mesmo mês o mandato de deputado do Soviete Supremo da Federação da Rússia.

Mikhail Gorbatchev

Novo secretário-geral do PCUS

Reunido em sessão plenária extraordinária, na passada segunda-feira, dia 11, o Comité Central do PCUS elegeu, por unanimidade, Mikhail Gorbatchev para secretário-geral do Partido.

O nome de Mikhail Gorbatchev foi apresentado por Andrei Gromyko, membro do Politburo e ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, em nome daquele organismo dirigente do PCUS.

Nascido em 1931, Mikhail Gorbatchev é oriundo, como a generalidade dos dirigentes soviéticos, de uma família de trabalhadores. Começando a trabalhar aos 15 anos, Gorbatchev foi, entre 1946 e 1950, ajudante de motorista de ceifeira-debulhadora no distrito de Stavropol, onde estudou agronomia.

Militante do PCUS desde 1952, formou-se na Universidade Estatal de Moscovo em 1955 e em 1967 concluiu o curso do Instituto Agronómico de Stavropol.

Ocupou o cargo de primeiro-secretário do Comité urbano de Stavropol entre 1956 e 1958 e, até 1966, desempenhou sucessivamente as tarefas de segundo-secretário e primeiro-secretário do Comité distrital de Stavropol do Komsomol leninista.

De 1966 a 1968 foi primeiro-secretário do Comité urbano do PCUS de Stavropol, de 1968 a 1970 ocupou o cargo de segundo-secretário do Comité distrital do PCUS de Stavropol, passando a primeiro-secretário em Abril de 1970.

Mikhail Gorbatchev é eleito para o Comité Central do PCUS em 1971 e deputado ao Soviete Supremo desde a oitava legislatura.

Passa a secretário do CC do PCUS em 1978, sendo eleito membro efectivo do Bureau político em 3 de Março de 1981,

na reunião do CC realizada após o XXVI Congresso do PCUS.

Nos órgãos centrais do PCUS assumiu responsabilidades no sector da agricultura e mais recentemente no sector do trabalho ideológico. Foi ainda presidente da comissão de Negócios Estrangeiros do Soviete Supremo da URSS.

Mikhail Gorbatchev esteve em Portugal em 1983, chefiando a delegação do PCUS ao X Congresso do PCP, realizado no Porto.

Servir o Partido e o Povo

Após a sua eleição como secretário-geral do PCUS, e respeitado que foi um minuto de silêncio em memória de Konstantin Tchernenko, o camarada Gorbatchev fez uma intervenção no plenário do CC, a quem agradeceu a confiança manifestada pela eleição.

Sublinhando que se encontra plenamente consciente da grandeza da responsabilidade de que foi incumbido, Gorbatchev afirmou que tudo fará para garantir a «continuidade na resolução das tarefas do futuro fortalecimento do potencial económico e defensivo da URSS, a elevação do bem-estar do povo soviético e a consolidação da paz, para que



Mikhail Gorbachev com Álvaro Cunhal, em Dezembro de 1983, no Porto, quando da realização do X Congresso do PCP, em cujos trabalhos participou como chefe da delegação do PCUS

seja energeticamente aplicada a política interna e externa leninista do Partido Comunista e do Estado Soviético».

Referindo-se à situação internacional, o novo secretário-geral do PCUS afirmou:

«Apreciamos os êxitos do desanuviamento alcançados na década de 70 e estamos prontos a participar no prosseguimento do processo de instauração de uma cooperação pacífica entre os Estados com base nos princípios de igualdade, respeito mútuo e não-ingerência nas questões internas.»

«Mediante novos passos nesta direcção — sublinhou —

poder-se-á comemorar dignamente o 40.º aniversário da grande vitória alcançada sobre o fascismo hitleriano e o militarismo japonês.»

Como fez notar, em política externa a orientação da URSS é clara, «é a da paz e do progresso».

Mikhail Gorbachev afirmou ainda a importância de reforçar o trabalho colegial da direcção colegial do PCUS, bem como o «fortalecimento da fraterna amizade (...) dos países da grande comunidade socialista e o desejo da URSS em melhorar as suas relações com a China».

Genebra: lutar vale a pena

Conforme havia sido acordado, delegações da União Soviética e dos Estados Unidos voltam a encontrar-se em Genebra. Um facto cujo significado, só por si, não pode ser ignorado — para além das agressivas declarações, e da continuidade de uma prática política correspondente, por parte do imperialismo. Mas nem só isso importa realçar. É que o encontro de Genebra se realiza já a partir de uma base que convém relembrar, apesar de estar a ser quotidianamente negada pela administração Reagan, ou por isso mesmo: «as duas partes acordaram que o objectivo das negociações é constituído por um conjunto complexo de questões dizendo respeito às armas espaciais e nucleares — simultaneamente estratégicas e de alcance intermédio — todas estas questões sendo examinadas e resolvidas tendo em conta a sua interdependência». Isto está no comunicado comum resultante do último encontro.

A realização dos encontros de Genebra — sob esta forma nova — testemunha, simultaneamente, da força do socialismo, do carácter consequente da sua política de paz, que se conjuga com a grande batalha internacional pela paz e o progresso, um pouco por todo o mundo — e é a partida uma afirmação de que vale a pena lutar —, e, por outro lado, da rede de contradições em que o imperialismo se debate ao desenvolver uma política que já não corresponde à nossa época — o que é reconhecido mesmo por personalidades mais realistas do mundo do capitalismo.

Citaremos apenas a apreciação do antigo chefe da Agência norte-americana de controlo de armamentos, Paul Warnke, que em entrevista ao jornal «Los Angeles Times», em Setembro de 1981, afirmava: «Não existe defesa civil capaz de oferecer uma protecção contra a quantidade de cabeças de armas nucleares que nós e a União Soviética desenvolvemos uns contra os outros. Pensar de outra forma, é acreditar ilusões... Einston disse com razão, e é preciso não esquecer, que a libertação da energia atómica mudou tudo, menos a nossa maneira de pensar. É este o problema. De facto, tudo mudou, menos a nossa maneira de pensar. Continuamos ainda a raciocinar com as categorias da época de Klauswitz, como se a guerra fosse um prolongamento da diplomacia por outros meios. Mas já não é assim e não voltará a sê-lo, com excepção dos miniconflitos entre as superpotências e o terceiro mundo».

Não é esta a tese que enforma hoje o pensamento da Casa Branca e do Pentágono. A realidade de hoje é particularmente perigosa. De acordo com um relatório secreto do Pentágono ao Congresso (referido pelo «Washington Post»), no ano de 1984, em cada semana instalou-se um missile Pershing-2 na RFA, prevendo-se que em finais de 1985 todos os Pershing-2 estarão instalados (mantendo-se os actuais planos e ritmos de instalação). Simultaneamente, aposta-se no prosseguimento de to-

dos os outros planos de desenvolvimento de novas armas, em particular na da militarização do Espaço.

Não é menos verdade, entretanto, que a comissão orçamental do Senado, em que o Partido Republicano é maioritário, aprovou o congelamento das despesas militares para 1986. Ou ainda que se multiplicaram nestas últimas semanas, encontros entre dirigentes de países capitalistas e da União Soviética. E na Declaração de Janeiro, que os EUA e a URSS conjuntamente subscreveram, está estipulado que «o objectivo das negociações consistirá em realizar acordos efectivos destinados a prevenir uma corrida aos armamentos no espaço e por fim a esta corrida na Terra, a limitar e a reduzir as armas nucleares e a reforçar a estabilidade estratégica».

Entramos assim no fulcro das contradições que marcam necessariamente uma política que se desenvolve ao arpejo da história. Que não são simplesmente contradições próprias — embora agravadas — da prática do poder de um Partido que aprovou na Convenção realizada em Dallas, anterior às eleições presidenciais, «a plataforma mais belicista, mais anti-operária e mais racista da história dos EUA», como destaca o PC dos EUA, numa justa denúncia do carácter do poder actual. São as contradições da política imperialista, hoje.

A rede de contradições

A rede de contradições que caracteriza a política imperialista e de que Genebra é um exemplo bem claro, exprime-se em todos os planos — do político-estratégico ao social, do económico ao tecnológico.

Referimos apenas alguns factos, à laia de exemplo.

No momento em que Hiroshima e Nagasaki estavam reduzidas a cinzas e se lutava contra a morte de outros milhares e milhares de pessoas, atingidas pelas doenças ainda desconhecidas das radiações — a Casa Branca falava de vitória e vangloriava-se do poder, que pensava ilimitado, ad-

quirido com o monopólio da arma nuclear. O presidente Truman afirmou a propósito: «Quer queiramos quer não, temos que reconhecer que a vitória por nós alcançada colocou sobre os ombros do povo americano a pesada responsabilidade de liderança mundial».

Nos anos 70, os ideólogos do militarismo norte-americano, Possony e F. Pournelle, declaravam: «A vitória na guerra tecnológica pode-se considerar como um facto adquirido quando uma das partes se garante uma vantagem tal que o adversário não a pode liquidar antes que aquele que toma a dianteira na corrida aos armamentos tenha transformado a sua tecnologia em sistemas de armamento declassivos».

As mesmas pretensões repetem-se hoje com a «guerra das estrelas»: a obtenção da superioridade militar sobre a URSS e a comunidade socialista, o domínio mundial. Entretanto, isso não foi possível no momento em que a União Soviética era um país devastado pela guerra. Não foi possível ao longo destes difíceis anos de um pós-guerra em que a Europa soube o que é a paz, e por todo o mundo se deu um decisivo salto revolucionário. Muito menos o será agora. O objectivo estratégico do imperialismo já não está ao seu alcance.

Os resultados económicos de 1984 na URSS foram os melhores do quinquénio em curso. Em 12 meses, o rendimento nacional aumentou de 2,6%. A produção industrial cresceu de 4,2% e a produção agrícola sofreu um acréscimo de 7% em relação a média anual dos três primeiros anos do quinquénio. A produção de energia eléctrica mais que duplicou relativamente à de 1970.

Estes dados referem-se exactamente ao mesmo ano em que um imenso e indesejado esforço foi imposto à URSS e à comunidade socialista no domínio da defesa. Ora o **esgotamento económico do socialismo**, através da corrida aos armamentos, é um dos objectivos de Washington, múltiplas vezes reafirmado por Reagan. Segundo o teórico militar norte-americano, T. Schelling, «obrigar a União Soviética a competir conosco na cara corrida aos armamentos, pode ser um meio de travar o seu desenvolvimento económico».

Os factos indicam entretanto que a incapacidade de concretizar os seus planos estratégicos, o imperialismo soma a incapacidade de vencer as batalhas da economia e da tecnologia, realidades necessariamente interligadas.

Mas não só. **«O reforço do movimento antinuclear anti-guerra nos EUA e na Europa Ocidental é o mais surpreendente fenómeno dos anos 80, e tanto**

mais impressionante quanto na maior parte dos casos se produz espontaneamente (...) É inútil tentar, como fazem alguns governos, colar às acções antiguerra a etiqueta "inspiradas pelos comunistas". Este movimento é em grande medida uma reacção ao carácter negativo e sem perspectivas da política de guerra-fria seguida pelos Estados Unidos». São palavras de Kenan, ex-embaixador dos Estados Unidos em Moscovo.

Os números e os actos confirmam a envergadura do movimento pela Paz, contra a corrida aos armamentos: das sondagens que indicam que cerca de 75% da população dos países da NATO onde se está a instalar mísseis norte-americanos, e dos próprios Estados Unidos são pelo fim da corrida aos armamentos (mais de 80% do eleitorado de Reagan espera que este se empenhe na obtenção de um acordo com a URSS sobre controlo de armamentos...); à importância das acções de massas (que naturalmente tem as suas fases diferentes); e ainda às próprias medidas repressivas com que os governos dos países capitalistas visam o movimento da paz. As cinco «leis antiterroristas» projectadas por Reagan visam em particular o movimento da paz e movimentos de solidariedade com povos vítimas das ameaças, da ingerência e da agressão por parte de Washington. O que naturalmente não acontece por acaso.

É neste quadro que Genebra se concretiza e é possível.

Nas conclusões da reunião do Bureau Político do Comité Central do PCUS, realizada em vésperas do encontro, salienta-se: «O êxito das negociações não dependerá apenas dos seus participantes, mas também da posição assumida pelos parceiros euro-ocidentais dos EUA, do realismo e da capacidade de visão dos dirigentes de todos os Estados, grandes e pequenos, da posição da opinião pública, dos partidos e de todos aqueles que estão preocupados com os destinos da paz». De todos nós, em resumo.

Os imensos perigos que se vivem no momento presente; as desdobradas ameaças que pesam sobre cada povo e sobre o planeta, face à política do imperialismo; a capacidade de resposta que a comunidade socialista, as forças progressistas, os povos de todo o mundo, têm demonstrado; a realização do encontro de Genebra: são razões de luta e confiança. Na certeza de que lutar vale a pena. E de que todos sabermos impor esse objectivo vital que é a sobrevivência do nosso planeta.

O acordo jordano-palestiniano

Os partidos comunistas e operários do oriente árabe, recentemente reunidos em Damasco, consideram que o acordo jordano-palestiniano assinado em Omã aumenta a divisão das fileiras da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e abre caminho para o reforço da influência americano-israelita na região.

Os participantes na reunião de Damasco, para quem o referido acordo é uma consequência da pressão exercida sobre a direcção da OLP, salientam que o documento de Omã despreza o direito do povo palestiniano à criação de um estado independente e o papel da OLP como único e legítimo representante dos palestinianos, ignora a proposta de realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente e visa realizar negociações directas em separado, como já aconteceu com a negociata de Camp David.

Rejeitando o acordo de Omã, os partidos comunistas e operários do oriente árabe manifestam a sua convicção de que a retirada das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados e a fidelidade às resoluções da cimeira de Fez e da reunião do Conselho Nacional Palestino são a condição imprescindível para a materialização dos direitos dos palestinianos e a garantia para uma paz justa e duradoura naquela zona.

Afirmando o seu apoio às propostas soviéticas para a regularização da situação no Médio Oriente, os delegados dos partidos reunidos em Damasco sublinharam ainda a necessidade de aprofundar a fortalecer a aliança da Síria com as forças patrióticas libanesas e o movimento de resistência palestiniano, e o reforço, por outro lado, das relações com a URSS e os outros países da comunidade socialista.

O «muro da morte» na África do Sul

O «Sunday Express» anunciou que está pronto a funcionar o «muro da morte» instalado pela África do Sul ao longo das margens do Limpopo. Com um metro de altura e percorrido por uma tensão de 20 mil Volts, o muro visa, segundo as autoridades racistas de Pretória, impedir a penetração de gado contaminado e de africanos dos países vizinhos em território da África do Sul.

A nova «fronteira» tem uma voltagem suficiente para reduzir a cinzas qualquer pessoa que a toque! E o seu objectivo, prontamente denunciado pelos que lutam contra o apartheid, é na verdade o de isolar os negros sul-africanos do mundo exterior e barrar o caminho aos refugiados que deixam o país para escapar às represálias do regime racista.

Se a «experiência» resultar na fronteira norte, as autoridades já anunciaram que o «muro da morte» será prolongado para oeste, ao longo da fronteira com o Botsvana e para leste

na fronteira com Moçambique. Como um campo de concentração!

Continuam entretanto as manifestações contra o apartheid, tanto na África do Sul como noutros países. Nos EUA, religiosos, sindicalistas e representantes de organizações sociais americanas exigiram, durante um simpósio realizado em Detroit, o fim da política de «cooperação construtiva» existente entre os EUA e a África do Sul.

Segundo foi afirmado no encontro, mais de 350 consórcios norte-americanos possuem, actualmente, filiais na RAS, sendo o volume de investimentos dos EUA na economia sul-africana de mais de 14 mil milhões de dólares.

Um jurista americano afirmou a propósito que a aplicação de enormes somas na economia do regime racista, que resulta no enriquecimento dos consórcios e na exploração da mão-de-obra africana, não só é imoral como se traduz num enorme prejuízo para os operários americanos, pois o refluxo dos capitais americanos na África do Sul conduz ao aumento do desemprego no país.

As ajudas americanas

O subsecretário de Estado americano, William Snyder, declarou recentemente na comissão dos Negócios Estrangeiros da câmara dos representantes do Congresso que Israel continua a ser o principal beneficiário da ajuda militar dos EUA no Médio Oriente.

De acordo com a lista dos contemplados, em que figuram 27 países, Israel receberá em 1986, como donativo, 1,8 mil milhões de dólares, ou seja, mais 400 milhões do que a verba concedida este ano. O donativo destina-se à compra de material de guerra norte-americano.

Com o objectivo de reforçar a flanco sul da NATO, os EUA tencionam atribuir 785 milhões de dólares à Turquia (mais 85 milhões), enquanto o Paquistão, fundamental para a continuação dos ataques ao Afeganistão, receberão 576,8 milhões de dólares. Ajudas importantes estão também previstas à Coreia do Sul e à Tailândia.

As contrapartidas exigidas por Washington às suas «ajudas», quer militares quer de outra índole, estão longe de ser pacíficas. Um bom exemplo é o caso do Sudão, há dias visitado pelo vice-presidente George Bush, que entre outras coisas debateu com as autoridades sudanesas a possibilidade dos EUA utilizarem as regiões do norte do país para depósito terrestre de detritos radioactivos.

Segundo o jornal do Koweit, «Al-Watan», o cemitério nuclear seria instalado na região confinante com a fronteira com o Egipto, o Líbano e o Chade. Em troca de tal autorização, os EUA prestariam ao Sudão uma assistência calculada em 4 mil milhões de dólares.

Idêntica proposta foi já feita pelos EUA ao Egipto e à Austrália, mas foi recusada.

Suplemento

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 585
14 de Março de 1985
Suplemento n.º 149
Não pode ser vendido
separadamente

SALÁRIOS EM ATRASO

200 mil trabalhadores não vivem de frases

Págs. 2/3

A abertura da 2.ª Frente

Págs. 12/13

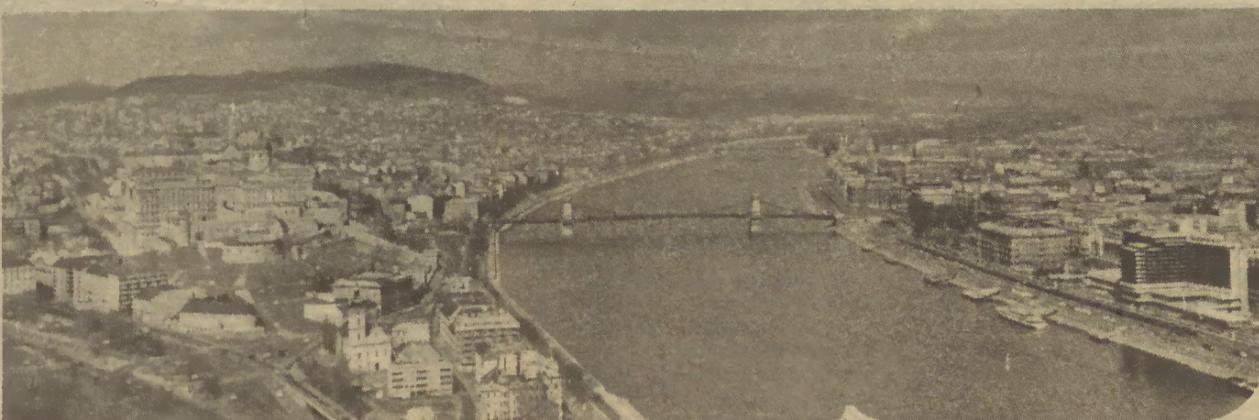


O arquipélago da APU no concelho de Lisboa

Págs. 4/5/6

HUNGRIA 1985

Págs. 10/11



a Talhe de FOICE

Rubor de «gheisha»

O rubor de «gheisha» é um trejeito estudado que pretende manifestar pudor. Cultiva-se no Oriente exótico dos filmes de Hollywood e salta-nos ao caminho sempre que uma dessas criaturinhas ditas de porcelana entram em cena — brejeira, pois claro. O facto de tais personagens se apresentarem invariavelmente rebocadas a pó-de-arroz não transtorna o efeito: ele está lá em rosetas de vermelhíssimo «make-up» ou, como alternativa, através de leques abanados com o mais tímido descaramento. Se a coisa for em cinemascope tem-se ainda direito a um fundo de cena bestialmente oriental, com uma data de gente de carrapito sentada no chão, embrulhada em roupões e a beber chá por tijelas.

Acontece que este rubor tem feito carreira em diversos ocidentes democráticos (ai, o fascínio!) ao qual, é claro, se retirou adereços e acrescentou adaptações: a mão-no-peito do Reagan a anunciar a «guerra das estrelas» para a defesa da paz, a emoção do seu secretário de Estado George Schultz ao ameaçar invadir a Nicarágua para lhe defender a democracia, ou a ruborizadíssima congratulação de Margaret Thatcher pelo fim da greve dos mineiros que ela cobrou à Grã-Bretanha com vastos milhões de libras de prejuízo, são apenas ilustrações recentes e respigadas ao acaso.

Mas onde esse rubor fez carreira quiçá fulgurante foi em Portugal, mais concretamente no Governo PS/PSD.

Quem não se lembra do rubor de vitória democrática do PS/Mário Soares quando, mal contados ainda os votos das últimas eleições legislativas, este(s) se assentaram na solenidade de uma mesa para dizer ao País, via televisão, que estavam ali para mandar e não para serem mandados pelas promessas que os elegeram?! Ou do dito cujo a alastrar pelos vastos recursos faciais do

secretário-geral do PS no momento em que anunciava que a melhor maneira que tinha de combater, «connosco», a crise provocada pela AD era... montar Governo com um partido da AD?! Mas isto foram os preliminares. O melhor veio mais estruturado, em medida cuidada e até com número certo (cem, como esquecê-lo?). E foi um estendal de rubores: contra a crise, contra a corrupção, pela eficácia; pela crise, pela corrupção, contra a eficácia; contra o imobilismo, contra a inflação, pelo Portugal de Abril; pelo imobilismo, pela inflação, contra o Portugal de Abril; contra o atraso económico, contra a dependência externa, pelo desenvolvimento do País; pelo atraso económico, pela dependência externa, contra o desenvolvimento do País; por nós, com ele, contra a crise; por ele, contra nós, pela crise. E etc. até cem, ou mesmo mais que o homem é de vistas largas e espírito bonacheirão.

Depois vieram os rubores em vagas — sempre de fundo desde o apoteótico desembarque solitário na Figueira da Foz: a vaga contra o banditismo, pela instauração da nova PIDE, a vaga da reanimação económica pela desarticulação do aparelho produtivo, a vaga da consolidação democrática com os ataques às liberdades, a vaga do pleni-emprego com os salários em atraso, a vaga anti-presidencial pelo poleiro presidencial, a vaga de independência externa pela «Ordem do Special Friend», a vaga do discurso de esquerda pelo cursivo anticomunista, a vaga anti-corrupção pelos decretos nabeirais, a vaga da dignidade de Estado ratificada pela polícia de choque, a vaga de um «partido dos trabalhadores» caldeado com a prisão de 1500 sindicalistas à porta do «Primeiro/PS», a vaga do discurso sério regado a paleio de churrasco — a vaga do vago vagamente exacto e exactamente vago.

Nisto tudo houve obras primas. Olhai a CEE — esse «lírio» do nosso descampado: o rubor, aí, foi maior que o sangue bíblico lançado por Moisés nas águas do faraó (consultar B. de Mille, versão a cores). Quase não houve membro do Governo p. p. ou p. p. («passado próximo» ou «proximamente passado») que não ruborizasse um bocadinho com a contradança. Mário Soares chegaria mesmo a exhibir um «constá» vermelhudíssimo (de um ponto de vista de rubor, evidentemente) para, no final da semana passada, «constatar» sem pinga de sangue que **estamos em Março de 1985 e nada foi ainda assinado.**

Foi o máximo do rubor. E sublinhamos o foi porque, mesmo de um ponto de vista estritamente ruboral, há muito que o Governo PS/PSD deu o que tinha a dar quanto a exhibições de afogamento. Isto porque há muito já por lá ninguém tem paciência para tais coloridos — vai tudo preto no branco e na alvura das nacionalizações, dos direitos dos trabalhadores, do regime democrático, do Portugal de Abril...

Por isso, desde há muito, no Governo, dos rubores de «gheisha» sobrevive a última, quando muito.

■ H.C.

Salários em atraso na Jornada de 16

200 mil trabalhadores não vivem de frases

No final do ano passado, a dívida por salários em atraso em quatro, apenas, dos 18 distritos do Continente (Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém) atingia perto de 10 milhões de contos. Esta situação muito grave, que o Governo pretende minimizar a todo o custo, abrangeu mais de 200 mil trabalhadores, num total aproximado de mil empresas em 1984. Numa conferência de imprensa convocada para o efeito, logo que foram conhecidos os resultados do relatório aprovado por consenso no conselho de administração da OIT em 27 de Fevereiro findo, a CGTP-IN forneceu aos jornalistas em Lisboa as versões integrais dos documentos (queixa da Inter e relatório da OIT) sobre os salários em atraso. Salientando que o Governo tem «obrigação de assegurar a efectividade prática das normas que visam o pagamento regular do salário», a Central unitária comprovou objectivamente que o relatório da OIT sobre o caso «dá inteira razão à CGTP-IN, desmentindo números e alegações governamentais.

De composição tripartida como se sabe (representantes dos trabalhadores, dos governos e dos patrões) a OIT, com sede em Genebra, é um fórum internacional prestigiado para a jurisdição, regulamentações e normas relacionadas com o trabalho — e dela faz parte o nosso país.

Sobre este assunto das dívidas salariais — claramente do seu âmbito — a Organização Internacional do Trabalho, a quem compete velar pela aplicação prática das Convenções que dela emanam e são subscritas pelos vários países membros, «considera expressante que a questão principal — revela a CGTP — é a violação da





Convenção 95 sobre protecção do salário».

As leis portuguesas estão de acordo com essa Convenção. Mas, segundo o relatório da OIT (páginas 8 a 14), nem as leis nem a Convenção se cumprem em Portugal. O próprio Governo reconhece, embora por via indirecta e ineficaz, a realidade muito grave dos salários em atraso. Mas na prática lava daí as suas mãos com algumas medidas, como o decreto de equiparação dos sem salário à situação de desemprego e o mirífico «plano de emergência» para o distrito de Setúbal.

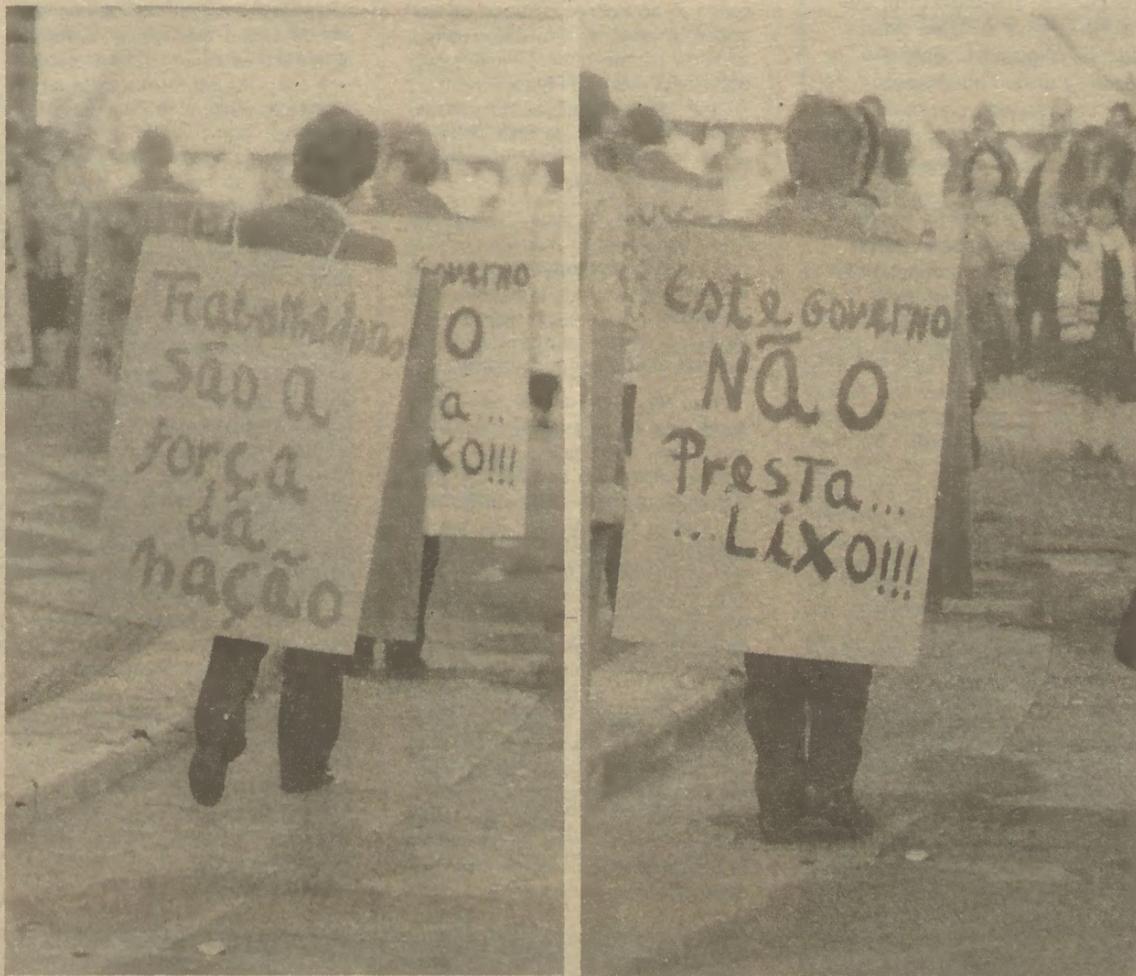
Como recordou José Luís Judas, membro da comissão executiva do conselho nacional da Inter, o tal decreto de equiparação não abrangeu mais que dois por cento dos que se encontram na situação requerida; e o plano dito de emergência chegou tão perto e tão longe que não atingiu mais de uns 200 trabalhadores num total que deve exceder hoje os 25 mil, só na região de Setúbal.

Crítérios estatísticos do Governo recusados pela OIT

Pessoal governativo tem tentado tornar menos graves os efeitos políticos dos salários em atraso. O Ministério do Trabalho e organismos a ele ligados, deputados da maioria PS/PSD e gente da comunicação social estatizada fazem e divulgam mal as suas contas sobre este caso escandaloso que há mais de 3 anos tem vindo a crescer, aumentando o desemprego e a instabilidade nas empresas. O próprio Primeiro-Ministro, à semelhança de outros responsáveis máximos pela governação, tentou iludir a gravidade social e política das dívidas e atrasos salariais, promovendo meias verdades e fundamentos errados a «factos oficiais». A sonogação de dados, a falsidade das «estatísticas» e a projecção de casos isolados a generalidades destinam-se a esconder a extensão do «fenómeno» — de tal forma que a própria OIT «não aceitou, segundo a Central, os critérios estatísticos do Governo para quantificar a situação dos salários em atraso».

Acrescenta a Central unitária que essa quantificação governamental «tem como referência o salário-base e exclui as prestações complementares — como sejam o subsídio de Natal, o subsídio de férias, etc. — o que contraria o conceito de salário vigente nas Convenções internacionais, e tende a minimizar a grave dimensão do fenómeno do não pagamento de salários».

Ainda na sua última intervenção televisiva, o Primeiro-Ministro, metendo curiosamente os pés pelas mãos, insinuou que os trabalhadores não recebem salários porque não querem... ir para o desemprego — pois, pelos vistos, aí teriam o salário garantido e pontual.



Como outros antes dele, o chefe do Governo pretendeu esconder o facto saliente de que a contratação colectiva não é cumprida, em grande número de empresas, e que os poderes executivos vigentes não mexem palha que se veja para fazer acatar a lei.

Aliás, nesta questão dos salários em atraso, o ponto de vista do Governo PS/PSD foi sempre muito curioso: trata-se para ele de encarar as vitimas como causadoras do mal; isto é, se os trabalhadores aceitassem o desemprego em massa, de preferência sem as indemnizações correspondentes, não haveria salários em atraso; a lei dos despedimentos sem justa causa, ainda em vigor, deixaria de ter o mínimo efeito prático e não andariam os governantes tão aflitos para conseguirem eliminá-la de vez.

É sabido que os atrasos e as dívidas nos salários são a antecâmara do desemprego e dos despedimentos ilegais. É sabido, também, que a maioria das empresas que não pagam remunerações, ou as deixam atrasar, adoptaram essa atitude como parte de uma estratégia para a diminuição volumosa dos postos de trabalho e, em vários casos numerosos, para admitirem pessoal com contratos a prazo ou em outras situações de emprego precário ainda piores e sem quaisquer benefícios ou garantias sobre segurança social, assistência na doença, contratação colectiva, férias e outros direitos, que justamente se designam por conquistas dos trabalhadores.

É do conhecimento corrente que o maior volume dos salários em atraso se verifica em sectores como o têxtil, o vestuário, a indústria de construção e reparação naval, a metalurgia e a metalomecânica. Ora é aí precisamente onde não são de hoje as tentativas para reduzir drasticamente o emprego; onde se verificam descapitalizações e tentativas de «reordenamento»; onde prolifera o ataque ao exercício dos direitos sindicais e das comissões de trabalhadores; onde se tenta permanentemente afastar essas e ou-

tras organizações representativas da intervenção nas grandes decisões sobre o futuro de empresas e sectores.

Embora noutras unidades industriais e comerciais, sobretudo a montante e juzante dos grandes sectores, haja verdadeiras dificuldades que se reflectem directamente na falta e nos atrasos do pagamento de salários e outras remunerações, as dívidas salariais não são apenas um fenómeno generalizado — são também um epifenómeno, isto é, um sintoma político-social do assalto que se generaliza cada vez mais ao sector empresarial do Estado e aos seus trabalhadores organizados nas empresas, nos sindicatos e em outras organizações representativas.

É por isso que os salários em atraso dependem exactamente da política seguida por este Governo e dela fazem parte integrante. E há que distinguir muito bem entre as remunerações atrasadas, devido a uma ou outra dificuldade de tesouraria, a este

ou àquele desconcerto no crédito, e às remunerações que não são pagas ou se deixam atrasar porque se tenta «remodelar», encerrar, entregar este ou aquele sector ou divisão de empresas públicas ao interesse financeiro do grande capital privado.

Não é por acaso que os números variam tanto...

Não é por acaso que os números oficiais sobre salários em atraso do relatório da Inspeção do Trabalho mencionavam apenas, em meados de Fevereiro findo, um aumento de 45 mil para 58 mil, entre Maio e Dezembro do ano passado, inculcando este último número como total actualizado dos trabalhadores sem salários em Portugal. Como se sabe, segundo a Inter, esse total é muito superior ao triplo dos números oficiais. Na verdade, o Governo não gostaria de explicar que a falta de salários dos 6 mil trabalhadores da Lisnave ou da Setenave não afecta apenas os trabalhadores dos estaleiros; afecta directamente os salários em dezenas de empresas, cuja principal fonte de receita resulta da laboração normal dos estaleiros e das correspondentes encomendas pagas com regularidade.

Facto desagradável para o pessoal político dependente deste Governo (e por isso procuram escondê-lo) não é tanto a existência dos salários atrasados em centenas de empresas, mas a acusação viva que essas dívidas representam diariamente contra a política global preparada para continuar a parir salários atrasados, enquanto durar.

Repare-se que existem grandes empresas onde os salários não são liquidados a tempo e horas, mas que continuam a alimentar fortemente «empreiteiros» que, em regra, não têm um único trabalhador naquilo que se possa chamar um quadro de pessoal efectivo. Continua-se, em grandes empresas do sector empresarial do Estado, a adoptar medidas de forte desperdício material e humano só para a satisfação concreta de estratégias do grande capital financeiro e da sua clientela tradicional.

A esses grupos não interessa o cumprimento das Convenções da OIT. E enquanto forem eles a determinar as linhas fundamentais da política económica do nosso País, poucas razões haverá para crer que este Governo, ou outro com a mesma política, venham a pôr em prática essas Convenções, ou as próprias leis do país que com elas estão de acordo.

Por isso as acções de massas que convergem para a Jornada Nacional de Luta do próximo sábado não desligam — pelo contrário — a luta pelo pagamento dos salários em atraso da luta pelo desaparecimento completo deste Governo da cena política nacional. E assim deve ser para que a Jornada atinja o seu verdadeiro âmbito e tenha a influência que deve ter.

■ Henrique Custódio

O arquipélago da APU no concelho de Lisboa



É da literatura que andar por Lisboa se pode tornar uma viagem por muitos mundos. É da vida que andar por Lisboa é, pelo menos, sentir muita coisa.

Que se me perdoe a banalidade, mas tinha de dizer isto antes de tentar dar conta de dois dias e meio de encontro com nove das 53 Freguesias da cidade (e que prosseguirá no próximo número). Um encontro programado, guiado e nunca satisfatoriamente explorado porque as coisas são mesmo assim — demasiadas para qualquer atenção. O que se descobre é invariavelmente o umbral duma situação que nos escapa ou para que se não tem tempo — e o que se descobre é já muito, porque é muito o que lá está com a nitidez crua da realidade. Ou de uma federação de realidades, como apetece dizer no fim de um passeio que, por não ter sido turístico, nos obrigou a negociar com nós próprios a atenção de que dispunhamos.

Mas pondo de lado apetecimentos e outros paleios, interessa dizer que fomos de visita às nove Freguesias de maioria relativa APU na cidade de Lisboa: **Charneca, Ameixoeira, Carnide, S. Miguel/St.º Estêvão (Alfama), Marvila, Beato, Alcântara e Ajuda** (a ordem obedece ao roteiro da viagem). Marcámos encontros com os respectivos presidentes de Junta e lá fomos Freguesias dentro, numa viagem que nos devolveu à traça primitiva da nossa ignorância sobre uma cidade que rebenta pelas costuras para não explodir, que se abarraca por fora e se esboroa por dentro, que é o mais importante município do País e tem à frente uma gestão homúncula. No meio não fica a virtude, como se poderia supor, mas apenas o esforço, o trabalho, a dedicação e a competência de executivos de Juntas de Freguesia que, remando contra a maré, demonstram na prática e no dia-a-dia que é possível modificar este estado de coisas. Pelo interesse de todos, com a colaboração de muitos, contra a venalidade de alguns.



O entupimento desta vala na Quinta Grande (Charneca) fazia entrar água nas frágeis habitações do bairro mal caíam umas chuvadas. Abecasis, em pessoa e no local, havia prometido resolver o problema durante as campanhas eleitorais, mas foi uma Junta APU, sem verbas e com cortes da Câmara, que acabou por realizar o trabalho

Fora decidido abordar estas nove Freguesias de maioria APU sob apenas dois ângulos — um relativo a obras e melhoramentos, outro englobando as actividades culturais, recreativas e desportivas. Isto porque se nos afigurou manifestamente impossível cobrir uma a uma as nove Autarquias — mau grado a riqueza do trabalho desenvolvido em cada uma delas — já que todas mereceriam tratamento e espaço individualizado.

Dois ângulos, portanto. O desta semana abordando o que for possível das **obras e melhoramentos** desenvolvidos nestas nove autarquias APU de Lisboa, o da semana que vem tratando do «resto» e das actividades culturais, recreativas e desportivas.

Posto isto seria natural desfiarmos agora uma teia quase interminável de realizações, que ainda por cima toda a gente sabe ser o apanágio de qualquer autarquia sob a responsabilidade da Aliança Povo Unido. Só que tal metodologia, para além de fastidiosa, tem o inconveniente de escamotear uma das mais ricas características das gestões APU — a universalidade da sua acção (se assim nos podemos exprimir), que a faz tomar em linha de conta todos os aspectos da realidade com que trabalha. Dizendo de outra maneira: a constante preocupação das gestões APU em, por um lado, dar resposta às necessidades, urgências e anseios concretos das populações — quer se trate de saneamento básico ou recintos desportivos, parques infantis ou colocação de semáforos,

centros de dia ou arranjo de baracas, alojamento de pessoas ou obras nas casas, recuperação de espaços verdes ou abertura de balneários, resolução de burocracias ou criação de postos médicos, porta-voz de reivindicações ou arranjos nas escolas — e por outro ser interveniente na dinamização cultural e desportiva, na recolha e preservação dos valores históricos, na ligação, em suma, das populações ao meio onde vivem, ora através de incessantes esforços no melhoramento das estruturas sociais desse meio ora no estímulo a todos para a defesa e fruição desse meio.

Na verdade não basta, por exemplo, dizer que nestes cinco anos de seis e nove mandatos nas Freguesias de Lisboa (seis em 80/82, nove em 83/85) a APU construiu 26 parques infantis: os pormenores de todos haverem sido colocados em zonas que nunca tiveram esses equipamentos, de muitos serem dados pela AECOD, de na generalidade das suas implantações terem estado, ombro a ombro, os eleitos da APU e as populações, de a Câmara não ter ali posto um prego, de tudo ter sido feito à mão e sem verbas e às vezes com o boicote e a oposição de outras forças políticas representadas nas Juntas de maioria APU não são irrelevantes nestes números. Montar um parque nas Galinheiras ou numa nesga de Alfama é, nestas condições, um prodígio no reverso da alienação criminosa que a gestão da Câmara está a fazer ao património da cidade.

Começemos.

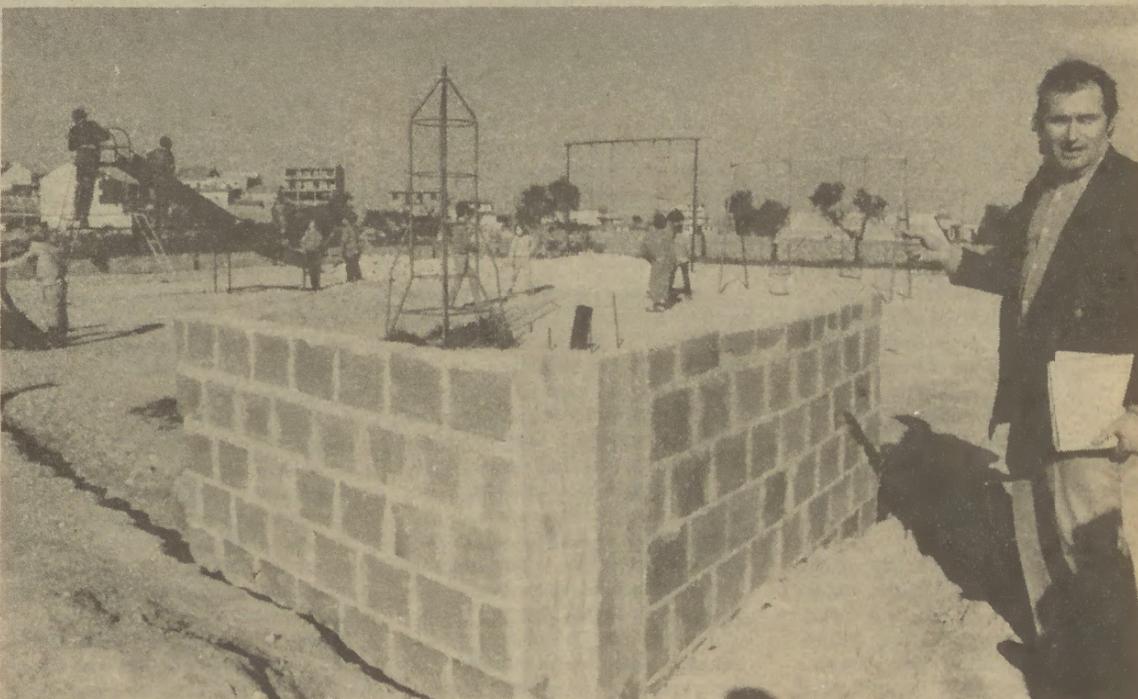
Unir forças contra... o trabalho

— É para a televisão? — perguntava o puto de dez anos já esgalgados, cotovelo à frente dos outros a garantir o primeiro plano. Não era, pelo que, mais descansados, trataram de se empoleirar num dos aparelhos a brincar às poses. Ao longe o Tejo e o céu faziam horizonte, num desafio de perspectiva a compensar o novelo de casas amontoadas atrás.

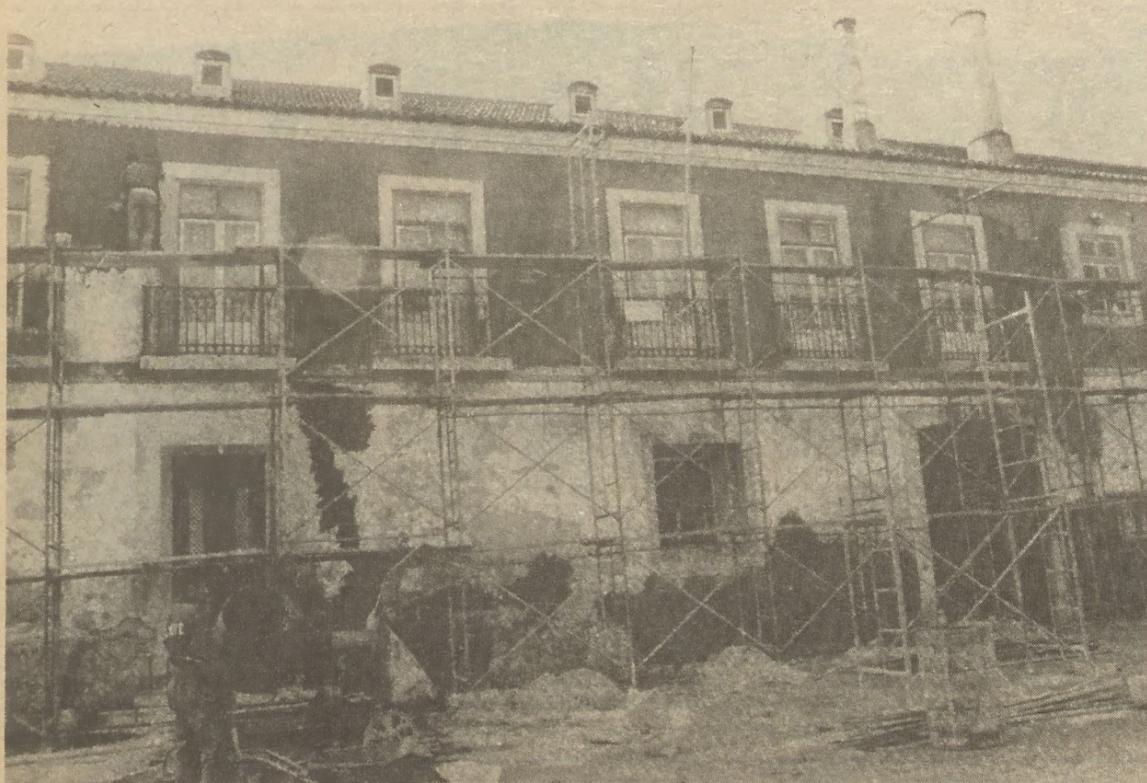
— Este é o parque infantil da Quinta do Reguengo, foi aqui posto pela Junta e está agora a ser vedado por obra directa nossa. Já tem iluminação e bancos, agora só falta pôr árvores.

A informação partia do camarada **António Augusto Pereira**, operário fabril e presidente da Junta de Freguesia da Charneca. Era o segundo parque infantil que nos mostrava (o outro fica no recinto adstrito à sede da Junta) e o 7.º melhoramento a que teve tempo de nos levar: os dois referidos parques, o dessassoreamento de uma vala na Quinta Grande que inundava tudo às primeiras chuvadas, semáforos junto a uma escola, abrigos de autocarro, um posto médico na sede e uma terraplanagem para um futuro parque infantil no bairro Sete Céus. Perguntámos se fora a Câmara a fazer a terraplanagem e a resposta veio com um sorriso:

— A Câmara? Essa não dá nada e o que dela se consegue é tirado a



Parque infantil da Quinta do Reguengo (Charneca): Feito pela Junta e pelos moradores, tem bancos de jardim e iluminação pública. Está agora a ser vedado, seguindo-se a implantação de árvores



A preocupação pela recuperação e conservação do património é também uma das linhas de força da actuação da APU. Na foto o restauro da sede da Junta de Carnide, da responsabilidade directa desta

ferros! O que está aqui foi feito com as máquinas da Junta de Freguesia de Camarate — sim, sim! uma Junta com máquinas, vê lá tu! — só que Camarate não pertence ao concelho de Lisboa e sim ao concelho de Loures...

Jaime Relvas, presidente da Junta

sla da Charneca, foi uma aliança vergonhosa do PS com a ex-AD para impor na Junta um secretário e um tesoureiro PS e ainda um vogal da AD, ficando a APU com dois lugares contra três (exactamente o contrário do mandato anterior) apesar de a APU, a força vencedora,

semblela de Freguesia). E se o programa da APU está hoje cumprido a 95% é graças a um esforço que podemos dizer «suplementar» para fazer frente a tanta má-fé e desinteresse.

Tais alianças, cuja única finalidade foi a de constituir uma frente anti-APU, fomos encontrá-las igualmente nas restantes Freguesias, com relevo para a do Beato, onde as coisas chegaram ao exagero de deixar a APU na Junta apenas com a presidência. Só que nem na perseguição política esta gente consegue ser eficaz, pelo simples facto de que não se mete nestas coisas para... trabalhar. E o terreno autárquico é um campo onde, em primeiro lugar, se tem de dar o corpo ao manifesto, caso se queira desenvolver seja o que for.

○ muito que se fez não cabe no que se diz

Maria Vilar, técnica dos CTT e presidente da Junta de Freguesia de Carnide, é uma das três mulheres que estão à frente de Juntas APU no Concelho de Lisboa. Carnide, Freguesia arrebatada à AD em 1982, já mudou entretanto alguma coisa — o que tem a ver substancialmente com o dinamismo da Junta, as 6000 horas de trabalho voluntário já ali realizado e a participação da AECOD em alguns empreendimentos necessários. Quanto ao que se conseguiu da Câmara, além de pouco, foi tirado a ferros.

ter sido a única a subir quer em número quer em percentagem! Esta atitude tem atrasado e impedido a resolução dos problemas (como aconteceu nas chelas de Novembro de 83, quando nós quisémos ajudar as vítimas e todos eles votaram contra, quer na Junta quer na As-



O Centro de Dia dos Reformados no Beato é um primor de boas vontades: entre a Junta e os moradores conseguiu pôr-se a obra de pé e hoje esta já ocupa um lugar indispensável na zona

da Ameixoeira, que nos acompanhava para depois ir com a nossa reportagem à sua Freguesia (que neste trabalho fica apenas tratada com a entrevista ao lado), comentou:

— É claro que a tática do Abecasis, do PS, do PPD e dessa santa aliança na Câmara de Lisboa é centralizar o mais que podem. Nem cumprem os mínimos estipulados por lei! O esquema deles é o saco azul, a submissão política — então tratando-se de Juntas APU é fechar a torneira o mais que podem! Querem lá eles saber do trabalho em defesa dos interesses das populações, dos nossos pedidos, dos levantamentos que fazemos das dramáticas carências que por aqui se vivem... Só há uma coisa em que eles não podem meter o bedelho: é que trabalhemos em conjunto com as populações.

Ali estava mais uma vez referida uma das linhas de força do trabalho da APU: a colaboração com as populações na resolução dos problemas. A pergunta que fizémos conduziu-nos, no entanto, a outra área:

— E quanto à colaboração no trabalho dos representantes das outras forças políticas, nas Juntas de maioria APU a que vocês presidem?

António Pereira sairia à liça de imediato:

— Colaboração?! A colaboração que houve, pelo menos na Fregue-



A foto é bem ilustrativa da urgência que havia em colocar estes semáforos em Carnide, e passaram-se anos sem que alguém se preocupasse. Foi preciso a Junta APU especar-se bem especada na Câmara para que eles fossem colocados

	Mandato 80/82 (3 anos)	Mandato 83/85 (2 anos)
Parques infantis construídos.....	15	11
Parques infantis melhorados.....	—	13
Polidesportivos construídos.....	2	2
Circuitos de manutenção	—	1
Abrigos em paragens de autocarros	6	6

NOTA: Os dados do mandato 80/82 referem-se apenas às seis Freguesias de maioria relativa APU então existentes: Beato, Ajuda, Charneca, Marvila, S. Miguel/St.º Estêvão (Alfama). Os dados de 83/85 já envolvem nove Freguesias, ou seja as seis anteriores e as três entretanto conquistadas em 1982 (Carnide, Alcântara e Ameixoeira).

Participação popular — Trabalho voluntário

Mandato 83/85 — dados referentes ao período de 1 de Fev/83 a 31 de Dez/84

105 obras e melhoramentos feitos com a participação das populações

Mais de 7600 horas de trabalho voluntário

Participação de cerca de 800 moradores

— O que aqui se fez começa à porta de «casa»: esses semáforos que aí vê (e que vieram aliviar uma situação altamente perigosa) e as obras que estamos a fazer por administração directa na recuperação do edifício da Junta (onde funcionava uma escola), já que a Câmara não deu novas nem mandados. O resto, num resumo de resumos, está no arranque das infra-estruturas e arranjo dos espaços exteriores na Quinta dos Condes, na remodelação de toda a iluminação do bairro Padre Cruz, na intervenção junto dos 60 lotes do Bairro da Horta Nova e protecção da respectiva escola, na feitura do acesso à escola primária de Carnide Centro, na colocação de balas de protecção e de um corrimão para deficientes, na remodelação da iluminação do Jardim da Luz, na recuperação do jardim do Alto do Poço, na colocação de bancos. A AECOD financiou-nos dois parques infantis e respectiva protecção e um polides-

portivo. Posso ainda falar-te da colocação de três abrigos e a recuperação de outro, da criação de uma nova carreira de autocarros, da lavagem e limpeza regular da Freguesia graças a uma boa colaboração com os serviços de limpeza da Câmara, no arranjo do adro da Igreja, nas obras no lavadouro público... bom, e mais umas coisas que se calhar nem vale a pena estarmos a alongar.

Lá valer, valia, só que o espaço que temos é pouco — como, de resto, fizémos saber aos nove camaradas que presidem às Juntas APU de Lisboa. Maria Alzira da Rocha, presidente da Junta de Freguesia do Beato continuaria na senda dos «resumos dos resumos», mas antes chamaria a atenção para o pormenor de se encontrar sozinha na Junta, por obra e graça da aliança do PS (que havia perdido esta autarquia, em favor da APU, já em 1979) com toda a direita, criando a situação vergonhosa de levar para o executivo da Junta representantes de forças que não tiveram, ali, qualquer expressão eleitoral. Para que conste: presidência APU e os restantes lugares — tesoureiro, secretário e vogais — distribuídos pelo PS (2), PSD (1) e CDS (1), com o pormenor de que a APU foi excluída de toda a mesa da Assembleia de Freguesia.

Quanto às obras na Junta do Beato, o resumo da camarada Alzira Rocha:

— Instalámos o centro de dia dos reformados no Bairro do Grilo e montámos um parque no mesmo bairro (com trabalho voluntário da população), ligámos o chafariz da quinta do Paló (a expensas da Junta), arranjámos a praça Sócrates da Costa, instalámos uma cabine telefónica no Alto das Torrelinhos, desentupimos os esgotos da Vila Dias, fizémos obras na Junta, montámos placas de sinalização, reforçámos a iluminação pública em geral e em especial na zona velha de Chelas e Madre de Deus, ligámos vários chafarizes. Está entretanto



O arquipélago da APU no concelho de Lisboa

projectada a instalação de um parque infantil e de um poli-desportivo na Picheleira (ambos com dinheiro cedido pela AECOD) e de um parque infantil a instalar na Quinta do Ourives.

Alzira Rocha — como todos os presidentes de Junta contactados — faria questão em sublinhar que mesmo os melhoramentos conseguidos através da Câmara (e não foram muitos) podem ser legitimamente reivindicados pelas Juntas porque graças a elas e só a elas, em persistentes diligências,

se conseguiu que as coisas andassem.

Entretanto estamos a chegar ao fim do espaço disponível para hoje, o que nos leva a adiar para o próximo número a conclusão desta ronda pelas autarquias APU do Concelho de Lisboa, não apenas no que diz respeito ao «ângulo» agora tratado (obras e melhoramentos) e onde falta falar de Marvila, S. Miguel e St.º Estêvão (Alfama), Alcântara e Ajuda, como também das actividades culturais, recreativas e desportivas ■



Pormenor da sede e centro de convívio criado por iniciativa das Comissões de Moradores do Alto de Chapeleiro (Ameixoeira). A limpeza e o arranjo metódico de todos os equipamentos e o aproveitamento criador das fráguas instalações, falam da genica daquela gente

Mulher de armas, omoletes sem ovos

A sr.ª D. Maria Luisa Marques Rodrigues já estava à nossa espera à porta de casa. Membro da Comissão de Moradores do Alto de Chapeleiro, Freguesia da Ameixoeira, acedera em conversar um pouco com a reportagem do «Avante!». Mandou-nos entrar, instalou-nos numa sala acolhedora e cedo mostrou ser a «mulher de armas» de que nos falara o presidente da Junta, camarada Jaime Relvas (que nos acompanhava):

— Nestas coisas o mais importante é a resistência. Não se pode cruzar os braços. Viemos para aqui há cinco anos para fazer esta casa num terreno cedido pela Câmara em direito de superfície...

— Há cinco anos que não sabemos o que é uma prala — interrompeu-a o marido num aparte, retomando de seguida a conversa, sobre obras, em que se embrenhara com o camarada Relvas. A mulher sorriu e seguiu adiante:

— Vivíamos na praça do Chile e tivemos de vir para aqui. Foi um certo vazio — não para mim, que não me faz diferença, mas para os miúdos. O bairro estava quase isolado, só com duas carreiras de autocarro, de manhã e à tarde, sem lojas, mercados, sem uma caixa do correio, sequer!

O discurso saía-lhe fácil, os apontamentos começaram a ter de ser rápidos

do no bloco de notas. Estava ultrapassada a vaga reserva inicial.

— Isto não é um bairro de gente rica, é de gente pobre. Mas também não é um bairro nem de miseráveis nem de marginais. Aqui ganha-se a vida a trabalhar e temos o direito de ter um bairro com as condições mínimas. E é justo que se diga que conseguimos o que já conseguimos graças ao nosso presidente da Junta, o senhor Relvas!

Olhou-nos numa breve pausa e logo prosseguiu, com vigor:

— Eu não sou da APU e nem sei bem por que é que não sou, nem percebo nada de política. Nem isso me interessa. O certo é que só as autarquias é que têm dado avanço às coisas, e quanto a mim deviam dar muito mais dinheiro às Juntas,

to da estrada — que já abrimos! — com acesso à Quinta das Lavadeiras! Assim este bairro vai deixar de ser do «volta atrás!» Quero salientar — e tenho pena que não estejam aqui os outros membros da Comissão de Moradores — que para os trabalhos desta estrada têm sido fundamentais as ajudas do sr. Gamelro e do sr. arquitecto Silva Dias, que têm apoiado e até elaborado os projectos de graça. Não querem ir ver?

Claro que queríamos. Até lá observámos longos tubos ligados a torneiras de chafariz (dos cinco existentes só há dois com água, porque a Câmara continua sem tratar com a EPAL a ligação aos que a Junta colocou, novos), única forma de fazer a água chegar mais perto. Jaime Relvas, en-

nossos simpáticos anfitriões não nos deixaram partir assim sem mais nem menos.

— Era só o que faltava Irem-se embora sem verem a nossa sede! — argumentava, definitivamente, a sr.ª D. Maria Luisa, abrindo caminho em direcção a um barracão de portões fechados. Uma camioneta de refrigerantes aguardava que a atendessem, coisa que a nossa entrevistada resolveu em duas penadas, abrindo a sede, despachando os fornecedores, ligando-nos a máquina de café. Uma mulher de armas — opinião partilhada com um sorriso afectuoso do marido, ao confidenciar-nos:

— Às vezes chego a casa e pergunto aos miúdos pela mãe. Tinha saído há minutos para levar alguém ao hospital! Então lá acabo eu o jantar enquanto ela faz de 115!

Mas a sr.ª D. Maria Luisa já vinha com outras explicações:

— Este barracão que aqui vêm foi o que se pôde arranjar para a sede da nossa colectividade. Aqui fazemos festas e outras iniciativas e com elas arranjam dinheiro para os trabalhos dinamizados pela Comissão de Moradores em colaboração com a Junta de Freguesia. Aquela máquina de café custou 200 contos e está a ser paga assim. Tudo o que aqui vê saiu do esforço voluntário dos moradores e da ajuda da Junta!

E o que se via dava para emocionar: um barracão escrupulosamente limpo decorado com evidente improviso mas também com bom humor, tudo feito a tábuas e a remendo laborioso, debaixo de um tecto de chapa sustentado por barrotes caídos. O bar e as mesas, os expositores e a escala de serviço, a tabela de preços e os avisos do costume — esses lá estavam, com dignidade ainda mais óbvia do que a dos seus congéneres com melhores instalações.

Despedimo-nos — não sem antes passarmos ainda pela casa do casal Rodrigues para um copo de verde e uma tapas, operação considerada indiscutível pelo casal. De uma simpatia ainda mais indiscutível. Já no regresso Jaime Relvas diria:

— Percebes agora por que é que andamos para aqui a fazer omoletes sem ovos? É que com trabalho e gente assim — a D. Luisa, o Julião Santos, o Carlos Silva, o Victor Santos, o Telmo Lopes, o Arménio Gulmarães, e isto só para te falar nos que integram a Comissão de Moradores — não há bolcotes da Câmara que resistam. Agora vê lá o que poderíamos fazer aqui e em todo o lado se tivéssemos uma Câmara de Lisboa APU!!! ■

Que se lixe o biscate!

Era uma vez um homem que ia de lancheira em punho a caminho de um biscate. Ao cimo da rampa notou um ajuntamento — dezenas de pessoas com muitas idades e o ar atarefado de quem não estava ali para fazer número. Aproximou-se e viu o que, por acaso, não soubera: o esforço dos seus parceiros de freguesia em pôr de pé um parque infantil, ali mesmo e naquela manhã de domingo, por mobilização da respectiva Junta.

— Estou aqui porque tinha isto na caixa do correio — informou-o um, que se desenhava às voltas com uma picareta manifestamente indomável aos esforços de manuseamento. O homem da lancheira olhou para o papel da Junta de Freguesia da Ajuda, que pedia precisamente ajuda aos moradores para a montagem de um parque infantil.

— O que é isto de AECOD? — perguntou ainda. — Sei lá! — respondeu o outro cuspidando nas mãos, que depois ficou a mirar com curiosidade — Parece que foi quem deu os aparelhos para pôr aqui, só não vieram foi cá pô-los!

E riu-se, a piscar o olho antes de atacar de novo a picareta. O homem aproximou-se mais dos trabalhos e pôs-se a observar os esforços de outro grupo, com outras picaretas, na abertura da cavidade para a sapata de um escorrega. Fumou um cigarro e às tantas não se conteve, interpellando o que lhe parecia dirigir os trabalhos:

— Ó amigo, isso assim não vai dar, o buraco está pequeno e pouco fundo...

O interpellado endireitou-se, afogueado, e alguém ao lado aproveitou para a laracha:

— O que é que você quer? Ele é só bancário e presidente de Junta!

Breve silêncio. Então o homem pousou a lancheira, despiu o casaco, arrumou tudo a um canto, arregaçou as mangas e voltou-se para o presidente:

— Que se lixe o biscate, faça-o logo à tarde! Dê cá isso!

E apropriando-se da picareta desatou a trabalhar, rasgando terreno com decisão, ampliando a cova num rigor profissional, pondo os carrinhos de mão a bulir. Daí a pouco a sapata estava pronta. Vindo não se sabe de onde um garrafão surgiu a organizar intervalo e o homem da lancheira ainda disse:

— De qualquer modo isto é como fazemos biscates uns aos outros — fica tudo em casa! ■



Sr.ª D. Maria Luisa: uma mulher de armas, uma pessoa encantadora, o «motor» de muita coisa boa que se faz no Alto de Chapeleiro

que é com elas que as populações aqui podem avançar.

E avançaram o quê? A resposta já vinha a caminho:

— Olhe, para começar já temos caixa do correio, que nem isso havia e tinha-se de ir às Galinheiras ou à Calçada de Carriche para pôr uma carta! E fez-se uma cobertura para a paragem do autocarro, construímos um parque infantil com trabalho voluntário da população e do próprio presidente, que também andou aqui ao nosso lado a trabalhar enquanto outros com muita conversa e também com responsabilidades nunca cá puseram os pés. Mas há mais!

Havia mais. Sobretudo aquilo que lhe aumentou o brilhar nos olhos expressivos e que a sr.ª D. Maria Luisa classificou de «trabalho histórico»:

— Temos já 80 contos dados pelos moradores, 280 pela Junta e 320 pela AECOD para o acabamen-

tretanto — tal como sucedeu em todas as zonas da Freguesia por onde passámos — era abordado ou abordava moradores a quem conhecia de óbvio contacto regular (verdade seja dita que este «fenómeno» se verificou com os nove presidentes de Juntas APU que nos acompanharam às suas Freguesias, movendo-se entre as populações com a intimidade de quem, com elas, vive os problemas).

— Aqui está! — sorriu, feliz, a nossa entrevistada, apontando-nos uma estrada larga, talhada nos montes que se debruçam para a Calçada de Carriche e serpenteando por ali a baixo a «libertação» do Alto do Chapeleiro. — É ou não é «um trabalho histórico»? — perguntou-nos enquanto desciámos. O marido, entretanto, explicava-nos como tinham conseguido da boa vontade do dono de uma pedreira as para cima de 50 camionetas de terra e basalto grátis que sedimentaram os trabalhos.

Estava no fim a visita, só que os

EDP Electricidade — Perigo de morte!

A situação da EDP — Electricidade de Portugal é extremamente grave. Com uma dívida da ordem dos 700 milhões de contos e sendo credora de perto de 200 mil contos, a empresa atravessa a mais preocupante situação financeira desde que foi criada.

Os trabalhadores da empresa realizaram, no passado sábado, o seu primeiro Encontro Nacional, subordinado ao lema «pela defesa da EDP e dos postos de trabalho». Das suas conclusões, ressalta a certeza de que «esta situação é da exclusiva responsabilidade da política de ataque às empresas públicas seguida pelos sucessivos governos e, no caso da EDP, do Conselho de Gerência que, em vez de denunciar o estrangulamento para que a empresa se encaminha, tem vindo a dar cobertura a esta situação».

O Estado, como se sabe, é proprietário da EDP, no entanto, comporta-se mais como proprietário sem escrúpulos de uma empresa concorrente.

A sua actuação é clara; não investe minimamente em proporção aos elevados custos que decorrem do serviço de ordem social que a empresa realiza, tendo as suas dotações sido, em 1983, de apenas 0,5 por cento do total de investimentos da EDP, e não concede à EDP qualquer bonificação das taxas de juros, mesmo quando estão envolvidos projectos de interesse nacional.

Mais, o Estado não só não paga as suas dívidas, que ultrapassam os 156 milhões de contos, como se serve da EDP para a captação de divisas, embora não a indemnice dos elevados

prejuízos que esta acção causa à EDP.

A situação é, pois, clara. Como clara é a actuação do Estado. Os sucessivos governos de direita estão apostados na destruição do Sector Empresarial do Estado. Esta afirmação é verdadeira também no que concerne a EDP. O Estado pretende alienar desta empresa a rede de distribuição de gás de cidade e diversos outros sectores como seja a actividade de estudo, projecto, gestão e inspecção dos empreendimentos ou a distribuição de electricidade aos consumidores.

Por um lado, o Conselho de Gerência afirma que a empresa tem trabalhadores a mais (o argumento é já nosso conhecido e tem como objectivo a preparação de despedimentos em massa), mas, por outro, muitos dos serviços da empresa são realizados por empreitada. Estão nestes casos a leitura e a cobrança. Mais, em apenas dois ou três locais de trabalho não existem trabalhadores «alugados», tendo mesmo sido admitidos no atendimento ao público trabalhadores contratados a prazo que, não conhecendo a empresa, não podem dar os esclarecimentos devidos.

Outra manifestação do ataque a esta empresa do Sector Empresarial do Estado é a degradação da imagem junto dos utentes.

«A EDP tem potencialidades que lhe permitem satisfazer os interesses colectivos que, como serviço público que é, lhe compete assegurar», mas, com o boicote à formação de uma es-

trutura que permita a verdadeira descentralização e regionalização, com as dificuldades criadas a relações abertas com as autarquias, com a falta de um correcto e cuidado serviço de assistência aos consumidores, com os cortes nos investimentos e com a deficiente cobertura geográfica das necessidades das populações e actividades fundamentais, a empresa tem piorado a sua qualidade de serviço, o que se ressentia na sua imagem junto do público.

Em defesa da EDP

Esta é, em termos gerais, a situação da empresa; uma situação que os trabalhadores querem ver invertida, não só porque estão em causa os seus postos de trabalho, mas também para garantir a sua defesa como «empresa única do sector e nacionalizada». A intenção do Governo, relembramos, é desmembrar a empresa e criar diversas empresas mistas.

Por isso, os representantes eleitos dos trabalhadores se reuniram no passado sábado. No final, as acusações e também as propostas, 40 no total, para a resolução dos graves problemas da EDP.

Um dos seus maiores problemas é, como vimos, a situação económica e financeira. Para os trabalhadores só é possível a sua resolução se se acabar com a imposição do recurso sistemático ao crédito externo, se a empresa passar a ter crédito interno em condições de juros consentâneos com o fim social a que se destina e se for resolvido o problema das dívidas à EDP (cuja parte de leão, 156 milhões de contos, cabe ao Estado).

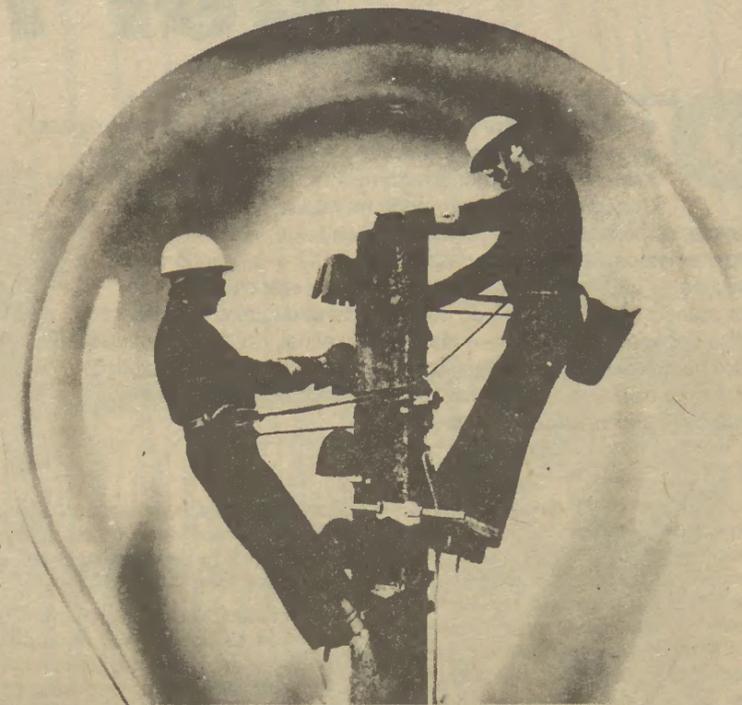
Mais, para sanear a situação financeira da EDP, é necessário que o Governo garanta a renegociação da dívida externa e que assuma as suas obrigações em relação aos encargos com a desvalorização cambial do escudo que resultam das suas próprias directivas e que aumente os valores das dotações de capitais para «níveis compatíveis com as obrigações que a lógica do serviço público e melhoria das condições de vida das populações acarretam para as populações».

Os trabalhadores exigem também que seja concedida autonomia administrativa à empresa e que tome posse o seu representante eleito no Conselho de Gerência.

Alqueva

É verdade. A resolução dos problemas da EDP também passa pela implementação do projecto Alqueva, cujas obras estão paradas há anos e cujo recomeço tem sido sucessivamente protelado pelos governos.

Para os trabalhadores «é urgente terminar com o escândalo de uma obra começada e suspensa, de um projecto adiado por omissão, actualizando-se com a maior brevidade e de forma objectiva e isenta a concepção técnica do projecto e a valia do empreendimento, de onde sobressaem a



valia eléctrica e agrícola, aprofundando e esclarecendo os aspectos eventualmente duvidosos, e equacionando correctamente o aproveitamento de todas as suas potencialidades, directas e indirectas, com os correspondentes benefícios para a economia nacional e, em particular, para o desenvolvimento da região do Alentejo».

É, pois, necessário que se constituam sem demora as equipas de projectos que assegurem o rápido lançamento do Alqueva — bem como de Sela e Foz-Côa — «ganhando tempo, aprofundando os anteprojectos — em suma, poupando milhões de contos».

Mas a solução dos problemas da empresa passa também pela aplicação dos acordos por ela firmados com os trabalhadores, pelo fim ao recurso desenfreado aos empreiteiros e pelo fim da prepotência, das arbitrariedades e da corrupção.

Concluindo: a resolução dos graves problemas da EDP passa, por um lado, por uma participação mais activa dos trabalhadores na vida da empresa e, por outro, pela mudança de política e de Governo. Passa por Abril. ■

■ J.M.

Gás de cidade: fuga iminente

De há três anos a esta parte que não é feito qualquer investimento na rede de distribuição de gás de cidade da EDP. Alegando que o Governo PS/PSD decidiu que este sector passará a ser explorado por outra empresa, o Conselho de Gerência tem permitido uma rápida deterioração da rede.

25 dos 162 depressores da rede encontram-se expostos à chuva, estando comprometida a sua operacionalidade. Entre 1982 e 1984, o número de trabalhadores na rede de distribuição de gás diminuiu de 216 para 164.

Todos estes números (três anos, 25 depressores e 164 trabalhadores) atestam bem a vontade política do Governo e do Conselho de Gerência de desmembrar a EDP.

Se a tudo isto acrescentarmos que, em 1984, as perdas de gás da cidade cifraram-se em 14,5 milhões de metros cúbicos e que actualmente só existem dois trabalhadores a detectar as fugas de gás na cidade de Lisboa, podemos antever a extensão do crime de que o Governo é o principal mentor.

E, no fim de tudo isto, aqui fica um alerta dirigido aos nossos leitores: querem acender um cigarro? Preparar um daqueles petiscos como só vocês o sabem fazer? Então... (este estilo publicitário é o que mais se ajusta à situação). Então, dizíamos, cozinhem com fogões eléctricos ou fumem na rua! É que (e isto sem intenção alguma de sermos alarmistas), como o número de reclamações aumentou 200 por cento num ano — de 1983 a 1984 — o Conselho de Gerência da EDP proibiu a introdução na rede do TNT (gás traçador-odorizador), com o objectivo de evitar o «cheiro a gás».

Para os trabalhadores, esta decisão, além de atentatória dos direitos e saúde dos consumidores, perverte o sentido e deveres sociais da EDP e degrada a sua imagem e qualidade do serviço». Pois... há perigo de fuga! ■





EMIGRANTES

Não vai fácil a vida por terras de França

Desde a década de 60, e sobretudo até ao 25 de Abril, a emigração de portugueses para França significou para muitos deles a fuga à guerra colonial e à repressão, para quase todos a busca de uma vida melhor, liberta de fome e miséria. Concentrando-se sobretudo na região parisiense (perto de metade, dispersando-se os restantes pelos mais diversos departamentos), essa configuração representa — segundo várias opiniões — uma «estratégia» de implantação silenciosa. Um silêncio forçado que — ao contrário do que muitos identificaram como docilidade congénita — mais não é, afinal, do que o resultado da extrema precariedade em que se deu a própria partida, das condições iniciais de adaptação, da busca pela obtenção do pão e dos tão desejados e indispensáveis papéis.

Segundo o censo de 1982 (dados provisórios) o número de portugueses estimava-se em 765 mil. Os activos com emprego rondariam os 360 mil, dos quais dois terços são homens. As mulheres, trabalhando essencialmente nos serviços, têm uma taxa de actividade apenas superada pelas jugoslavas. Entre a mão-de-obra masculina 45 por cento encontram-se na construção e obras públicas.

Ora é justamente neste sector — apesar de ser o mais atingido pela crise desde 1973, com incidências sobretudo no emprego (35 mil portugueses despedidos entre 1974 e 82) e em formas de trabalho precário (temporário, subempregada, etc.) — que se regista uma tendência, conforme revela um estudo recente, para os emigrantes mesmo assim «fazerem carreira», e adquirirem, em muitos casos, qualificações em profissões fulcrais.

Na rubrica «indústria», muito heterogênea, a percentagem dos nossos compatriotas a trabalhar neste ramo anda pelos 30 por cento. Nos sectores de «ponta» (caso da indústria automóvel) foi justamente o fenómeno da emigração que permitiu novas técnicas e uma «gestão produtiva», desenvolvendo o trabalho em cadeia e a sua extrema parcelização.

Hoje, contudo, a introdução da informática e da robótica serve de pre-

texto para afastar os emigrantes não faltando a tentativa de os culpabilizar pela formação que não possuem e que, afinal, lhes foi sempre recusada.

Na construção civil — onde como já referimos se fazem sentir duramente os efeitos da crise — a concorrência das multinacionais faz com que o patronato para manter níveis de lucro «aceitáveis» despeça em massa, reservando a formação requerida a uma minoria de franceses «sensatos».

A crescente participação dos trabalhadores portugueses nas lutas laborais verifica-se não apenas na indústria como também na construção civil onde um número de secções sindicais de empresa têm sido criadas pela primeira vez, por portugueses.

Quanto aos filhos dos nossos compatriotas — hoje com problemas de escolaridade mais graves do que os filhos de magrebinos — são em média os que mais cedo entram na vida activa; 46 por cento dos recenseados têm menos de 25 anos (353 mil) e 219 mil jovens têm menos de 15.

No que diz respeito à vida associativa refira-se que depois da subida do actual governo ao poder, em 1981, novas leis e condições possibilitaram o desenvolvimento da vida associativa (900 associações actualmente), rádios-livres com emissões em português e, inclusive, o desabrochar de



A construção civil e obras públicas (trabalhos reconhecidamente duros) absorvem uma grande parte — cerca de 45 por cento — da mão-de-obra activa portuguesa presente em França. Longe vão, contudo, os dias áureos de décadas anteriores; a crise também se instalou no sector, fazendo avolumar as interrogações quanto ao futuro.

laços com outras comunidades imigradas.

Outra é, entretanto, a realidade actual, devido às medidas profundamente lesivas dos interesses dos emigrantes tomadas nos últimos anos pelo governo francês. A atestá-lo estão, por exemplo, as declarações do conselho de ministros de 31 de Agosto de 1983, as quais primam pela repressão aos «clandestinos» ficando-se apenas pelas intenções as chamadas medidas para uma melhor inserção dos imigrantes.

Esta atitude, uma clara cedência à direita e à extrema-direita, acentua o racismo existente nalgumas camadas da população e constitui, a par do acordo da chamada «ajuda ao regres-

so» — na prática a compra por parte do governo francês dos documentos que legalizam a situação do imigrante no País —, mais uma medida para satisfazer as conveniências conjunturais dos sectores patronais.

Neste contexto, os resultados obtidos pelo racista le Pen nas eleições realizadas o ano passado para o Parlamento dos países da CEE, demonstram que a extrema-direita racista — ao contrário do que certas forças políticas pretendem fazer crer no nosso País e junto dos emigrantes — não procura atingir apenas os norte-africanos e africanos, mas também os trabalhadores portugueses.

De assinalar, por último, que em matéria de segurança social os emigrantes portugueses não estão tão bem como muitos julgam. Segundo uma fonte da CGT os emigrantes são alvo, neste momento, de 16 discriminações, direitos e garantias que não estão devidamente assegurados ou realizados: o direito ao trabalho; à escolarização dos filhos, o direito destes e dos pais a terem acesso à própria cultura, a uma efectiva formação profissional e a uma extensão gradual dos seus direitos políticos, cívicos e jurídicos, o direito ao regresso ou à inserção definitiva. ■

Desprezo pelos seus problemas levam ao reforço da organização

• Depoimentos revelam crescente disposição de luta

Odete Gil 50 anos, há 21 em França

Não trabalho porque não posso. Tenho apenas uma pensão miserável, e é do que vivo. Infelizmente não vejo perspectivas de regresso ao nosso País, devido a nada ter sido feito para a ajuda do nosso regresso. Penso que foi bom fazer-se esta concentração; mas o que não me parece normal é que o embaixador ponha toda aquela polícia em frente à porta da embaixada. Isto só prova que ele tem medo de enfrentar o povo.

Quanto ao apoio do nosso Governo à emigração, penso que não há apoio nenhum. Nota-se racismo na administração francesa e nas «mairies» somos rejeitados.

Acho que não é justo terem suprimido o ensino do português. Devia mas é haver cada vez mais escolas com o nosso ensino, e o português deveria ser integrado nas escolas francesas como as outras línguas.

Esmeralda Lebre 50 anos, em França desde 1968

Trabalho como quase todas as mulheres emigrantes. Quero regressar a Portugal mas não vejo as coisas lá muito claras. As condições que desejava encontrar seriam, antes de mais, trabalho para mim e para o meu marido e também condições de vida; mas isto de não haver trabalho para os que estão em Portugal, então, quando nós, imigrantes, lá chegarmos, não haverá nem para uns, nem para outros! Quanto ao apoio que recebemos — é vergonho-

so a gente utilizar a palavra «apoio», porque realmente a gente não tem apoio nenhum do nosso Governo, antes pelo contrário: nós somos filhos de generados.

Do governo francês ainda não vi nenhuma medida! Acho que nada está a ser feito para o apoio à imigração. Esta concentração é muito boa, formidável mesmo. Acho que devemos fazer muitas como esta para podermos ir para a frente, pois isto corresponde aos interesses da imigração.

Mais uma vez repito: é vergonhoso! Os nossos filhos não têm uma cultura portuguesa, e, quando chegarem a Portugal, são tão imigrantes como nós e somos aqui; o ensino devia funcionar normal e regularmente!

Maria do Céu 29 anos, há dez em França

Não penso regressar ao nosso país. Trabalho na Associação para a «Educação dos Trabalhadores Imigrantes». O apoio do nosso Governo é muito fraco ou nenhum. Quanto ao governo francês tenho pena que este proceda da mesma maneira que o antigo governo.

Existem aqui compatriotas que não querem regressar a Portugal. Mas o que estão aqui a fazer é preparar uma espécie de «pontapé no rabo» a esses emigrantes, para os porerem fora daqui!

Como há uma tentativa de supressão do organismo português que trabalha na imigração, acho importante que as pessoas se mobilizem para este tipo de

concentração. Há uma profunda renovação a fazer no ensino do português, mas não é com a supressão deste que as coisas se arranjam. O ensino deve funcionar inserido nos programas escolares.

Dominique Estoescio 40 anos, francês, professor de português

Acho que o apoio do Governo português aos emigrantes é insuficiente, quer sob o ponto de vista económico, cultural ou moral; acho-o insuficiente para além de revelar no seu conteúdo um manifesto desprezo.

O governo francês é tão responsável, ou mais, que o Governo português pela situação dos emigrantes, na medida em que existem pessoas que já cá trabalham há mais de dez, quinze, vinte anos, que cá deixaram o suor e alguns deles também o sangue, e que cá têm os seus filhos.

Creio que é um dever não só social, cultural, mas também moral e humano que o Governo português dê mais apoio e amizade à comunidade portuguesa.

Como dou aulas no ensino secundário, tenho mais conhecimento do que se passa com este. Primeiramente suprimam horas de português e a abertura dos nossos cursos é quase nula. Existe também a criação de 'guetos' em certas escolas.

O apoio do Ministério da Educação francesa é quase nulo para o desenvolvimento das línguas maternas, tais

como o português e o árabe. Até nós, como professores de português, nos sentimos marginalizados.

Há falta de professores, de material, de boa vontade e sobretudo duma política coerente, dado que, até agora, a política tem sido incoerente.

Não tenho nem uma solução nem o poder de transformar as coisas. Mas estou convencido que a solução passaria por uma nova política de concertação com os trabalhadores, professores e pais dos alunos.

Deviam também respeitar as aberturas dos cursos de português. A lei não é respeitada, segundo eles dizem por «motivos económicos». Mas penso que, também, por motivos políticos. Não há uma vontade nítida de levar para a frente o ensino de português; existem bastantes factores que entram em linha de conta na solução do ensino: há o aspecto político mas também o social e financeiro.

Josiane Grellier 33 anos, nacionalidade francesa, professora de português

Também a meu ver o apoio do Governo português aos emigrantes é muito insuficiente. Deveria existir apoio financeiro para com os professores e alunos e ao nível do material escolar.

A comunidade portuguesa está um pouco isolada e sofre a indiferença das autoridades francesas. O governo francês não se interessa muito pelos portugueses; só lhe interessa o aspecto eco-

nómico: os trabalhadores ajudam à prosperidade do país.

No que diz respeito ao regresso, o governo francês também não liga a isso; pelo contrário, parece não ser seu problema. Como diz o meu colega, parece-me que a questão está em que os professores de português (sejam eles portugueses ou franceses), estão bastante marginalizados, apenas porque ensinam uma língua de uma comunidade de imigrantes.

Aproveitava para dizer mais uma coisa: como há poucos cursos de português, aparece uma série de pessoas, mais ou menos viganistas, que propõem diplomas e que exigem bastante dinheiro da parte dos pais dos alunos para prepararem os seus filhos a fim de obterem diplomas, sejam eles válidos ou não.

Jaime Fernando Alves 26 anos, há quatro em França

Penso regressar a Portugal e encontrar um emprego, uma casa e as mínimas condições de vida. Acho que o apoio do Governo português é nulo. Quanto à nova lei de ajuda ao regresso que foi votada pelo governo francês é uma lei demagógica que está a obrigar os imigrantes a irem embora.

Acho que é mau terem encerrado os cursos de português. O nosso Governo deveria negociar com o governo francês para que um dia mais tarde os nossos filhos não se encontrem com as pernas cortadas aqui em França. ■



Sofrendo a Indiferença do Governo português, alvo de medidas discriminatórias e repressivas por parte das autoridades francesas, os trabalhadores portugueses reforçam a sua consciência, organizam-se, participam crescente e activamente nas lutas e acções em defesa dos seus legítimos direitos e interesses.

■ **Leandro Martins**

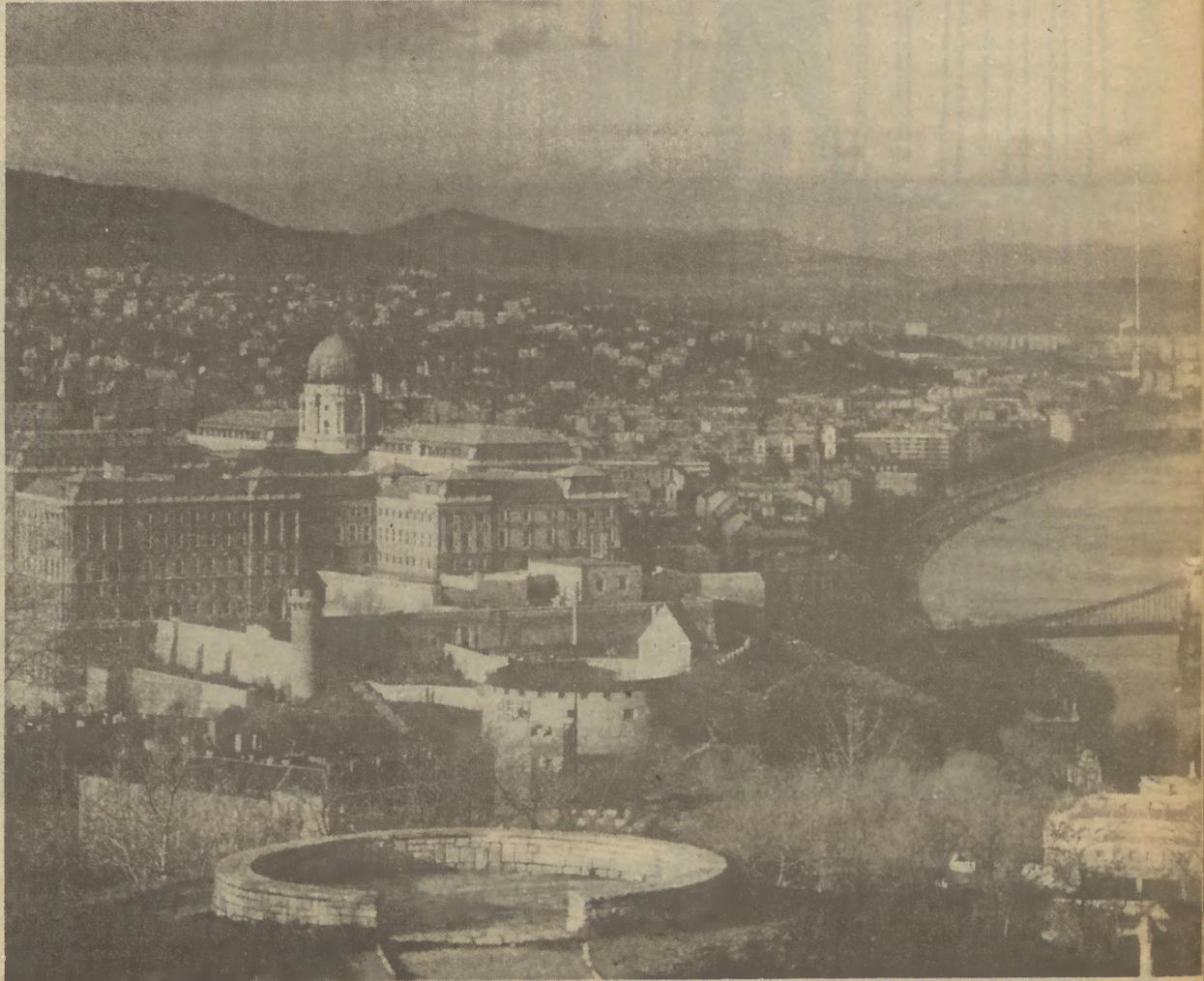
HUNGRIA

1985

Hungria. São 93 mil quilómetros quadrados bem no centro da Europa. Quase o mesmo território que Portugal, estendido à largura do mapa, atravessado pelo Danúbio. Sem mar que lhe amenize o clima. Fevereiro: o país coberto de um manto espesso de neve. Oito dias de uma visita correndo «para ver tudo». Claro que se não pode ver tudo. Uma dúzia de jornalistas de partidos irmãos da Europa ocidental e capitalista à cata de uma imagem real da Hungria de hoje. Das conquistas do socialismo e dos seus problemas. Nem o tempo curto, nem o manto branco que a cobre durante este Inverno rigoroso impediram, entretanto, que a Hungria se tenha mostrado abertamente, tal como é. Da variedade de encontros e de visitas, damos hoje aqui uma pequena ideia. E saímos de Budapeste, a imponente capital. Viajamos até um distrito do sul, à beira do lago Balatón.



Cooperativa «Lénine»: 6500 hectares, mais de metade dos quais dedicados à cultura dos cereais



Trabalhar em mudança

Antes que nos digam, já sabemos. Estes vastos campos cobertos de neve, de ambos os lados da estrada que nos conduz ao Balatón, a grande planície que fere a vista pela brancura, é trigo. Bandos de corvos esvoaçam gulosos sobre a neve, pousam e esgaravatam, levantam voo ruidoso quando os carros lhes passam rente. De vez em quando, povoações, afastadas da via rápida. Aldeias, dizem-nós. São grandes aglomerados de casas, prédios grandes continuando o que foi em tempos uma aldeia rural, agora desfaz-se mais a diferença entre campo e cidade. Mais adiante, alcançada a cercania do lago, uma floresta de casas de repouso. Há-as grandes, pequenas, minúsculas algumas, outras de dois pisos, ostentando uma arquitectura moderna. Muita gente tem uma segunda residência, isto é, uma casa de repouso. E esta região circundando o lago, é, segundo nos dizem, de grande fama num país onde o mar faz falta. As famílias compram terreno a particulares ou às autarquias, constroem por vezes a sua própria casa com a ajuda de amigos, nos fins-de-semana. Outros, com mais posses, mandam construir. Mas viemos ver primeiro o trabalho, a produção. As férias podem esperar.

Entramos finalmente em Kaposvar, a capital do departamento de Somogy. Chamemos-lhe antes distrito, um dos dezanove em que a Hungria se divide. Somos recebidos pelo camarada Thóth, secretário ideológico de Somogy do POSH, que nos dá um panorama do distrito. É um panorama em mudança. Como tudo na Hungria. Os 6 mil quilómetros quadrados — 5 por cento apenas do total do país — são dedicados sobretudo à produção agrícola. Com pouco menos de 360 mil habitantes e uma densidade que é a menor de todos os distritos. Há hoje 234 aldeias — mas o que é uma aldeia na Hungria? — e cinco cidades. Até há poucos anos, mais precisamente até 1969, apenas uma cidade — Kaposvar, a capital. Hoje há quatro outras cidades, construídas desde então...

Aliás, em qualquer encontro ou visita, é um panorama em mutação progressiva que nos dão, não escondendo embora os problemas. O marco que mais vezes surge nas conversas é a libertação, o final da guerra. Há quarenta anos... Há quarenta anos, por exemplo, em todo o distrito apenas 3 mil pessoas se dedicavam a incipientes indústrias — hoje são 35 mil numa região essencialmente agrícola. Indústria ligeira, predominantemente. Alimentar, electrónica, de ferramentas, têxtil.

Nos 369 mil hectares de terra culti-

vável existem 77 cooperativas agrícolas, 10 quintas estatizadas, uma quinta («herdade?») dedicada à exploração florestal. Desde há 25 anos — altura em que a estrutura fundiária foi modificada — a produção agrícola aumentou quatro vezes.

A produção de cereais é aqui determinante e corresponde a metade da área cultivável. A produção de batata é também apreciável em 16 por cento de terreno arenoso. E também há produção de plantas industriais — girassol, beterraba sacarina. Para além da viticultura, dos legumes, dos frutos.

Se as unidades colectivas de produção — as cooperativas — são, de há 25 anos a esta parte, a nova realidade da estrutura fundiária, não quer dizer que os cooperantes não possuam a sua terra. Cada um, cada família, possui um pequeno talhão com a dimensão máxima de 1 hectare. Trabalhando antes e depois do horário de trabalho da cooperativa, «fazem o gosto ao dedo» e ao sentimento camponês que desaparece facilmente. Cuidam das suas vacas, dos seus porcos, dos seus carneiros e das suas galinhas. E do pomar, da horta.

Mas isto é o que nos dizem. Vamos ver como é.

Cooperativa «Lénine»

«Antes de 1945», recorda o Presidente da Cooperativa «Lénine», La-

dislas Horvath... Vamo-nos habituando a este tipo de comparação, tão importante aqui, para sabermos avaliar o presente. Habitamo-nos também aos números. A cooperativa ocupa uma área de 6500 hectares. Mas recordemos então: antes de 1945, os que possuíam terras com menos de 5 hectares representavam 60 por cento dos camponeses (possuíam menos de 7 por cento da terra cultivável). O resto estava nas mãos de 5 famílias. Onde vimos isto já?

Estamos perto de uma pequena vila — Najbojon — onde a frente da última guerra parou durante quatro meses deixando tudo destruído — 860 casas, 103 habitantes mortos. Coisas que se não esquecem mas cuja memória se aviva no momento em que passam quarenta anos sobre a libertação da povoação, precisamente em 29 de Março.

As terras foram distribuídas pelos camponeses — 5 a 10 hectares. Era apenas o princípio de uma reestruturação que continuou. Em 1950 fundou-se a primeira cooperativa, com 28 pessoas em 110 hectares. Havia 4 cavalos e 6 vacas. Dez anos mais tarde, novas e grandes transformações na estrutura fundiária vêm nascer duas cooperativas grandes, com uma estação de máquinas comum. E no 1.º de Maio de 1968, assiste-se à fusão de ambas as cooperativas que agrupam

então um milhar de membros e compram a estação de máquinas.

Movimentando 220 milhões de forints por ano (4 esc. = 1 ft., aproximadamente), a cooperativa realiza 20 a 22 milhões de forints de lucro por ano que provêm da actividade agrícola, pecuária, silvicultura e também das transacções feitas com os possuidores de talhões de terra. A área dedicada ao cultivo de cereais é de mais de metade da totalidade do terreno — 3700 hectares; principalmente trigo (43%). Referem-nos ser fraca a qualidade do solo que se tem melhorado através do seu tratamento com adubos e com obras de rega para diferentes culturas. Conseguem-se hoje 4,4 toneladas de trigo por hectare, 5,5 de milho, 2,4 de girassol.

Gado bovino: 1500 unidades — 600 vacas. A média de produção de leite é de 5000 litros/vaca, por ano. A cooperativa ocupa-se ainda de reprodução de porcos — possui 130 porcos e vende por ano 700 a 800 porcos reprodutores. Há 1700 carneiros, para produção de lã e carne.

Os solos de menor qualidade são ocupados por 1500 hectares de floresta.

Visitámos o parque de máquinas, as oficinas. Ali mesmo se realizam trabalhos de alta qualidade e não apenas reparações. Transformam-se máquinas, adaptam-se outras, mudam-se



Na «fábrica» de carne de porco ou na cooperativa «Lénine», uma mesma perspectiva, um mesmo objectivo: uma vida em mutação nos caminhos do desenvolvimento

O pão e o vinho

motores com o objectivo de as tornar mais rentáveis. A ala mecânica cobre 1300 metros quadrados. Há 50 tractores, de fabrico italiano, americano e soviético e ainda outras máquinas de origem checoslovaca e da RDA, 6 semeadores e 15 camiões.

Respiremos um pouco. Falemos de homens. Quem são? Quantos? Que fazem?

Dos 700 membros da cooperativa, 450 são já reformados e 250 activos. Mas, no fim de contas, a trabalhar contam-se cerca de 500, que muitos reformados trabalham ainda, com horário limitado se o quiserem, nos seus talhões privados e contribuem a seu modo para o progresso da unidade. Há 22 diplomados com cursos superiores, 14 com cursos secundários, 130 operários qualificados.

Há 60 membros do Partido.

Mas quem dirige a cooperativa? Explicam-nos a democracia interna desta unidade de produção, que se assemelha a outras, tanto na agricultura como na indústria: a Assembleia Geral reúne-se uma vez por ano, debate e aprova as questões gerais da cooperativa, elege 40 a 50 representantes que, duas vezes por ano, se reúnem para apreciar o trabalho da direcção, também eleito, de 15 membros. Esta direcção, que se reúne normalmente de dois em dois meses, decide das questões concretas. A actividade diária, o trabalho e a sua organização compete aos especialistas e aos quadros dirigir.

O sol está a pôr-se sobre a neve quando saímos. Ainda temos tempo de fazer uma visita a casa de um trabalhador da cooperativa e de o ver tratar dos seus animais. Chama-se Zoltán, é solteiro, vive com a mãe, uma camponesa viva que põe sobre a mesa o que de melhor tem em casa. Licores, aguardente, bolos. Mas o tempo é curto. Zoltán conversa animadamente connosco, entramos num estábulo a ver as suas três vacas. Há-de vender uma ainda este ano. Compra forragem à cooperativa a preço módico, mas também as alimenta com produtos do seu próprio talhão. E ganha bem, daí quase tanto como o que aufer de salário de cooperante activo. Tem uma bela casa, confortável e moderna por dentro, apenas os objectos de artesanato pendurados nas paredes nos dão a impressão de estar no campo. Televisão, figurífico.

E que faz de tanto dinheiro?, perguntamos ao trintão solteiro que temos na frente. Ri-se. «Gasto a festejar com os amigos», diz ele. «E não compro um carro?» Ri de novo: «Eu bebo, não conduzo», confessa. E oferece-nos um copo de aguardente da sua favra. ■

É em nome do colectivo dos comunistas da fábrica que o camarada Burna nos saúda. Visitamos um «combinado» de produção de carne de porco, na realidade uma secção da fábrica que trabalha quase exclusivamente para a exportação. Salientam-nos abertamente que se trata de um dever internacionalista informar não apenas sobre os resultados positivos como sobre os problemas com que se deparam. É por todo o lado assim.

Esta fábrica, que se dedica à produção de conservas de carne, que compra e abate reses e depois as elabora, alimentando a população do distrito e abastecendo os veraneantes do Balatón em carne fresca, tem desde 1977 desenvolvido o abate do porco para exportação em enlatados e enchidos.

Nesta parte que visitámos, com 900 trabalhadores — a fábrica na totalidade emprega 2400 —, produz-se segundo certas normas de fabrico dos Estados Unidos e da CEE, para onde vai quase a totalidade da produção, realizando-se um grande esforço para manter e alargar o mercado nesses países.

A fábrica, construída em 1979 com investimentos da RFA, abateu 410 mil suínos no primeiro ano e pode produ-

zir mais do que actualmente produz (o mercado nacional está saturado e não há mais procura não estando esta carne nas de maior consumo no país). Da exportação apenas 10 por cento é dirigida para os países socialistas, sendo o restante para os países capitalistas.

Visitámos esta unidade. Do princípio ao fim, do porco à mesa onde acaba por aparecer em fatias saborosas.

Um vastíssimo hangar, aspergido e lavado, guarda os porcos que vão sendo escolhidos e enfiados na calha para o matadouro. Espectáculo um pouco deprimente, é certo, mas são os ossos — as febras — do ofício do jornalista ver como é para contar como foi. Vestidos de branco, de boné enterrado até às orelhas, passamos de secção em secção, sempre no mesmo sentido — não é permitido fazer a volta ao invés, por normas de higiene —, passamos do matadouro onde os porcos são abatidos à cadeia de limpeza, onde os bichos pendurados deslizam e são enfiados numa espécie de fornos que os chamuscam, noutras dependências que os lavam, numa *passerelle* onde os operários se alinham e os abrem de um só golpe de alto a baixo, lhes retiram as vísceras

que são logo separadas, seguindo para análise pedaços dos «miúdos».

Largas mesas — tudo inoxidável e branco, tudo lavado e limpo — aguardam os bichos que são serrados electricamente, despedaçados, entrecosto aqui, costeleta ali, lombo acolá — perdõe o leitor se a ingnorância de português médio não dá para conhecer tanta espécie de carne, abundante ali onde a vimos, escassa no prato do português em crise.

Secções de enchidos lavam a tripa, escolhem-na. Outras secções preparam as febras, os fiambres, máquinas sofisticadas fazem a marinada, conservantes, cozeduras, sei lá mais o quê. E eis que o porco aí está, pronto a embalar, enlatado já e, no final da visita, nos encontramos todos à mesa petiscando. Com pouca vontade, claro, que a fartura não abre apetites.

Queremos saber de quem trabalha. Vimo-los atarefados em cadência rápida. Quanto ganham? Quantas horas laboram?

O horário é forte. São quarenta e oito horas por semana. E a maior parte faz horas extraordinárias. Isto apesar de os sindicatos mostrarem oposição... Mas a direcção e os trabalhado-

res estão de acordo. É que a exportação exige grande esforço de produção e os trabalhadores vêem o salário acrescido ao fim do mês. Ganham em média 10 mil florints, chegam a ganhar 15 mil...

Balatonglári

Nem só de pão... como dizia o outro. De vinho também. Aí vamos a caminho de vastos campos de vinhas, hoje apenas cepas torcidas e escuras despontando da neve. De Verão, mostram-nos os filmes que projectam para nós na sede da cooperativa de Balatonglári — a Víticop-Balatón —, que se estende do lago por aí acima — tudo isto é verdura. Trata-se de um «combinado» agro-industrial, com 3000 hectares de vinhedo e 800 de pomares (5 mil toneladas de frutas várias, cerejas e pêssegos, alperces e nozes).

Mas é o vinho o que interessa aqui.

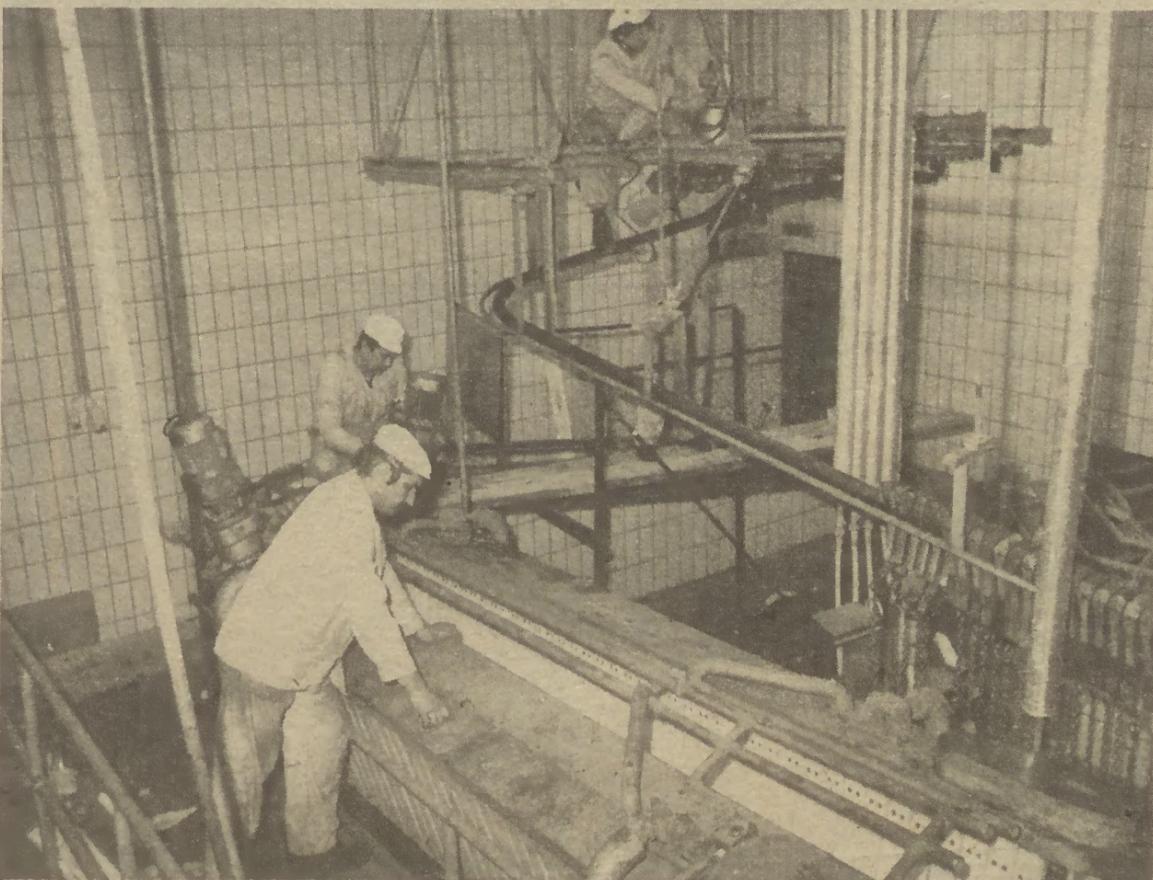
Com cuidado, não vá o tinto e o branco tecerem-na, provamos uma dúzia de vinhos. Brancos, secos e doces, levemente ácidos a lembrarem o verde, maduros e claros a recordar palheté ou encôrpados. Fruto de um trabalho aplicado de 1700 trabalhadores. O número extraordinariamente grande explica-se pela exigência de mão-de-obra neste tipo de actividade, pois a vindima mecânica estraga a uva, explicaram.

A exportação é também aqui o fito quase único e a produção dirigida para os vinhos de qualidade, procurando-se copiar qualidades francesas, fabricando-se *martini* sob licença italiana. Exportar para o ocidente é uma tentação, com as divisas para equilibrar a dívida externa a entrar em troca de milhões de garrafas exportadas.

A produção é altamente tecnicizada — laboratório de análise com aparelhagem electrónica, etc. Mas vemos — no museu que a cooperativa montou com cuidados extremos — como se fazia antes, os velhos aparelhos usados, a prensagem antiga, cubas de madeira velha, instrumentos que recordam os nossos campos onde o atraso ainda não foi varrido, por exemplo.

Hoje produzem-se 37 milhões de litros de vinho por ano, 25 milhões de garrafas. Que partem à competição no mercado mundial, com a preocupação da qualidade.

E porque nem só de pão nem de vinho a gente vive, falaremos mais tarde de outras coisas que vimos: da saúde e da cultura, dos tempos livres. E de política, que é isto tudo e mais também ■



Rigorosas normas de higiene no abate dos suínos e na produção de carne de porco, neste grande «combinado» que emprega 2400 trabalhadores

■ José Garibaldi



A abertura da 2.^a frente

Em Maio de 1944, a abertura da 2.^a frente foi um importante contributo para a derrota da Alemanha nazi. Mas por que só então foi tomada essa decisão, e quais as verdadeiras razões que a motivaram?

Com o ataque da Alemanha nazi à URSS, na noite de 21 para 22 de Junho de 1941, a situação internacional mudou radicalmente. A 2.^a Guerra Mundial tornava-se numa guerra antifascista, uma guerra de libertação, e surgiram as permissas para que fosse possível uma aliança político-militar entre países de diferente sistema político-social.

A criação desta coligação que abrangia a URSS, os EUA e a Grã-Bretanha não foi fácil, nem surgiu de imediato após a invasão da URSS. Os meios dirigentes dos Estados Unidos e da Inglaterra desejavam mesmo que um prolongado conflito entre a Alemanha e a União Soviética tivesse como resultado o enfraquecimento destas duas potências no plano económico e militar, de modo a que as «democracias ocidentais» viessem mais tarde e definir as condições da paz e as regras de conduta mundiais do pós-guerra.

Uma das questões essenciais da eficácia desta coligação era a da necessidade de se abrir uma segunda frente de guerra que obrigasse a Alemanha nazi a dividir os seus efectivos militares, retirando da frente Leste parte das suas tropas.

Hitler pretendia conquistar a URSS rapidamente e atingir Moscovo ainda em 1941. Com esse objectivo traçou o plano «Barbarossa» onde se afirmava: «As forças armadas alemãs devem estar prontas para vencer a Rússia so-

viética mediante uma operação militar relâmpago». As tropas de Wehrmacht tinham entrado com igual facilidade noutros países europeus e havia a convicção generalizada, fora da União Soviética, de que uma vez mais os aconte-

cimentos se iriam suceder de acordo com as previsões de Hitler.

Entre Julho e Setembro de 1941, o governo soviético propôs, sem qualquer resultado, a Londres e a Washington a abertura de uma segunda frente na Europa para obrigar a Alemanha a retirar 30 a 40 divisões da frente soviético-alemã. Em Janeiro de 1942, M. Litvinov, Embaixador da URSS nos EUA, perguntava aos dirigentes soviéticos se não se deveria insistir nesse ponto, uma vez que na Inglaterra havia um exército inactivo de 2 milhões de homens e, nos EUA, um exército de milhão e meio. A sua proposta teve um acolhimento reservado: «Já nos responderam três vezes de forma negativa à nossa proposta de abertura de uma segunda frente e não gostaríamos de ter uma quarta recusa... Aguardemos o momento em que sejam os nossos aliados a fazer essa proposta».

Em Junho de 1942, Molotov, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, recebia em Londres e em Washington a promessa de que a segunda frente seria aberta esse ano. Aliás, já em Abril, Roosevelt, em carta a Stáline, manifestava o desejo de tomar medidas concretas «para retirar uma parte das tropas de Hitler da frente soviética», o que deveria ocorrer durante o ano de 1942. Era a famosa operação «Overlord» que, afinal, viria a ser sucessivamente adiada até Junho de 1944.

As peripécias, os adiamentos, as mudanças de plano dos dirigentes das potências ocidentais ao longo desses três anos, constituem um material riquíssimo sobre o conteúdo da aliança e sobre os efeitos dos preconceitos anti-comunistas dos chamados defensores da liberdade.

Mesmo em Teerão, na Conferência em que se reúnem Stáline, Roosevelt e Churchill, em finais de 1943, há o claro propósito da parte ocidental, de se eximir a um compromisso claro sobre a abertura da nova frente em 1944 e, segundo o testemunho de militares e diplomatas ali presentes, a questão só ficou esclarecida depois de Stáline, no decurso de



uma das reuniões, ter ameaçado abandonar a Conferência. Roosevelt teria então proposto o adiamento dos trabalhos e, no dia seguinte, assegurou que a segunda frente seria aberta em Maio de 1944.

Um papel decisivo

Durante todo este período travava-se aquilo a que já alguém chamou «a guerra desconhecida de Leste» e as tropas alemãs, após um avanço rápido na direcção de Moscovo e de Leninegrado, já tinham sofrido pesadas derrotas às portas de Moscovo, em Stálinegrado, em Leninegrado e em Kursk, apenas para referir as mais significativas, perdendo a iniciativa estratégica militar.

As evasivas, demoras e os pretextos utilizados para adiar a abertura de uma segunda frente não correspondiam aos sentimentos populares antifascistas das populações de Inglaterra e dos Estados Unidos. Comícios, manifestações e abaixo-assinados com milhões de assinaturas exigindo a abertura dessa frente, revelavam a disposição dos povos de apressar o fim do «reich» alemão e até que ponto as massas populares eram pouco influenciáveis pelos preconceitos antisoviéticos e anticomunistas dos seus dirigentes. Hitler, entretanto, sentia-se confiante com esta situação e só entre Novembro de 1942 e Abril de 1943, transferiu 35 divi-

sões da frente ocidental para a frente Leste e, entre Julho de 1943 e Junho de 1944, retirou mais 70 divisões dos países ocupados da Europa ocidental para as transferir para a frente Leste.

As vitórias do exército soviético acabaram, no entanto, por ter um papel decisivo na tão esperada abertura da segunda frente: as tropas soviéticas libertavam o seu território, aproximavam-se da fronteira da Roménia e do próprio território alemão. Os EUA e a Inglaterra já não estavam em condições de correr o risco de assistir à entrada vitoriosa das tropas soviéticas em Berlim sem terem dado a sua contribuição efectiva para essa vitória. A operação Overlord iniciou-se finalmente em 6 de Junho de 1944, em coordenação com o comando soviético que, na mesma ocasião, desferiu um novo ataque na frente bielorrussa de modo a impedir que Hitler reforçasse o seu dispositivo militar ocidental.

A abertura da segunda frente, como se esperava, criou grandes dificuldades estratégicas à Alemanha nazi que ficou apertada entre duas frentes e criavam-se assim condições para a libertação da França. No entanto, esta ofensiva dos aliados ocidentais conheceu diversas dificuldades, em parte resolvidas graças à cooperação do exército soviético com o comando aliado. Por exemplo, em meados de Dezembro de 1944, as tropas nazis desfecharam um potente ataque nas Ardenas: tanques de Wehrmacht avançaram

pelos territórios da Bélgica e do Luxemburgo, semearam o pânico e desorganizaram as defesas do exército anglo-americano, provocando o seu recuo. Nessa ocasião a 6 de Janeiro de 1945, Churchill dirigiu-se a Stáline pedindo-lhe para ordenar, o mais depressa possível, uma nova ofensiva do exército vermelho a fim de aliviar a tensão na frente Oeste. O pedido foi aceite, e essa ofensiva levada a cabo. Para ilustrar a importância desta colaboração e a situação periclitante em que se encontrava o exército anglo-americano, bastará recordar que o general Patton escreveu, a 4 de Janeiro, no seu «diário»: «ainda podemos perder esta guerra». Eisenhower por seu lado, informou o governo americano de que, sem a ajuda soviética, as tropas americanas ficariam «na mais difícil situação».

Enfim, a abertura da segunda frente e a colaboração daí resultante entre os exércitos soviético e anglo-americano constitui um dos pontos essenciais da coligação anti-hitleriana, uma aliança caracterizada pelas diferenças quanto aos objectivos finais da guerra e nos conceitos quanto à estruturação do mundo no pós-guerra, mas que, no meio das suas contradições e dificuldades, ajudou a tornar compreensível esta ideia simples: a de que os povos podem empreender esforços comuns para garantir a paz e de que é possível a colaboração entre países de diferentes regimes socioeconómicos. ■

Na operação de desembarque na Normandia, iniciada em 6 de Junho de 1944, participaram: 32 divisões, 12 brigadas, 11 mil aviões de combate e cerca de 7 mil navios de guerra, de transporte e de desembarque. Os efectivos desembarcados cifraram-se em 1,6 milhões de homens.



Mesmo após a abertura da «2.ª frente», pode dizer-se que os acontecimentos principais continuaram a desenrolar-se no Leste. As Forças Armadas Soviéticas garantiram, em grande parte, o êxito dos aliados na Normandia, ao desviar para si as forças principais do inimigo comum (em 1 de Julho de 1944 na frente soviético-alemã combatiam 235 divisões alemãs, enquanto que no Oeste cerca de 60). Basta dizer que em Julho de 1944, das 34 divisões alemãs desmanteladas e derrotadas, 29 foram-no na frente soviético-alemã. O exército alemão perdeu em Junho-Agosto nesta frente 917 mil homens e na Europa Ocidental 294 mil.



Na ofensiva da Vístula-Oder (Janeiro-Fevereiro de 1945) participaram: 16 exércitos de infantaria, 4 exércitos blindados e 2 exércitos aéreos (além de vários corpos blindados, mecanizados e de cavalaria), 33,5 mil canhões e morteiros, 7000 tanques e canhões autopropulsados e 5000 aviões. As forças soviéticas contavam, no total, com 2,2 milhões de homens. Na operação de Vístula-Oder derrotaram 25 divisões alemãs e liquidaram 35 divisões.



As baixas inglesas e norte-americanas durante a Segunda Guerra Mundial foram de 265 400 e 273 900 vidas, respectivamente, ou seja 1,32 por cento e 1,36 por cento das perdas soviéticas, tendo em conta a população civil e militar.



Na Conferência de Teerão, realizada de 28 de Setembro a 1 de Dezembro de 1943, em que participaram os Chefes de Estado e de Governo da URSS, EUA e Inglaterra, estes dois últimos países assumem novamente a obrigação de abrir a segunda frente de guerra na Europa, num prazo que não poderia ultrapassar o dia 1 de Maio de 1944. Todavia, a segunda frente só viria a efectivar-se no dia 6 de Junho desse ano, com o desembarque das tropas anglo-americanas na Normandia.

Na operação de Berlim (16 de Abril a 8 de Maio de 1945) participaram as tropas da 1.ª e 2.ª Frentes da Bielorrússia e 1.ª Frente da Ucrânia, unidades da Esquadra do Báltico, o 18.º exército aéreo (bombardeiros de grande autonomia), unidades da defesa anti-aérea, a Flotilha Fluvial do Dniepr, o 1.º e o 2.º corpos do Exército Polaco. Os efectivos globais das tropas soviéticas cifraram-se em 2,5 milhões de homens. Participaram também 42 mil canhões e morteiros, 6250 tanques e canhões autopropulsados e 7500 aviões. As tropas polacas contavam com 185 mil homens, 3000 canhões e morteiros e 320 aviões.

As tropas soviéticas derrotaram na operação de Berlim 70 divisões de infantaria e 23 divisões blindadas e mecanizadas e aprisionaram 480 mil soldados e oficiais alemães.



Apesar da resistência feroz oposta pelos nazis, as tropas soviéticas chegaram à fronteira alemã a 25 de Março de 1944. Nessa época, para os exércitos de Hitler, o esforço de guerra estava localizado prioritariamente a Leste. A segunda frente só foi aberta 73 dias depois das tropas soviéticas chegarem à fronteira alemã.



Contribuição de guerra inestimável foram os recursos recolhidos pela população soviética para o Fundo de Defesa, através de empréstimos e lotarias, que atingiu a soma de 118,2 biliões de rublos, quantia esta que deu para se construir mais de 2500 aviões de combate, vários milhares de tanques e peças de artilharia, mais de 20 submarinos, lanchas de combate e outro material de guerra.



Dwight Eisenhower, comandante das tropas anglo-americanas na Europa, escreveu no seu livro de memórias sobre a guerra intitulado «Cruzada à Europa»:

«Os sofrimentos da URSS na Segunda Guerra Mundial foram terríveis. Em 1941, os nazis conseguiram ocupar todas as suas regiões ocidentais e quase tudo a ocidente do Volga estava em ruínas. Quando, em 1945, voámos para a URSS, desde a fronteira até aos arredores de Moscovo não vi um só edifício inteiro. Grande número de cidades haviam sido transformadas em ruínas.»





Gente simples cuja vida está indissoluvelmente ligada à guerra

José e Marta

Não, este casal já passou os vinte anos. Mais: ultrapassaram ambos os setenta. Apesar disso, os seus amigos têm-nos como sendo um casal inseparável. Fomos visitá-los na cidade de Pardubice, na Boémia Oriental (Checoslováquia). Aqui nasceram, aqui se conheceram e, mais tarde, aqui se casaram José e Marta Jagerman.

Apareceram-lhes agora os problemas de saúde que acompanham a terceira idade. No entanto, esta nossa conversa está repleta de optimismo. Falam com entusiasmo do presente e com esperança do futuro. Diversos são os factos que recordam; na vida do casal também houve momentos tristes. No entanto, tiveram sempre uma razão para viver...

«Conhecemo-nos em 1929. Éramos dirigentes do Partido Comunista. A crise económica estava no início. Pardubice era uma cidade de apenas trinta mil habitantes, muitos deles desempregados. Distribuíamos folhetos, pintávamos palavras de ordem nas paredes, participávamos em manifestações. Tentávamos mudar aquela tremenda miséria, mas a crise aprofundava-se. Havia bastantes recontros com a polícia e o pior foi em 1933... mas estávamos habituados, ambos tínhamos crescido no seio de famílias comunistas».

«Hoje, podemos dizer que o nosso amor foi muito especial» — sublinha

Marta — «Tínhamos pouco tempo. Para dizer a verdade, nem me lembro quando é que a amizade se transformou em amor. O nosso namoro durou três anos e só o turbulento ano de 1939 nos levou a casar. Já sabíamos nessa altura que tínhamos pela frente uns anos terríveis.»

E assim foi. Josef Jagerman foi preso em Janeiro de 1940. Primeiro foi levado para a Gestapo em Pardubice, depois percorreu as prisões da Boémia e, finalmente, foi levado para a Alemanha. Ajudou vários comunistas a passarem à clandestinidade, sendo por isso acusado de alta traição. Começou a tornar-se perigoso para os alemães e foi declarado *persona non grata*... Só regressou à sua pátria depois de terminada a guerra, a 29 de Maio de 1945.

«Vi então a minha filha pela primeira vez. Tinha cinco anos. Foi uma sensação fantástica, estava deitada na sua cama e dormia. Foi uma miúda muito bem educada, habituou-se facilmente a esse senhor a quem de repente tinha de chamar papá e bastou-lhe um dia para se apaixonar por ele...»

«A vida mudou. Só então me senti um homem verdadeiro, pai e marido. Tratei de recompensar Marta por esses anos de guerra. Não chegou a ser presa, mas a Gestapo vigiava-a e ficou sozinha com a criança que nas-

ceu poucos meses depois da minha prisão.»

A vida seguia em frente... Em Junho de 1945, Josef Jagerman começou a trabalhar como secretário da organização do Comité Regional do Partido Comunista. Durante a sua vida, desempenhou vários cargos. Trabalhou — e continua a fazê-lo apesar de reformado — na União de Amizade Checoslovaco-Soviética. Desde 1946 — salvo numa legislatura — é deputado à Assembleia Federal da República Socialista da Checoslováquia, o órgão máximo do País.

Marta Jagerman teve diferentes cargos nas organizações de Educação Física e é membro da comissão de militantes comunistas de antes da guerra, sendo também membro de mérito do Comité Distrital do Partido Comunista da Checoslováquia. Tal como o seu marido, Marta também é um dos militantes mais activos do comité local do Partido.

A cidade de Pardubice também mudou. De cidade burguesa essencialmente agrícola, transformou-se num centro industrial desenvolvido com cem mil habitantes, metade dos quais mora em modernas zonas residenciais.

É num destes bairros que vivem José e Maria Jagerman. Gente humilde, modesta, gente simples e, apesar disso, extraordinária. ■

edições
Avante!

CONHECER
A GUERRA
PARA DEFENDER
A PAZ

E. Kulkov, O. Rjechevski,
I. Tchellehev
A VERDADE E A
MENTIRA SOBRE A
SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL



PROBLEMAS
DO MUNDO
CONTEMPORÂNEO

edições
Avante!

Revelar objectivamente e de modo global as causas e o carácter da Segunda Guerra Mundial, o conteúdo dos seus acontecimentos mais importantes, apreciar justamente os seus resultados e as suas lições, é simultaneamente uma importante advertência àqueles que hoje brandem as armas nucleares, ameaçando precipitar a Humanidade no pântano de destruição ainda maiores.

aTV

Decência: nem isso há...

A RTP continua a fazer ouvidos de mercador. Avoluma-se o escândalo sem que até hoje se notem sinais de abrandamento por parte de um organismo que tinha por obrigação respeitar a isenção e o pluralismo.

Sempre que reúnem as cúpulas do PSD, zás!, lá está a televisão caída com armas e bagagens. Quando digo que a televisão está lá, não quero dizer com isso que ela se dirige à sede do PSD, faz o seu trabalho para o principal boletim informativo e regressa a penates. Não é isso. A televisão mantém na sede do PSD uma equipa com carácter permanente com a qual os boletins informativos contactam em directo!

O que daqui resulta em termos de propaganda partidária, é fácil de imaginar. Descaradamente, um bem que a todos pertence é posto ao serviço de uma força política, o partido de Machete, do Eurico de Melo, dos Amândios, dos Rebello, dos Júdice...

A RTP faz ouvidos de mercador aos protestos que se avolumam. Isto apenas quer dizer que a opinião pública tem de intensificar a sua intervenção, tem de obrigar a RTP a respeitar um mínimo de decência.

Sob pena de regredirmos aos tempos da teleditadura...

É ou não um escândalo?

Quem assiste com regularidade à informação da RTP, com particular incidência no telejornal, sabe que não exagero. Os outros, os que não confiam totalmente no rigor das minhas palavras, assistam durante alguns dias seguidos à tele-informação — e falem depois comigo...

Reparem numa das linhas de força da política de informação da RTP: ilegalmente despedidos da RTP apresentaram-se nos seus locais de trabalho; não foram readmitidos; protestaram veementemente através de um comunicado; os sindicatos manifestaram-lhes a sua solidariedade; a gerência da RTP recorre para o Supremo; os órgãos da comunicação escrita referem-se amplamente ao assunto; pois o telejornal manteve um ostensivo silêncio...

Repare-se em alguns pormenores colhidos das amostragens mais recentes: em face das decisões judiciais, os 22 trabalhadores ilegalmente despedidos da RTP apresentaram-se nos seus locais de trabalho; não foram readmitidos; protestaram veementemente através de um comunicado; os sindicatos manifestaram-lhes a sua solidariedade; a gerência da RTP recorre para o Supremo; os órgãos da comunicação escrita referem-se amplamente ao assunto; pois o telejornal manteve um ostensivo silêncio...

Outro caso: a importante manifestação organizada pelo MDM, incluída nas comemorações do Dia Internacional da Mulher. Pois o telejornal — nem uma imagem...

Pergunto aos meus leitores se a palavra escândalo está ou não bem aplicada...

Capitalismo destrói a alegria de viver

Durante alguns dias a televisão transmitiu, pelo segundo canal, as sessões do Campeonato mundial de patinagem.

Foram espectáculos de grande beleza em que os representantes de países socialistas, com realce para os da União Soviética, tiveram papel predominante.

O espectador português ficou particularmente impressionado com a adesão do público Japonês que vitorizou os patinadores soviéticos. Assim ficou demonstrado, na prática, a função dos espectáculos desportivos e artísticos na defesa da paz, do entendimento e da amizade. O Japão tem constituído uma área de forte intervenção anticomunista — e a adesão, sem quaisquer limites, do público Japonês prova que as campanhas falham quando a realidade entra pelos olhos dentro...

Nos países socialistas todas as pessoas podem desenvolver ao máximo as suas capacidades. Este facto, em última análise, é a «testemunha» principal contra o capitalismo cuja função essencial é destruir o homem como... pessoa humana.

A milenária herança dessa «destruição humana» está sendo combatida com êxito nos países socialistas — lá onde o Homem é, de facto, o capital mais valioso.

Nos países capitalistas em cada dia desaparece mais a alegria de viver. E é isso que prova a falência histórica do capitalismo: sem alegria, sem beleza, sem pão, sem segurança, sem liberdade — não há razão para viver...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Calendarize-se a demissão do Governo!

O Governo reuniu num hotel de Sintra para calendarizar. O Conselho Nacional do PSD exige que o PS calendarize. Eu calendarizo, tu calendarizas, ele calendariza... O leitor não acha que é tempo de calendarizar a demissão do (des)governo que por aí grassa?

O PSD prepara-se para abandonar o barco

● «O PSD iniciou este fim-de-semana o processo de ruptura da coligação governamental, ao exigir ao PS o cumprimento das medidas estruturais calendarizadas na última reapreciação do acordo entre os dois partidos.

A posição social-democrata, assumida no Conselho Nacional, que decorreu em Lisboa, tem como objectivo político futuro sustentar a justificação para o inevitável desmembramento da coligação, culpando os socialistas pelo facto. Por ora, o PSD justifica a medida como forma de travar a escalada socialista no aparelho do Estado (em proveito da campanha soarista) e pela necessidade urgente de mudança do pretensio projecto do bloco central, no respeitante à estratégia social-democrata no mesmo.

Mas a verdade, em palavras de entendimento comum, é que o tempo de vida da coligação está, a partir de agora, em contagem decrescente. Se dúvidas existem, atentemos no discurso de João Salgueiro: «Não se pode ser de uma coisa em que já não se acredita».

E de facto, o cepticismo em relação à coligação, que marcou todos os discursos dos actuais dirigentes do partido, anuncia a morte do sonho do bloco central. O processo passa agora pela estratégia presidencial a desenvolver, que irá forçosamente redundar no apoio a um candidato não militante do partido, «com possibilidade de vencer» Mário Soares. Ele é (vai ser), como lhe chama José Vitorino, «o cidadão Firmino Miguel, que por mero acaso, é militar». O referendo, cujo texto o Conselho resolveu não alterar, é apenas o alibi para o «crime» que agora já poucos recusam.

Isto tudo, pela simples razão (e aqui reside a diferença fundamental entre as duas forças em questão), de o PSD ter omitido consecutivamente a inexistência de um candidato ganhador no seu próprio seio, enquanto o PS nunca escondeu a existência do «candidato natural» entre as suas fileiras. Hoje, é impossível escamotear a realidade.

A melhor forma de rodear a questão, construindo credibilidade política para a mesma, é então exigir ao parceiro a mudança de prática, culpabilizando-o de quase tudo o que se devia ter feito e não se fez. Os socialis-

-democratas sabem, muito melhor que nós, que é praticamente impossível cumprir-se os prazos fixados para as medidas estruturais de fundo, constituindo a exigência o argumento necessário para a inevitável ruptura. É óbvio que não se pode pôr em causa a importância das medidas em questão, do mesmo modo que se tem de admitir as razões apresentadas pela actual direcção social-democrata para o facto de só agora, e precisamente neste momento, se apertar «o cerco» ao PS: «Até agora Soares fez o que quis, porque Mota Pinto deixou. Conosco é diferente» — dizia-nos um conselheiro afecto à sensibilidade no poder. O argumento é naturalmente admissível, restando aguardar a força do mesmo. Nós escolheríamos a força de um outro que ouvimos de um outro conselheiro: «A crise já chegou à crise. Está exausta».

De qualquer das formas, sejam quais forem as razões, é irreversível a pretensão social-democrata e dela já tomou conhecimento o Primeiro-Ministro Mário Soares, que hoje de madrugada partiu para o Brasil, a fim de assistir à tomada de posse de Tancredo Neves. Na bagagem, Soares leva um difícil problema para resolver. O precoce funeral da coligação não serve de modo algum os seus intentos. A esperança será ainda um possível regresso de Mota Pinto, embora não seja crível que, mesmo nessas circunstâncias, a exigência fosse esquecida.

(...)
Por seu turno, Marcelo Rebelo de Sousa, muito crítico em relação à coligação, defendeu a necessidade de uma «firmeza progressiva» nas negociações com o Partido Socialista, reforçando a questão das medidas calendarizadas, «como a alteração à legislação eleitoral, que o PS parece não querer implementar».

O vice-presidente da CPN aproveitara a ocasião para anunciar o facto de o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, em intervenção no Conselho, ter afirmado que, se até Maio não estivessem implementadas as medidas no seu sector, sairia do Governo. Com a «diplomacia» que lhe é peculiar, Marcelo Rebelo de Sousa anunciava a possível data da ruptura. («Correio da Manhã», 11 de Março)

Jardim perdeu a crença no «soarismo»

● «Um grupo de empresários americanos é catapultado para Portugal, em visita turística recente, através de um organismo oficial do governo norte-americano, e são feitas afirmações sobre «O Milagre Português» que são autênticas anedotas e camuflam mal uma intervenção nos assuntos internos portugueses.

Aí vem Carlucci, que detestava o nacionalismo de Sá Carneiro, implementar uma Fundação em tempo coincidente com a campanha eleitoral portuguesa. Mas há mais... E desafio os seus leitores a um teste: observem como certos pseudo-empresários têm o descaramento de dizer que é bom que as coisas continuem assim, continuem neste «socialismo», que o dr. Mário Soares continue, que o sistema se mantenha «porque assim é que ganham dinheiro».

Dou-lhe um exemplo mais concreto. Dois dias antes do Conselho de Estado, em que se dizia que dele poderia resultar a demissão do Governo, apareceu-me na Madeira uma controversa figura do-mundo dos negócios, a avisar-me que pessoas como o referido cavalheiro queriam que tudo continuasse assim, pois, mal por mal, ao menos agora certos ditos empresários ganhavam dinheiro.»

(Alberto João Jardim, dirigente do PSD, a «o Jornal», 8 de Março)

Parabéns com estricnina

● «Está de parabéns o Partido Comunista Português. O tempo que decorre é inesperadamente propício.

Está de parabéns porque passam agora precisamente dez anos sobre a data que assinalou a radicalização do processo revolucionário e em particular a nacionalização e expro-

priação de relevantes sectores produtivos.

Está de parabéns porque continua a poder capitalizar os erros e as deficiências da acção governativa em domínios sensíveis da vida colectiva.

Está de parabéns porque acaba de ser anunciado o partido que vai abrir-lhe as portas do acesso ao poder por via parlamentar, quebrando uma inviabilidade crónica, que acelerou a «colagem» ao Presidente da República.

Está de parabéns porque o novo Partido Renovador Democrático é, finalmente, o instrumento de acesso do Partido Comunista Português à zona dos partidos democráticos, resolvendo um «ghetto» do PCP e criando potencialmente condições de mudança radical no sistema político vigente.

Está de parabéns a confirmar-se o eventual desígnio presidencial de dissolver a Assembleia da República, potenciando a força do partido eanista e, conseqüentemente, alargando o espaço estratégico do PCP.

Temos de convir que é muito motivo simultâneo para o compreensível júbilo do Partido Comunista Português.

E mal vão os restantes sectores políticos nacionais se não compreendem o que se está a passar no nosso sistema de partidos.

Estamos em vésperas de uma mudança de efeitos imprevisíveis, que vai pôr em xeque facetas essenciais de um sistema partidário com dez anos de vida.

Desde 1974 que, com ligeiras alterações, vigora uma mesma matriz, com idêntica expressão eleitoral e com similar projecção no sistema de governo. É esta matriz que conhece o seu primeiro grande desafio externo, com o lançamento de um partido político patrocinado pelo próprio Presidente da República.»

(Marcelo Rebelo de Sousa, dirigente do PSD, «Semanário», 9 de Março)

Karl Marx

AS LUTAS de classes EM FRANÇA





Pela primeira vez a explicação de todo um período da história Francesa do ponto de vista materialista.

E a elaboração, com base na experiência prática da luta de massas, das teses mais importantes da táctica revolucionária do proletariado.

edições **Avante!**
BIBLIOTECA DO MARXISMO LENINISMO

Gazetilha

por Ignotus Sum

Esteve o governo todo reunido em Sintra, por dois dias, em magote. Brandia nas mãos toscas o chicote com a voz da TV no alarido...

Projecto malfeitor bem definido se adivinhava inteiro no decote projecto que levava no pacote dos antigos agrários o sentido.

O governo ali posto entre a verdura mostrando a tenebrosa dentadura dava uma estranha, uma cruel imagem.

Como se, enganando o mal que o nutre, surgisse louco o voo de um abutre na bíblica dolência da paisagem...



Ele teve seus dares e tomares com escuros negócios de divisas. Mas sopraram depois adversas brisas e chocaram as bolas dos bilhares...

Entrevistado, em jogos malabares consente os autogolos nas balizas. Avisaram-no outrora as pitonisas não quis ouvi-las... Casos singulares!

E agora vós, que tendes ninho feito alto, não maltrateis este sujeito antes lhe deveis pôr lacinho e touca.

Não quero estar na pele de certa gente se este trfulha muito experiente um dia se resolve a abrir a boca...



Reparem só no que a notícia diz. Eu, palavra, nem queria acreditar. Diz que uma estátua que há de Salazar alguém a quer de pé, neste País.

Esse tal, nome tem de Abecassis, um Conselheiro Acácio de espaldar canto que só de ouvi-lo discursar de riso não morremos por um triz.

Mas não faz rir agora a cataplasma. Há fumos tenebrosos de um «fantasma» que sobre nós ainda as garras finca.

Devemos tê-lo, mesmo em estátua, à mão? Saiba o senhor Abecassis que não pois com certos fantasmas não se brinca...



Zangou-se basto com a CEE um tal doutor Pinóquio, há poucos dias. Não há meio de lhe darem os bons dias e ele pergunta exausto: «Então como é?»

«Querem então que eu vá perdendo a fé no grande amor de Vossas Senhorias? Se não me querem, digam; alegrias da América não me faltam, com bom pré...»

Que desgraça, senhores, que desgraça! É como quem a Pátria leve à praça e à falta de vergonha se acomode.

Entretanto, da Europa escorraçado, o Soares, cada vez mais narigado, vai-nos fazendo cá o mal que pode...

Pontos Cardeais

A RTP e o 11 de Março — uma vergonha

A completa e vergonhosa submissão da RTP aos partidos da coligação governante e, mais do que isso, aos partidos da direita e à política de direita mais reaccionária, ficou mais uma vez lamentavelmente demonstrada na passada segunda-feira, 11 de Março, através da forma como o Telejornal se referiu àquela data. Em 11 de Março de 1975 houve uma tentativa de golpe contra-revolucionário, que só por mero acaso apenas causou uma morte, chefiada por Spínola que depois, derrotada a intenciona, fugiu de helicóptero para Espanha. Pois bem: para a RTP, em obediência aos políticos de direita e à maneira reaccionária de «fazer» a História, nada disto aconteceu, e o que houve foi um «golpe» da esquerda para decretar as nacionalizações... E para a estas se referir, o Telejornal não encontrou melhor: o presidente da CIP, Ferraz da Costa!

Quanto aos próprios intervenientes no golpe falhado contra o regime democrático, esses, ao menos, assumem-se tal como são, comemorando a data alegremente — e com um certo descaramento também, convenhamos...

Notícia *O Dia* de anteontem (com a sua forma peculiar de chamar «comunistas» a todos os que estão com o 25 de Abril): «O marechal Spínola e o grupo de oficiais e civis com ele envolvidos no golpe de 11 de Março de 1975, assinalaram ontem a efeméride com um jantar realizado num restaurante de Lisboa. Apesar do peso da derrota política à qual então os comunistas os sujeitou, e das graves consequências que daí advieram para o país, o jantar não deixou de ser animado e descontraído».

Quanto às tais «graves consequências», o Telejornal não as esqueceu, em boca própria e na do presidente da central patronal. Só lhe faltou foi a coragem para noticiar o jantar comemorativo.

Como é possível?

Um membro do importante órgão interno que é o Conselho Jurisdicional do PSD não teve reboço, há dias, em proclamar o próximo referendo interno a realizar no partido como uma «escancarada burla». Um outro dirigente, comentando as eleições realizadas em Bragança para a respectiva direcção local, disse que se tinha «comprado votos como quem compra vitelas». E, segundo um jornalista que cobriu o último Conselho Nacional, houve quem na reunião dissesse «basta de palhaçadas», e também quem confessasse: «Crise? Qual crise dentro do PSD? A crise entrou em crise, está exausta, tem falta

de vitaminas...» A reportagem do referido jornalista abre com a seguinte opinião: «Se o coração mandasse, não tenha dúvidas leitor: o PSD esganava a coligação, cortava-a aos bocadinhos e, em seguida, lançava-os aos bicharocos». Ninguém diz que as coisas estão bem no seio do PS, dado que a aparente e relativa acalmia interna que se verifica (comparativamente ao parceiro) está a ser provisoriamente conseguida através da ausência daquele mínimo de vida democrática que permite a um partido ser tido como tal. Mas no PSD é o que se vê e ouve. E apetece repetir

novamente a pergunta já mil vezes formulada: como podem partidos destes governar o país?

«Disneylândia»

Decididamente, Nuno Rocha tem vocação para «Rato Mickey». No seu último editorial mostra-se preocupadíssimo com a situação de Portugal, ao referir que os nossos índices económicos são baixíssimos e deixamo-nos mesmo ultrapassar por certos países do Terceiro Mundo. E quem continuar a ler a densa prosa julgará ir encontrar... enfim... a solução do problema, as tais medidas que o Governo não deu à luz no remanso de Sintra.

Qual quê!? A solução é fácil e a abundância do País seriam viáveis se no Extremo Ocidente da Europa ficasse instalada a «Disneylândia» — garante Nuno Rocha, insistindo numa sua guerra já antiga.

E, rapando dos seus profundos e vastos conhecimentos de economia, que tem consolidado nas inúmeras viagens feitas pelo estrangeiro — desta vez a

inspiração para o editorial surgiu-lhe no Cairo — Nuno Rocha é peremptório: com a «Disneylândia», capaz de eliminar o défice crónico português, a iniciativa daria emprego a 30000 pessoas, promoveria o desenvolvimento definitivo de toda a orla marítima entre o Estoril e o Algarve e representaria a entrada no País de mais de 20 milhões de turistas por ano. Pasmai franceses!! Todos os vossos problemas estão resolvidos caso a «Disneylândia», como tudo indica, for para Paris! Quando levam o homem para o Governo? Ele faz falta à panóplia. Mas andem depressa, senão já não vão a tempo...

Medidas

No princípio, eram as 100 medidas para 100 dias; agora são as 40 medidas até ao Verão. Em resumo, isto não é um Governo... é um metro, mas que não serve para os trabalhadores portugueses medirem os seus salários, pois todos os meses estão mais reduzidos ou ficam no rol dos atrasados.

TRATAR-SE DE UM VERDADEIRO MILAGRA ECONÓMICA E ISTO SER TANTO VERDADE QUANTO...



... ESTA ALMOÇA SER PAGA PELO VOSSO PRIMEIRO MINISTRA!...



Blaban